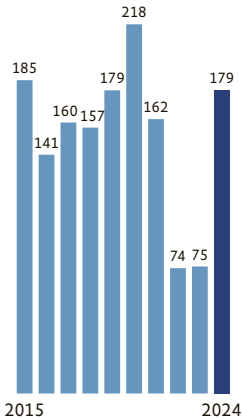




Mortes por PMs em SP sobem 138% no trimestre

Nos primeiros três meses deste ano, 179 pessoas foram mortas por PMs no estado de São Paulo, segundo o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos). O número representa alta de 138% em relação às 75 mortes registradas em mesmo intervalo de 2023. O período coincide com o da Operação Verão, na Baixada Santista, que contabilizou 56 mortes. Todos os casos são investigados, diz gestão Tarcísio. **Cotidiano B1**

Número de pessoas mortas por PMs em serviço no 1º tri de cada ano em SP



Fonte: SSP

Corpo é encontrado no lago do Ibirapuera

O cadáver de um homem, sem roupas e em decomposição, estava às margens do lago do parque na zona sul de São Paulo. Perícia busca identificá-lo e descobrir a causa da morte. **B1**

Temporais deixam 5 mortos e 293 fora de casa no RS

As chuvas que atingem 77 cidades no Rio Grande do Sul deixaram ao menos 5 mortos, 18 desaparecidos, 198 desabrigados e 95 desalojados. Ontem, havia 47 pontos de bloqueios em estradas, e 130 mil moradores estavam sem energia. Aulas foram suspensas em 145 escolas. **Cotidiano B3**

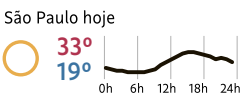
EDITORIAIS A2

Lula deve selecionar atritos e buscar centro
Acerca de relações entre governo e Congresso.

África do Sul em transição

Sobre eleição que pode fragilizar partido de Mandela.

ATMOSFERA



Justin Lane/Pool via AFP

JUIZ MULTA TRUMP POR VIOLAR ORDEM DE SILÊNCIO

O ex-presidente chega a tribunal do caso da compra de silêncio de ex-atriz pornô, em Nova York; punição de US\$ 9.000 se deu devido a insultos de Trump aos envolvidos no júri **Mundo A15**



Eduardo Knapp/Folhapress

A jornalista e o filho Theodoro Cochrane em cena

Ilustrada C1

Marília Gabriela e filho ironizam era dos influenciadores e fofocas em peça

Esporte B7

Série, animação e produtos buscam expandir marca Senna nos EUA

Teté Ribeiro

Madonna liberou geração feminina

Foi a Madonna que vestiu publicamente, pela primeira vez, na pessoa jurídica, para o mundo todo ver, esse modelo de mulher que faz o que for preciso para transar com quem quiser. E que ia ser gostosa, sim, para atrair potenciais parceiros, sim, mas era ela que ia escolher. **Ilustrada C4**



Charles 3º após visitar pacientes em centro de tratamento de câncer em Londres Henry Nicholls/AFP

Senadores prorrogam Perse; custo é de R\$ 15 bi

Texto que prevê benefício fiscal a setor de eventos vai à sanção de Lula

O Senado aprovou ontem o projeto de lei que prorroga benefício fiscal para o setor de eventos, com teto de R\$ 15 bilhões de renúncia até dezembro de 2026, sem correção pela inflação. O texto vai para a sanção do presidente Lula (PT).

O custo máximo de R\$ 15 bilhões foi a saída negociada pelo Ministério da Fazenda para reduzir o impacto do Perse (Programa Emergencial de Reforma do Setor de Eventos) nas contas do governo. Mais cedo, a relatora do projeto, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), havia proposto dispositivo de correção pela inflação que aumentaria a renúncia.

Daniella afirmou que houve um apelo do governo para que o texto, já aprovado na Câmara, não fosse alterado, com o compromisso de que não seria vetado.

Criado na pandemia, o Perse estabelece alíquota zero dos tributos federais para o setor de eventos. Inicialmente, a gestão Lula defendia seu fim, sob os argumentos de que o incentivo não era mais preciso e que dava brecha para fraudes.

“A Fazenda e outras áreas do governo sentaram com o setor e, como tudo na democracia, foi no meio do caminho”, disse Jaques Wagner (PT-BA), líder da gestãopetista na Casa. **Mercado p.1**

Receita vai orientar empresas sobre reoneração, diz Haddad

O ministro da Fazenda disse que a Receita estuda solução para empresas de 17 setores atingidas por decisão do STF que suspendeu a desoneração da folha, pois o recolhimento dos encargos deve ser feito até o dia 20. **Mercado p.1**

Desemprego sobe a 7,9% no 1º trimestre, o menor desde 2014

Mercado p.4

Em vitória de Milei, deputados aprovam pacote de reformas

A Câmara dos Deputados da Argentina aprovou ontem, por 142 a 106 votos, o pacote liberal do presidente Javier Milei que prevê privatizações e concentra poderes nas mãos do mandatário. Milei comemorou o resultado e disse que as medidas fazem o país avançar contra a “casta” política.

O texto, versão desidratada da proposta inicial, autoriza a venda de nove empresas, entre elas a Aerolíneas Argentinas, permite que o Executivo governe sem o Congresso por um ano em quatro áreas e estabelece uma polêmica reforma trabalhista. O projeto vai ao Senado. **Mundo A14**

PAINEL

Promotoria e AGU disputam R\$ 82 bi de Maluf na Suíça

Advocacia-Geral defende que US\$ 16,3 milhões (R\$ 82 milhões) bloqueados em contas na Suíça ligadas a Paulo Maluf sejam destinados à União. Ministério Público paulista quer recursos para a cidade de São Paulo. **Política A4**

PF suspeita de três rotas de desvio para ministro de Lula

Reta final do inquérito que mira o ministro das Comunicações, Juscelino Filho, apura suposto uso de três caminhos para o desvio de valores de contratos da Codvasf em Vitorino Freire (MA). Ele deve prestar depoimento nos próximos dias e diz ser alvo de acusação injusta. **Política A4**

Rei Charles reassume agenda após ter diagnóstico de câncer

Mundo A16

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pêrsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio (financeiro, planejamento e novos negócios), Anderson Demian (mercado leitor e estratégias digitais), João Cestari (tecnologia) e Marcelo Benez (comercial)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Lula deve selecionar atritos e buscar centro

Derrubada mais frequente de vetos presidenciais evidencia que governo não consegue impor sua agenda a um Congresso de orientação diversa

Até o início da década passada, o presidente da República tinha, na prática, a capacidade de vetar por tempo indeterminado quase qualquer iniciativa do Congresso da qual discordasse. Uma correta mudança institucional mudou esse cenário e contribuiu para que o Executivo cedesse poder ao Legislativo ao longo dos últimos anos. Em julho de 2013, os parlamentares, com atraso, disciplinaram ritos e prazos para a apreciação dos vetos presidenciais —que até então se acumulavam aos milhares e cimentavam um círculo vicioso de omissão e conveniência.

A vida dos ocupantes do Palácio do Planalto ficou mais difícil, como mostra pesquisa apresentada na **Folha** pelos cientistas políticos Lucio Rennó e Isaac Jordão Sassi. Dos vetos apreciados a partir de 2014, 29% foram derrubados total ou parcialmente. A proporção é maior em tempos mais recentes.

Sob Jair Bolsonaro (PL), 70 de 259 vetos caíram por inteiro (27%), e 42 (16%), em parte, somando 43%. No terceiro mandato de Luiz Inácio Lula da Silva (PT), com 30 apreciações, houve 8 quedas integrais e 8 parciais, chegando a 53%.

Não espanta, pois, que na semana passada o governo tenha considerado um feito político o adiamento de uma sessão do Congresso destinada a examinar outros 32 vetos presidenciais —há risco elevado de derrota em alguns deles.

O aumento do protagonismo do Congresso tem decerto aspectos problemáticos. A ampliação das emendas parlamentares ao Orçamento, em especial, tem ocorrido em cifras exorbitantes e sem maiores preocupações com a qualidade das despesas criadas.

No caso da apreciação dos vetos, no entanto, deputados e senadores estão cumprindo uma tarefa prevista na Constituição, goste-se ou não das decisões tomadas.

O mesmo eleitorado que conduziu Lula ao Planalto por margem mínima de votos escolheu um Legislativo com predomínio de forças do centro à direita.

A exagerada e disfuncional fragmentação partidária do Congresso tem sido enfrentada de modo gradual com regras como a cláusula de desempenho. Enquanto isso, cabe ao presidente se valer de diálogo e negociação, escolhendo com critério as brigas a serem compradas.

Para o governo Lula, o melhor caminho é buscar pontos de convergência com a maioria parlamentar, rumando ao centro —a emenda constitucional da reforma tributária é um exemplo virtuoso.

Não se pode obviamente ceder a todas as demandas fisiológicas dos partidos aliados, mas parece possível melhorar a gestão da coalizão. Num primeiro escalão com excesso de petistas, faria sentido uma divisão mais equânime do poder e da tomada de decisões.

África do Sul em transição

Possível perda de força do CNA em pleito faz parte do jogo democrático, mas extremismo é temerário

Sul-africanos irão às urnas no final deste mês, numa eleição que pode pôr fim à hegemonia do Congresso Nacional Africano (CNA), o partido de Nelson Mandela que fez a transição do regime de apartheid para a democracia e tem chegado ao poder com folga desde 1994.

O presidente do país é escolhido pelo Parlamento, e as maiorias obtidas pelo CNA vêm diminuindo a cada pleito. Agora, as pesquisas sugerem que, pela primeira vez, a sigla poderá ficar com menos de 50% da Assembleia Nacional, o que a obrigaria a fazer alianças.

Surpreende que tenham sido necessários 30 anos para que isso ocorresse, já que o desgaste do poder é uma constante nas democracias. Na África do Sul, essa tendência é reforçada por 15 anos de estagnação econômica e níveis epidêmicos de corrupção e clientelismo.

Mas, ao que tudo indica, o CNA continuará sendo o maior partido do país. Razões para tal resiliência incluem subsídios governamentais —27 milhões dos 60 milhões de habitantes recebem algum benefício— e o respeito à história do partido e à figura de Mandela.

Apesar dos graves problemas, a África do Sul é hoje uma democracia consolidada. Ademais, nos primeiros 15 anos de gestão do CNA, houve grande incremento econômico e social, em especial para a maioria negra. Só que os avanços, mesmo incontestes, não chegaram perto de apagar as divisões raciais.

Esse cenário favorece o surgimento de discursos populistas, quando não extremistas. Novas lideranças acusam traição de Mandela, que teria cedido muito aos brancos e, assim, impedido o enriquecimento dos negros.

São partidos com essa retórica, como o MK do ex-presidente Jacob Zuma —que deixou o CNA sob acusações de corrupção— e o ultraesquerdista Combatentes da Liberdade Econômica, que devem crescer mais, impulsionados pelos votos dos mais jovens.

Será temerário, até mesmo para a economia, se a negociação e a tolerância que consagraram Mandela perderem muito espaço para o radicalismo. O problema é que, como mostram eleições em diversos países nos últimos anos, o extremismo populista se fortaleceu.



PSDB, o partido que encolheu

Hélio Schwartzman

Em 2020, o PSDB elegeu 523 prefeitos em todo o país; hoje tem 310, uma queda de 41%. Em termos de vereança, a situação dos tucanos é só um pouco melhor. Antes da última janela que permite a legisladores eleitos pelo sistema proporcional trocar de legenda sem sofrer penalidade, o PSDB somava 55 vereadores nas 26 capitais de estados; hoje são 39, queda de 16%. Detalhe vexatório, os tucanos perderam todos os representantes que tinham na Câmara paulistana.

Mesmo considerando que no plano municipal é frequentemente a política local e não a nacional que dá as cartas, não há como deixar de notar a decadência do PSDB. É especialmente notável o contraste com o pleito de 2016, quando os tucanos, beneficiados pelas denúncias de corrupção contra o PT e pela recessão de Dilma, conquistaram 807 prefeituras, incluindo a de São Paulo, em que João Doria venceu o então prefeito Fernando Haddad já no primeiro turno.

O caso do PSDB ainda precisa ser mais bem estudado por cientistas po-

líticos. Minha hipótese é que os tucanos, embora mantivessem uma fortaleza inexpugnável no estado de São Paulo, eram principalmente uma agremiação federal, que disputava com o PT a hegemonia em eleições presidenciais. E pleitos majoritários juntam os eleitores que de fato acreditam no partido ou no candidato com aqueles que o escolhem por julgá-lo o mal menor.

O PSDB, ao contrário do PT, não tinha muita cara ideológica nem cultivou uma militância dedicada. Mostrava-se competitivo porque era o ônibus no qual embarcavam todos aqueles que não queriam ver o PT no comando. Funcionou bem até 2018, quando surgiu Jair Bolsonaro, um candidato antipetista que veio com um discurso extremista, mas capaz de mobilizar emoções políticas de uma forma que os tucanos nunca quiseram ou nunca conseguiram. Some-se a isso os muitos erros cometidos pelas lideranças do PSDB e o resultado foi o incrível encolhimento do partido.

helio@uol.com.br

O pires sem fundo do governador

Bruno Boghossian

A política do Rio tem seus rituais. Alguns são exóticos, todos são previsíveis. A cada quatro anos, políticos concorrem ao cargo de governador. Ao fim, o vencedor toma posse. Quando não está ocupado com problemas na Justiça, o sortudo reclama da penúria do governo e diz que não tem como pagar seus funcionários.

A ameaça é quase uma tradição. Em 2015, Luiz Fernando Pezão pediu socorro ao governo federal e avisou que não tinha dinheiro para pagar o 13º dos servidores. Anos depois, Wilson Witzel usou uma justificativa parecida para adiar o pagamento de dívidas com a União. Agora, Cláudio Castro segue o mesmo caminho.

O governador do Rio quer rever as regras aplicadas ao pagamento de dívidas com a União. Castro levou a reivindicação ao STF, citando cobranças indevidas e o que chamou de “conduta abusiva” do governo federal. Numa entrevista à TV Globo, ele disse que o estado caminha para uma situação em que ficará, no futuro, sem dinheiro para pagar salários.

Todo governador tem direito de fa-

zer um pouco de drama na hora de desarmar as bombas armazenadas no cofre de estados quebrados. Em casos assim, o pagamento de dívidas é mesmo capaz de espremer todos os centavos. Como seus antecessores, no entanto, Castro tenta disfarçar uma má administração crônica e farras em ano eleitoral.

O pessoal em Brasília encarregado de cobrar a dívida ergueu um espelho diante do governador. O secretário do Tesouro, Rogério Ceron, apontou que a gestão Castro aumentou em 24% os gastos com pessoal em 2022, quando ele tentava a reeleição. Na prática, criou uma despesa permanente que engoliu o crescimento das receitas do estado.

A desgraça também aumentou naquele ano porque Castro engrossou a onda da campanha de Jair Bolsonaro para baixar os impostos sobre os combustíveis, o que achatou a arrecadação do estado. Na época, o governador comemorou a manobra ao lado do então presidente. Não é motivo para asfixiar o estado, mas seus políticos agora pagam o preço.

Hamas com selo acadêmico

Mariliz Pereira Jorge

Cerca de 60 professores de jornalismo de universidade americanas resolveram contestar a reportagem publicada pelo The New York Times sobre os estupros cometidos pelos terroristas do Hamas. Eles querem uma revisão do processo de reportagem e de edição, que teve entre os responsáveis um vencedor do Pulitzer, especialista em cobertura de conflitos e de direitos humanos.

Os docentes se basearam num texto de um site que fez um esforço hercúleo para tentar desmontar a tese de “estupro como arma de guerra”, mas atingiu uma façanha ainda maior do que apenas alegar que, veja bem, pode ter havido, quem sabe, violência sexual, mas não foi organizada. Posso imaginar num futuro não tão distópico acusados de estupro coletivo alegarem que não tinham combinado o crime previamente. O artigo, muito zeloso pelas boas condutas do jornalismo, manipula o leitor desatento de tal forma que há quem defenda que tudo não passa de mentira.

Veículos e ativistas de esquerda estão numa cruzada para negar os horrores do 7 de Outubro e oficializar o Hamas como combatentes pela liberdade, uma força de resistência legítima. A diligência é diametralmente oposta ao que o jornalismo deveria se dedicar, apurar os relatos de testemunha e vítimas. Mais fácil açoitiar em praça pública uma das repórteres. Israelense, portanto, mentirosa a serviço do sionismo.

Levantar o derriêrre da cadeira e investigar a violência contra mulheres, evidente desde que circulou a imagem de Shani Louk, nua e destrocada numa caçamba, ninguém quer. Para uma parcela da esquerda que defende que “palavras machucam”, as imagens de mulheres mortas, violentadas, com as calças borradas de sangue, os relatos das vítimas do Pogrom ou daquelas que voltaram do cativeiro precisam ter a apuração que eles consideram ideal. Israel está lambuzada em sangue palestino, mas o Hamas já venceu essa narrativa. E com selo acadêmico.

Dez mitos

Deirdre McCloskey

Economista, é professora emérita de economia e história na Universidade de Illinois, em Chicago. Escreve às quartas

Nos EUA e no Reino Unido —espero que não no Brasil—, conservadores radicais e feministas radicais uniram forças para atacar as pessoas transgênero. Nos EUA, mais de 500 leis apresentadas em 2023 propuseram coisas como proibir a entrada de mulheres trans em banheiros femininos e que nascidas meninos joguem em times femininos —mesmo para quem fez a transição antes da puberdade— e exigir a prestação, por médicos, de “cuidados de afirmação de gênero” —aconselhamento e tratamento para crianças e adultos que há muito tempo desejam mudar. O movimento depende dos

10 Maiores Mitos sobre Transgêneros:

10. Pessoas trans são loucas. Não. Os psiquiatras já pensaram assim. Agora não mais.

9. Pessoas trans violam o que diz a Bíblia.

Não. Certamente apenas um dos 613 mandamentos da Torá poderia ser citado, embora de forma duvidosa. No entanto, se é isso o que você decide, que dizer sobre os outros 612? Por que você não se converte ao judaísmo ortodoxo?

8. O desejo de mudar de gênero é extremamente raro.

Não. Em 1995, os psiquiatras pensavam que fosse um em cada 20 mil nascimentos. Na verdade, é um em 400. Você conhece uma pessoa transgênero ou já ouviu falar de alguém próximo a você. Aquele primo...

7. A transição de gênero é muito cara.

Não. De masculino para feminino custa tanto quanto um carro novo modesto. De feminino para masculino é mais barato.

6. A transição de gênero ocorre principalmente de homem para mulher.

Não, os números são quase iguais.

5. Muitas pessoas se arrependem da mudança.

Não. Pesquisas científicas mostram 98% de satisfação. Éxtase, na verdade. Você quer ser quem você quer ser, certo? Em um país livre você pode. É a igualdade de permissão liberal.

4. Mulheres trans em espaços femininos, como banheiros, muitas vezes estupram as mulheres que estão ali.

Não. No entanto, isso é falsamente afirmado pelas TERFs, sigla em inglês de “feministas radicais trans-excludentes”.

3. Os cuidados de afirmação de gênero aceleram o processo para as crianças que expressam o desejo de mudar.

Não. É um processo cuidadoso, atencioso e amoroso. E demorado.

2. Para garotos que não atingiram a puberdade —não têm características masculinas secundárias, como grandes músculos—, praticar esportes femininos é uma grande ameaça. Não. Eles têm praticamente os mesmos músculos que as nascidas meninas.

1. O maior mito (rufar de tambores, por favor): é irreversível. Não. Muitas decisões na vida são muito mais irreversíveis. Fiz a transição em 1995, aos 53 anos. Para fins sociais, sou mulher. Viva!

Tradução de Luiz Roberto M. Gonçalves

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

O ASSUNTO É DIA DO TRABALHO

Por democracia e direitos

Urge uma política de desenvolvimento produtivo, com ênfase industrializante

Os sindicatos estão no nascedouro da democracia moderna e na implementação das regras e instituições do Estado democrático de Direito em muitos países nestes dois séculos. As democracias têm sido duramente atacadas pela ultradireita, pelo fascismo e pelo neoliberalismo, que promovem a difusão do ódio e do individualismo exacerbado. A classe trabalhadora sofre com a destruição dos direitos e das proteções trabalhistas, sociais e previdenciárias. Vivemos essa tragédia no Brasil e sabemos o que significa o aumento da pobreza, do trabalho análogo ao escravo, do arrocho salarial.

Não há democracia sem sindicatos, e a luta sindical é parte essencial da vida democrática. O sindicalismo forma o maior movimento democrático do mundo, presente desde o local de trabalho, nas negociações coletivas, na participação institucional e na vida pública e política dos países.

Na Pauta da Classe Trabalhadora das Centrais Sindicais defendemos a democracia com mais de 60 diretrizes propositivas sobre os destinos do país, a partir da visão do mundo do trabalho e das mudanças que recuperem perdas. Saudamos os resultados já alcançados pela política de valorização do salário mínimo e o fortalecimento e a ampliação do Bolsa Família, que tiveram impactos decisivos na redução da pobreza e no crescimento da renda dos mais pobres, conforme divulgou recentemente o IBGE. Pauta negociada, acordo firmado, resultado alcançado.

Consideramos essencial a articulação e coordenação de uma política de desenvolvimento produtivo, com forte ênfase industrializante, orientada pela sustentabilidade socioambiental, com a geração de empregos decentes, qualidade nos postos de trabalho e crescimento dos salários.

Por isso, todos os anos, os sindicatos celebram cerca de 50 mil acordos e convenções coletivas em nosso país. Comemoramos os resultados di-

vulgados pelo Dieese: 86% dos contratos coletivos celebrados neste ano contam com aumento salarial e muitas outras conquistas. São esses sindicatos, dinâmicos e presentes na vida da classe trabalhadora, que queremos fortes e atualizados para responder aos novos desafios do mundo do trabalho e fortalecer a nossa economia com massa salarial e consumo.

A lei de igualdade salarial entre mulheres e homens nos locais de trabalho é outra resposta à nossa pauta. Aproveitamos para convocar empresas e representações patronais para negociações coletivas locais, regionais e nacionais visando implementar essa igualdade.

Novas doenças ocupacionais, precarização, vulnerabilidade, rotatividade, altas jornadas de trabalho e demissões são, entre outros, desa-

fios sindicais permanentes. O crescimento econômico e o incremento da produtividade devem favorecer a pauta sindical de enfrentamento desses problemas, de crescimento dos salários e de redução da jornada de trabalho.

Apesar da nossa luta, quase metade da classe trabalhadora não conta com direitos trabalhistas, previdenciários, sociais e sindicais. Vamos reverter essa situação. Por isso mesmo, priorizamos construir, na mesa de negociação tripartite, o acordo histórico que garante ao motorista autônomo as proteções previdenciária e trabalhista, trabalho decente, piso de remuneração, direito e acesso à informação, capacidade de organização sindical e direito de representação e de contratação coletiva, agora em debate no Congresso por meio do PLC 12/2024. Vamos lutar para aprovar esse acordo no Parlamento, porque é exemplo histórico de que todos, independentemente da forma de relação de trabalho, devem ter direitos e proteções.

Neste 1º de Maio, reafirmamos nosso projeto de fortalecimento da negociação coletiva em todos os níveis e âmbitos, inclusive no setor público, para responder com segurança e criatividade às profundas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho. Propomos criar um Conselho de Promoção da Negociação Coletiva e um sistema autônomo para cada parte gerir seu sistema sindical.

Consideramos urgente tratar das políticas para os aposentados, da correção da tabela do Imposto de Renda, da valorização do serviço público e da reorganização do sistema público de emprego, trabalho e renda. Há muito por lutar e conquistar. Viva o 1º de Maio, por democracia e direitos!

Sérgio Nobre (CUT); Miguel Torres (Força Sindical); Ricardo Patah (UGT); Adilson Araújo (CTB); Moacyr Roberto Tesch Auersvald (NCST); Antonio Neto (CSB); Nilza Pereira (Intersindical Central da Classe Trabalhadora); e José Gozze (Pública Central do Servidor)

[...]

Neste 1º de Maio, reafirmamos nosso projeto de fortalecimento da negociação coletiva em todos os níveis e âmbitos, inclusive no setor público, para responder com segurança e criatividade às profundas mudanças que ocorrem no mundo do trabalho

Trabalhadores saudáveis são mais ativos

Nos últimos quatro anos, custos dos transtornos mentais só fizeram crescer

Daniel Martins de Barros

Médico, é professor colaborador do Departamento e Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da USP

Não é exatamente novidade afirmar que o trabalho pode ser desgastante. Tal constatação já estava presente no Gênesis, quando, expulsos do paraíso, os seres humanos foram condenados a ganhar o pão com o suor do rosto. Trabalhar sempre foi duro. As mudanças progressivas nas forma de produção —do desenvolvimento da agricultura à Revolução Industrial, do capitalismo financeiro à transformação digital— não são a causa do sofrimento laboral, apenas dão a ele novas faces.

A despeito desse conhecimento, historicamente o trabalho sempre exigiu o máximo possível das pessoas sem preocupação verdadeira com a sua saúde. Fora iniciativas isoladas aqui e ali, foi só a partir da segunda metade do século 20 que o mercado começou a mudar maciçamente —quando ignorar as doenças ocupacionais se transformou em déficit contábil. O que é compreensível, já que embora as empresas tenham funções sociais relevantes além de gerar lucro, fato é que nenhuma dessas funções as manterá de pé se derem prejuízo em vez de lucro.

Já faz um tempo que os custos de acidentes de trabalho, perda de produtividade, reposição e treinamento de novos funcionários para substituir os afastados, aliados ao crescente passivo trabalhista gerado em processos de indenização, pesaram

no bolso, tornando custo efetivo promover a saúde dos empregados.

Agora chegou a vez da saúde mental. A Organização Mundial da Saúde alertava há décadas que a depressão se tornaria a segunda maior causa de incapacidade para o trabalho a partir de 2020 —isso muito antes da pandemia de Covid-19. É eviden-

te que as pessoas sempre adoeceram mentalmente em função do trabalho, mas nos últimos quatro anos os custos dos transtornos mentais só fizeram crescer. Daí a proliferação de iniciativas em prol do bem-estar do funcionário.

O movimento cresceu a ponto de o governo entrar na história e criar, neste ano, o Certificado Empresa Promotora da Saúde Mental, em lei federal sancionada em março. Tal selo será conferido àquelas que, após inspeção federal, comprovarem preencher requisitos em: promoção da saúde mental (com treinamentos, palestras e programas); bem-estar dos trabalhadores (implementando programas de incentivo a práticas saudáveis); e transparência e prestação de contas relacionada a tais iniciativas. Imagino que as empresas se interessem em receber tal certificação para se tornarem mais atraentes para os trabalhadores, e, quem sabe, mais valiosas.

Seja qual for a motivação, contudo, é uma boa notícia para o mundo do trabalho. Sim, é um movimento impulsionado pela busca de lucro. Obviamente, se os transtornos mentais não dessem prejuízo, ninguém aumentaria gastos investindo em sua prevenção. Mas já que a saúde mental se tornou um ativo, vale aproveitar o momento para investir nele. Todos têm a ganhar.

[...]

A Organização Mundial da Saúde alertava há décadas que a depressão se tornaria a segunda maior causa de incapacidade para o trabalho a partir de 2020 —isso muito antes da pandemia de Covid-19. (...) Daí a proliferação de iniciativas em prol do bem-estar do funcionário

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço



Jair Bolsonaro e o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, durante manifestação em apoio ao ex-presidente Danilo Verpa/Folhapress

Violência policial

“Sob Tarcísio, número de pessoas mortas por PMs em SP cresce 138% em um ano” (Cotidiano, 29/4). Eu sou contra Bolsonaro. Mas sobre Tarcísio, embora eu não apoie totalmente, é sintomático que muita gente aqui no estado de São Paulo apoie uma abordagem mais rigorosa contra o crime. Não defendo mortes, mas acredito que a lei deve ser mais severa, a população não se sente segura.

Felipe Araújo Braga (São Paulo, SP)

Como criador e criatura se tornaram praticamente um só! Um desastre a política de segurança deste governador. Pior que ele se orgulha da polícia com licença para matar! Números vergonhosos!

Jane Medeiros (Rio de Janeiro, RJ)

A cada morte, uma penca de votos. A cada atraso na educação, mais votos. A cada privatização, outra quantidade de votos. A cada comício com os camisas amarelas e o facinora, mais próximo da Presidência. Tarcísio é o túmulo da civilidade.

João Melo (São Paulo, SP)

Justiça brasileira

“Justiça nega prisão preventiva de motorista de Porsche pela 3ª vez” (Cotidiano, 30/4). Esta terceira negativa de prisão mostra como a Justiça brasileira é seletiva, feita sob medida para proteger quem tem dinheiro para pagar advogados caros. Imagine se a vítima do acidente fosse o filho, parente ou amigo do juiz que negou a prisão. Qual teria sido a decisão?

Fabio Anderaos de Araujo (São Paulo, SP)

Pela terceira vez, a Justiça mostra que quem tem grana tem tudo. A certeza da impunidade é tanta que eles nem pensam em deixar o país. Daqui a pouco ele bebe de novo e causa outro acidente. Infelizmente.

Roberta Melissa Oliveira Sales (Diadema, SP)

Meio-termo

“Precisamos do bolsonarismo moderado” (Joel Pinheiro da Fonseca, 29/4). Não existe bolsonarismo moderado. Precisamos, sim, de uma direita “não bolsonarista” moderada.

Francisco Neto (Uberlândia, MG)

Bolsonarista moderado é um oxímoro. Acharam isso do Tarcísio e ele só entrega mais mortes e mais desrespeito com trabalhadores como os professores. Bolsonaristas adoram a morte e a violência, não se pode ser moderado com isso como premissa básica.

Vera Lucia Frayze David (São Paulo, SP)

Sim, uma verdadeira direita liberal seria muito bom para o país. Quanto ao bolsonarismo, espero que defina até sumir, da mesma forma que espero que aconteça com o lulismo. São dois vetores de atraso do país.

Antonio Araújo (Salvador, BA)

Precisamos urgentemente de políticos capazes e bons gestores do centro! Elizabeth O. Costa (Rio de Janeiro, RJ)

Direito ao deboche

“Mas político mesmo serve para ser zombado” me lembrou o grande jornalista, o saudoso Arnaldo Jabor que dizia a mesma coisa! (“O egocentríssimo deputado”, Lygia Maria, 28/4) Eu acrescentaria que também servem para nos fazer chorar, a eloquência do amor e ódio! Só nos resta, com todo direito, xingá-los, apelidá-los e o riso sarcástico.

Jose Antonio Garbino (Bauru, SP)

Os deputados, teoricamente, são representantes do povo, não estão acima dele.

Carla C. Oliveira (São Paulo, SP)

Classe médica

“Conselho faz ofensiva contra médicos em SP por aborto legal em vítimas de estupro” (Mônica Bergamo, 29/4). Nós, médicos de São Paulo, deveríamos produzir um documento conjunto em apoio aos colegas obstetras atacados e exigindo esclarecimentos do Cremesp. Não pago anuidade para isso.

Rodolfo Francisco Marques (São Paulo, SP)

Tenho vergonha deste conselho! Não segue as normas previstas na lei e aderiu ao falso moralismo bolsonarista, perseguindo médicos que apenas cumpriram a lei. Num processo judicial, será derrotado.

Beatriz R. Alvares (Campinas, SP)

Grupos menos favorecidos

“Educação tem se mostrado ineficaz na redução das desigualdades, diz pesquisador” (Educação, 30/4). O Estado tem que investir na educação e saúde, como já feito com a criação das universidades federais espalhadas pelo país, como se fez com o fortalecimento do SUS. Ao contrário do que pensam os empedernidos privatistas, a solução não está no Estado mínimo, a não ser que queiram proteger os privilégios das classes dominantes e os da pseudo classe média, lambe botas.

Orlando Gomes de Freitas (São Paulo, SP)

Excessos

“Itaipu tem a energia mais cara das grandes hidrelétricas, aponta estudo” (Mercado, 28/4). É a farra institucionalizada com o sacrifício do dinheiro suado do povo brasileiro, com o presidente da companhia distribuindo milhões em prol do seu partido político.

José Barbizan (Maringá, PR)

Aos vencedores

“Documentário mostra que Guerra Fria não é apenas um marco no passado” (Mundo, 29/4). Ideais comunistas sempre existirão, porque suas teorias inspiram o desejo de igualdade. Porém, na história, quem manda são os ricos que compram o sistema.

Valdir de Macedo (Biritiba Mirim, SP)

Aperitivo

“Muçarela derretida no molho é petisco delicioso que leva 5 minutos” (Receitas do Marcão, 29/4). Talvez seja o momento para pesquisar quais tomates frescos são próprios para molhos do tipo italiano. Haverá restaurante rentável com molhos bons industrializados? Ou tem de se virar criativamente com o que tem por aí? Delicioso na infância era mergulhar o pão no molho que se apurava para a macarronada domingueira sob o pretexto de matar a fome...

Murilo Belezia (São Paulo, SP)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Cabo de guerra

A Advocacia-Geral da União e o Ministério Público de SP disputam a destinação de R\$ 82 milhões que estavam em contas ligadas ao ex-prefeito Paulo Maluf e tiveram a repatriação decidida pela Justiça da Suíça em março. O órgão federal diz que a ação penal no STF que originou a decisão determina a destinação dos valores para a União. Já o promotor Sílvio Marques, de SP, entende que o dinheiro tem que ficar com o município, “porque é a vítima dos atos de improbidade praticados”.

MESA REDONDA Na quinta (2), representantes de AGU, Ministério Público Federal, Departamento de Recuperação de Ativos do Ministério da Justiça e Procuradoria-Geral do Município de SP devem ser reunir em Brasília para tratar do tema. Maluf foi condenado por ocultar dinheiro desviado da construção da atual avenida Roberto Marinho enquanto era prefeito (1993-1996).

TAMO JUNTO A Justiça aceitou pedido da gestão Ricardo Nunes (MDB) para atuar como assistente de acusação em processos que investigam empresas de ônibus suspeitas de ligação com o PCC. Com isso, a prefeitura se dispõe a ajudar o Ministério Público na investigação. O pedido faz parte de discurso da administração de que é vítima e não tem responsabilidade em irregularidades.

PRATO DO DIA O apresentador José Luiz Datena jantou nesta segunda (29) com a cúpula do PSDB e pediu de 10 a 15 dias para dar uma resposta final sobre se candidatar a prefeito de SP pelo partido. Famoso por desistir na última hora, ele disse ter clareza que essa é a sua última chance de entrar na política. Participaram os presidentes do PSDB nacional, Marconi Perillo, paulista, Paulo Serra, e paulistano, José Aníbal, além do deputado Aécio Neves (MG) e do governador do RS, Eduardo Leite.

OUTRO PATAMAR O governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) definiu o novo salário mínimo do estado de SP em R\$ 1.640, aumento de 5,8% com relação ao atual valor. O reajuste supera a inflação dos últimos 12 meses, que ficou em 3,93%. Será o segundo ano seguido de aumento real. Opiso regional, após ser aprovado pelos deputados estaduais, ficará 16% maior do que o nacional, de R\$ 1.412.

CATRACA LIVRE O pré-candidato a prefeito de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) e sua provável vice, Marta Suplicy (PT), participarão em 23 de maio de um evento para marcar os 20 anos do Bilhete Único na cidade. O ato é organizado pelo deputado Jilmar Tatto (PT), que implementou o benefício quando secretário. Um dos pontos a serem debatidos será a forma de implementar de maneira gradual a tarifa zero na capital.

Com Guilherme Seto, Danielle Brant e Rogério Pagnan

AÇÃO... A Comissão de Assuntos Econômicos do Senado antecipou para 7 de maio a votação do projeto que atualiza o teto de MEIs, micro e pequenas empresas, em resposta à decisão do governo de judicializar a desoneração de setores da economia e municípios. O projeto, relatado pelo senador Laércio de Oliveira (PP-SE), prevê correção anual.

...E REAÇÃO O projeto é visto com ressalvas pela Fazenda por representar mais uma potencial perda de arrecadação. Outro fator que pesou para apressar o texto foi que a regulamentação da reforma tributária enviada pelo governo não trouxe previsão específica para o setor das micro e pequenas empresas.

NA SARJETA O número de violações contra pessoas em situação de rua cresceu 24% nos primeiros quatro meses do ano na comparação com 2023, chegando a 6.177. O levantamento foi feito pelo Ministério dos Direitos Humanos com base no Disque 100, de denúncia a violações. O estado de SP aparece em primeiro lugar no ranking, com 1.964 casos reportados, seguido pelo Rio, com 696.

FENÔMENO Na contramão dos outros estados do Nordeste, o PL é o partido com maior número de prefeituras do Maranhão: 34. No estado, o partido já foi comandado pelo deputado federal Josimar de Maranhãozinho, investigado pela Polícia Federal por suspeita de desvio de recursos da Saúde viabilizados por emendas parlamentares. O segundo colocado é o MDB, com 31 prefeitos maranhenses, enquanto o PSB, do governador Carlos Brandão, aparece com 19.

VISITA À FOLHA 1 Vinícius Marques de Carvalho, ministro-chefe da Controladoria-Geral da União (CGU), esteve no jornal nesta terça-feira (30). Acompanhava-o Daniela Matos Thomson de Andrade, assessora de comunicação.

VISITA À FOLHA 2 Nicolas Andrade, líder de políticas públicas para América Latina e Caribe da OpenAI, esteve no jornal nesta terça-feira (30). Acompanhavam-no Daniele Kleiner, sócia-fundadora da Alandar Consultoria em Políticas Públicas, e Christian Miguel, líder de comunicação da Alandar.



Ministro das Comunicações, Juscelino Filho, durante entrevista para Folha Gabriela Biló - 26.mar.24/Folhapress

PF suspeita de 3 caminhos utilizados para desvios de valores por ministro

Juscelino Filho diz ser vítima de acusação injusta e afirma que é o principal interessado nos esclarecimentos da investigação

Fabio Serapião e Mateus Vargas

BRASÍLIA A investigação que mira Juscelino Filho (Comunicações) entrou na reta final com a Polícia Federal apurando três caminhos sob suspeita de terem sido utilizados para desviar valores de contratos da Codevasf ao ministro de Lula (PT).

Juscelino Filho atualmente é investigado pela PF por suspeita de integrar uma organização criminosas envolvida em desvios de dinheiro em obras da estatal na cidade de Vitorino Freire (MA), comandada por sua irmã, Luanna Rezende. Os contratos foram bancados com emendas parlamentares de quando ele era deputado.

Os três caminhos citados na investigação envolvem a pavimentação de estrada que beneficiava propriedades dele, as indicações de pagamentos a terceiros e a contratação de uma empresa que a PF suspeita ser do próprio Juscelino.

A assessoria do ministro afirma, em nota, que ele é vítima de uma “acusação injusta e o maior interessado para que o assunto seja esclarecido o mais rápido possível”.

O grupo investigado, segundo a PF, era estruturado para captar, direcionar e desviar recursos públicos oriundos dessas verbas, além de fraudar licitações.

O inquérito foi aberto em janeiro de 2023, após o nome do ministro aparecer em uma investigação sobre irregularidades em obras bancadas com emendas do deputado Josimar Maranhãozinho (PL-MA).

O caso então foi enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal) e, em setembro de 2023, a PF realizou a operação Benesse, desdobramento da Odoacro, com buscas em endereços da irmã do ministro. Os investigadores pediram buscas contra o próprio Juscelino Filho, mas o ministro Luís Roberto Barroso negou.

Com Barroso assumindo a presidência do STF, o caso ficou parado até o ministro Flávio Dino assumir a relatoria e devolver o inquérito para a PF, no início de março deste ano. Após a devolução, a PF intimou Juscelino, que deve prestar depoimento nos próximos dias.

O interrogatório do ministro e de outros investigados marcam a proximidade do término da investigação. Após as oitivas, a PF deverá produzir seu relatório final e encaminhar para o STF para que

a PGR (Procuradoria-Geral da República) decida por denunciar, pedir mais diligências ou arquivar o caso.

O ponto central da investigação é a relação de Juscelino Filho com o empresário Eduardo José Barros Costa, o Eduardo DP, responsável pela Construservice.

A empresa foi a responsável por algumas obras bancadas com as emendas do então deputado federal na cidade de Vitorino Freire.

Ao pedir buscas contra Juscelino, a Polícia Federal afirmou que ele mantém uma relação criminosas com Eduardo DP. A afirmação foi feita com base em conversas entre os dois encontradas pelos investigadores ao longo da operação Odoacro.

Relação entre eles, diz a PF, resultou em três suspeitas sobre como os desvios em obras da Codevasf beneficiariam o ministro de Lula.

A primeira delas é que uma das obras, a pavimentação de uma estrada vicinal de Vitorino Freire, beneficiou diretamente o ministro, uma vez que o trecho asfaltado passa por propriedades dele e de seus familiares.

Essa linha de apuração, como mostrou a Folha, foi reforçada por relatório da Controladoria-Geral da República que analisou a obra e apontou o benefício às propriedades do ministro.

“De um total de 23,1 km, envolvendo R\$ 7,5 milhões, 18,6 km, 80%, beneficiariam as propriedades do parlamentar e, ao que parece, de forma individual. Os restantes 4,5 km beneficiariam cinco povoações locais e ainda de forma isolada sem integração com a rodovia estadual, nem com a sede do município”, diz a CGU.

A segunda suspeita sobre como os desvios podem ter beneficiado o ministro tem como base conversas entre Juscelino e Eduardo DP sobre indicações de pagamentos a terceiros.

Como revelou a Folha, um engenheiro, duas servidoras da Prefeitura de Vitorino de Freire e empresas aparecem como destinatários de pagamentos solicitados pelo ministro a Eduardo DP. Esses pedidos de repasses foram entre 2017 e 2020, quando Juscelino ainda era deputado federal, e aparecem nas conversas.

O último caminho que a PF considera que pode chegar ao ministro é por meio da empresa Arco Construções.

A PF suspeita que a empre-

sa seja, na verdade, do próprio Juscelino por meio de laranjas. Os investigadores afirmam que, no passado, duas pessoas que ocuparam cargos de assessoria do gabinete do político, Lia Cândida Soares e Anne Magalhães, foram sócias da empresa.

A Arco foi contratada para uma obra em Vitorino Freire custeada com emendas do então deputado. O objetivo do contrato era a recuperação da estrada vicinal de terra que liga o distrito São João do Grajáú ao povoado de Estirão, onde fica a sede da fazenda da família do ministro — a mesma que seria depois pavimentada com outra emenda de Juscelino Filho.

A PF encontrou mensagens entre Juscelino e Eduardo DP da época em que a obra era realizada. As mensagens mostram solicitações de pagamentos à empresa “com a justificativa de ser realizado serviço de terraplanagem de uma obra”.

Ao menos uma transação entre a Arco e Eduardo DP entrou na mira da PF após os investigadores encontrarem um comprovante de transferência de R\$ 63 mil feita por um suposto laranja do empresário.

Na nota enviada a Folha por sua assessoria, Juscelino Filho afirmou que aguarda a conclusão das investigações com “tranquilidade”.

“A presunção de inocência é um princípio fundamental e ele aguarda o desfecho do processo com tranquilidade, pois confia na honestidade dos seus atos e na imparcialidade da Justiça para comprovar a sua inocência”, diz.

Sobre a estrada citada pela CGU, a nota afirma que ela “pertence aos moradores de Vitorino Freire e desempenha um papel crucial na vida da comunidade dos povoados vizinhos, que utilizam a via para se deslocarem ao trabalho, escolas, hospitais e postos de saúde, por isso, sua pavimentação é uma demanda antiga, especialmente porque durante os períodos chuvosos, a estrada se torna intransitável, isolando essa população”.

A nota também aborda as suspeitas sobre as emendas que custearam as obras. A assessoria afirma que elas foram “destinadas de forma pública e transparente e são um instrumento legítimo do Congresso Nacional”.

“É importante ressaltar que o parlamentar não é responsável pela execução e fiscalização dos projetos resultantes dessas emendas”, afirma o texto.

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

Redação São Paulo

Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222

Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000

Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080

Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	Digital Ilimitado		Digital Premium
PLANO MENSAL	R\$ 29,90		R\$ 44,90
EDIÇÃO IMPRESSA	Venda avulsa		Assinatura semestral*
	seg. a sáb.	dom.	Todos os dias
MG, PR, RJ, SP	R\$ 6,90	R\$ 9,90	R\$ 1.085,90
DF, SC	R\$ 8	R\$ 11	R\$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R\$ 8,50	R\$ 12	R\$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R\$ 13	R\$ 15,50	R\$ 1.868,90
Outros estados	R\$ 13,50	R\$ 16,50	R\$ 2.315,90

*A vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO DIÁRIA (IVC)
794.195 exemplares (fevereiro de 2024)

“

A presunção de inocência é um princípio fundamental e ele [Juscelino] aguarda o desfecho do processo com tranquilidade, pois confia na honestidade dos seus atos e na imparcialidade da Justiça

Juscelino Filho em nota enviada pela assessoria

...

40 anos das Diretas Já.

A OAB SP, sempre presente,
vigilante e ativa na consolidação
e no avanço da democracia.



CAASP | ESA | PREV

Grupo omite patrocinadores de viagem de ministros a Londres

Organizador de fórum afirma que bancou gastos, mas não divulga valores

Marianna Holanda e Renato Machado

BRASÍLIA A organização do evento em Londres que reuniu autoridades do Judiciário brasileiro e do governo Lula (PT) afirma que arcou com todos os gastos com passagens aéreas e hospedagem dos seus palestrantes, porém se recusou a divulgar os valores e a informar quem eram os patrocinadores do encontro. “Quem é responsável pelo custo operacional do Fórum Jurídico Brasil de Ideias é o Grupo Voto, como ocorre há 20 anos”, informou em nota a organização do fórum, ao ser questionada pela **Folha** sobre os financiadores do evento.

O Grupo Voto é presidido pela cientista política Karim Miskulin, que diz trabalhar na “interlocução entre o setor público e o privado”. “Os valores não são de domínio público porque não há verba pública envolvida na realização. O Grupo Voto, empresa privada, se dá ao direito de manter seus patrocinadores em sigilo em respeito às cláusulas contratuais”, afirmou a organização.

Diante disso, não é possível saber se patrocinadores estão envolvidos em processos em tramitação no STF (Supremo Tribunal Federal), por exemplo, ou se possuem contratos com o governo federal.

Autoridades brasileiras participaram de quarta-feira (24) a sexta-feira (26) do 1º Fórum Jurídico - Brasil de Ideias, que foi realizado no Reino Unido.

Participaram do evento os ministros do Supremo Gilmar Mendes, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes, o procurador-geral da República, Paulo Gonet, e os ministros do governo Lula Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).

Também compareceu o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

Jornalistas foram impedidos de acompanhar o encontro na quinta (25). Gilmar Mendes disse não saber da proibição.

Não foi permitido à imprensa, inclusive, permanecer no mesmo andar em que o evento ocorreu, no Hotel Península, que fica ao lado do Hyde Park e cujas diárias custam mais de 900 libras (cerca de R\$ 5.800).

A participação das autoridades brasileiras no evento gerou polêmica pela falta de transparência. Ministros do STF não divulgaram a sua programação e, questionados pe-



O ministro Gilmar Mendes, do STF, discursa em evento em Londres Reprodução grupovoto no Instagram

la **Folha** no fim de semana, se recusaram a responder quem arcou com os gastos.

Procurado, Paulo Gonet não quis se manifestar.

O Supremo apenas afirma que não custeou a passagem de ministros, porque só emite bilhete internacional quando o ministro vai na representação da presidência do STF. O tribunal também não pagou diárias previstas para hospedagem e outras despesas.

Os ministros do governo Lula, ao serem questionados, responderam que as despesas foram custeadas pela organização do evento e que o convite foi feito pelo site Consultor Jurídico. A mesma resposta foi dada pelo diretor-geral da PF. O site foi procurado pela reportagem, mas não enviou posicionamento sobre as perguntas da **Folha** até a conclusão desta edição.

“A viagem do advogado-geral da União, Jorge Messias, foi sem ônus para União, tendo a organização do referido evento custeado passagem, em voo comercial, e hospedagem”, informou a AGU em nota, acrescentando que os deslocamentos aconteceram nos dias 23 de abril, com a ida para Londres, e o retorno aconteceu no dia 28 (domingo).

O Ministério da Justiça informou que a viagem de Lewandowski foi sem ônus pa-

ra a União, “tendo a organização do evento custeado passagem, em voo comercial, e hospedagem, no The Peninsula”.

Os despachos presidenciais autorizando a saída do país dos ministros falam em “ônus limitado” para a União, porque não há corte nos vencimentos.

Andrei Rodrigues também afirmou que, além do fórum, participou de reunião “com o comissário-geral da City of London Police, Peter O’Donerty”. “Na ocasião, foram tratados temas como o intercâmbio de policiais em áreas de interesse de ambas as instituições, entre outros assuntos”, informou em nota a PE.

Também disse que, na sexta, a PF e a National Crime Agency (Agência Nacional de Crimes do Reino Unido – NCA) firmaram uma “carta de intenções para aprimorar a cooperação policial internacional entre as duas instituições”.

Apesar de o custo das autoridades serem bancados pela organização, os palestrantes brasileiros também levaram para Londres assessores. As passagens aéreas e mesmo a hospedagem desses auxiliares são custeadas pela União.

Jorge Messias, por exemplo, esteve acompanhado de um integrante da Assessoria de Relações Internacionais da AGU. Seus gastos ficam a cargo da Advocacia-Geral da União.

A pasta acrescenta que o auxiliar não ficou hospedado no mesmo hotel do ministro, pago pela organização.

Os ministros Gilmar Mendes, Kassio Nunes Marques e o presidente da corte, Luís Roberto Barroso, participarão ainda de um último evento da OAB, em Madri, entre os dias 6 e 8 de maio, além de ministros do STJ (Superior Tribunal de Justiça) e de Gonet.

Procurada, a Ordem disse que o evento é realizado pela Escola Superior de Advocacia e pela Universidade Complutense de Madrid. Disse ainda que as despesas dos palestrantes (passagem e hotel), tanto brasileiros quanto espanhóis, são integralmente pagos com a arrecadação das inscrições.

“Cada inscrição custa mil euros e, até o momento, já são mais de 200 inscritos”, disse o Conselho Federal da entidade.

A participação de autoridades no evento provocou a reação de parlamentares, em particular da oposição.

“Tivemos um final de semana recheado de polêmicas no nosso país. Havia uma comitiva aí, tipo um trem da alegria, que foi para Londres, sem a menor transparência, com ministros do Supremo Tribunal Federal. Ninguém sabe quem pagou, quem estava lá”, afirmou o senador Eduardo Girão (Novo-CE).

Especialistas dizem que, quando há relação da agenda com o trabalho da autoridade, o ideal é que o governo arque com os custos.

Para as autoridades do Executivo federal, há um decreto que determina a publicidade dos gastos quando pagos também por entes privados. É o mesmo que dispõe sobre regras para presentes, como as joias entregues a Jair Bolsonaro que são investigadas. O decreto determina que agente público deve registrar e publicar objetivo de viagem custeada totalmente ou parcialmente por um órgão privado, além de data e “o valor estimado das despesas custeadas pelo agente privado”.

Assim, ainda que os organizadores não divulguem, os valores dispensados devem ser publicados pelo governo.

“É recomendado ser custeado pelo órgão público, se tiver algo a ver com a função da autoridade. Mas isso tem, de fato, uma subjetividade muito grande e é analisado caso a caso, não há resposta pronta”, disse o professor de direito na FGV-SP André Rosilho.

“Custeio de despesa por entidade privada pode sugerir vantagem por essa pessoa jurídica, gera dúvida sobre o comportamento. Por isso, o órgão público costuma arcar com gastos”, completou.

STF só paga viagens internacionais do presidente da corte

José Marques e Ana Pompeu

BRASÍLIA Os ministros do STF (Supremo Tribunal Federal) não costumam fazer viagens internacionais com passagens emitidas pelo órgão, com exceção de quem estiver na presidência da corte.

O regimento interno da corte prevê que o presidente é quem representa o tribunal perante entidades externas, e que ele deve exercer esse papel. Atualmente, Luís Roberto Barroso preside o Supremo.

Para que haja a liberação de diárias e passagens em eventos internacionais a outros integrantes do STF, o presidente precisa autorizar — e a praxe é que outros ministros não façam esse tipo de solicitação.

O Supremo paga passagens de representação institucional, que é prevista em norma interna e já foi examinada pelo TCU (Tribunal de Contas da União). Neste caso, é válida a emissão de passagens para destinos no Brasil, e não é necessário que o presidente designe o colega para representar o tribunal e os ministros não recebem diárias.

Essas passagens não podem ser usadas, porém, para que sejam exercidas atividades remuneradas particulares.

Lula indica aliado de Pacheco e de petistas para vaga no TST

BRASÍLIA Em crise com o Congresso, o presidente Lula (PT) decidiu nesta terça (30) indicar o advogado Antônio Fabricio de Matos Gonçalves para uma vaga de ministro do TST (Tribunal Superior do Trabalho). Gonçalves é ex-presidente da OAB-MG e teve a candidatura apadrinhada pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e por setores próximos a ministros petistas, como o grupo Prerrogativas.

Ele disputava o cargo com outros dois advogados. Um deles é Adriano Costa Avelino, ligado ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). Também concorria a advogada Roseline Rabelo.

A vaga no TST era destinada a integrantes da advocacia, e a lista com os três nomes foi votada e encaminhada pela corte a Lula na semana passada. O posto foi aberto em decorrência da aposentadoria do ministro Emmanoel Pereira.

Gonçalves ainda deve ser sabatinado e aprovado pelo Senado antes de ser nomeado ministro.

Em nota, a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) parabenizou Gonçalves.

“A indicação de Antônio Fabricio de Matos Gonçalves para o cargo de ministro do TST é motivo de grande satisfação para toda a comunidade jurídica. Sua trajetória profissional e sua dedicação ao direito do trabalho o tornam um nome notável e apto a contribuir significativamente para o desenvolvimento e aprimoramento da justiça trabalhista”, disse o presidente da Ordem, Beto Simonetti.

Nas últimas semanas, advogados ligados à esquerda afirmaram aos aliados do presidente que Avelino, o afilhado de Lira, fez postagens no passado em redes sociais contra a ex-presidente Dilma Rousseff (PT).

Gonçalves presidiu o braço mineiro da OAB de 2016 a 2018, foi presidente da comissão nacional de direitos sociais da OAB, além de presidente da Abrat (Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas).

Ele possui pós-graduação em direito de empresa e mestrado em direito do trabalho, obtendo o primeiro lugar no doutorado em direito do trabalho.

A indicação de Gonçalves constou em edição do Diário Oficial desta terça. **JM**

Tribunal de Justiça de SP promove 2ª juíza por critério de gênero

Frederico Vasconcelos

SÃO PAULO O Tribunal de Justiça de São Paulo promoveu a juíza de direito Tania Mara Ahualli ao cargo de desembargadora pelo critério de merecimento em lista exclusiva feminina.

É a segunda desembargadora do TJ-SP beneficiada pela resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) aprovada em setembro para ampliar a paridade de gênero nos tribunais de segunda instância.

A primeira foi Maria de Fátima dos Santos Gomes, cuja posse solene ocorrerá na próxima sexta-feira (3).

Não houve contestações à promoção de Tania Mara, em ato deliberado pelo Órgão Especial. A posse administrativa dela ocorreu na última quinta-feira (25).

A nova desembargadora ingressou na magistratura em 1990 e atuou em comarcas co-

mo a de Piedade, Itapequerica da Serra e São Paulo. É doutora em direito pela USP.

Na mesma sessão foi promovida a juíza de direito Ely Amioka, pelo critério de antiguidade, que é misto, após 34 anos de carreira. Com a posse, o TJ-SP passa a contar com 31 mulheres entre os 288 desembargadores que são magistrados de carreira.

A primeira indicação de desembargadora do TJ-SP pela nova regra de paridade de gênero tinha sido questionada em março, por um grupo de 20 juízes paulistas.

Os magistrados, na contestação, afirmaram que a abertura de concurso de merecimento apenas para mulheres feria direito deles assegurado pela Lei Orgânica da Magistratura e pela Constituição.

O procedimento de promoção chegou a ficar suspenso, mas o relator, desembargador Gastão Toledo Campos



Tania Mara Ahualli durante sua posse como desembargadora do Tribunal de Justiça de São Paulo Divulgação TJ-SP

Melo, acabou extinguindo o mandado de segurança há três semanas.

“Se o que pretendem os impetrantes é o reconhecimento da invalidade da resolução do CNJ, é inelutável a conclusão de que a demanda foi mal endereçada”, disse Campos Melo na ocasião.

O coletivo Sankofa, que reúne dezenas de magistradas, afirmou que a ausência de impugnações a esse segundo concurso no TJ-SP “leva a crer que a implantação da política afirmativa de gênero, precedida por amplo debate, ocorrerá sem entraves, conduzindo a sociedade brasileira a avanço civilizatório e o Poder Judiciário a novo patamar democrático”.

“Quanto mais nossos tribunais espelharem a diversidade do povo brasileiro, que é plural, de maioria feminina, tanto mais justas serão suas decisões em benefício da socieda-

de”, afirmou o grupo, em nota.

A nova regra de gênero para o preenchimento de vagas na segunda instância do Judiciário foi pautada no CNJ por Rosa Weber, à época presidente do conselho e do STF (Supremo Tribunal Federal), às vésperas da sua aposentadoria, no ano passado.

O ato normativo estabelece a intercalação de uma lista exclusiva de mulheres e outra tradicional mista conforme a abertura de vagas para magistrados de carreira por critério de merecimento.

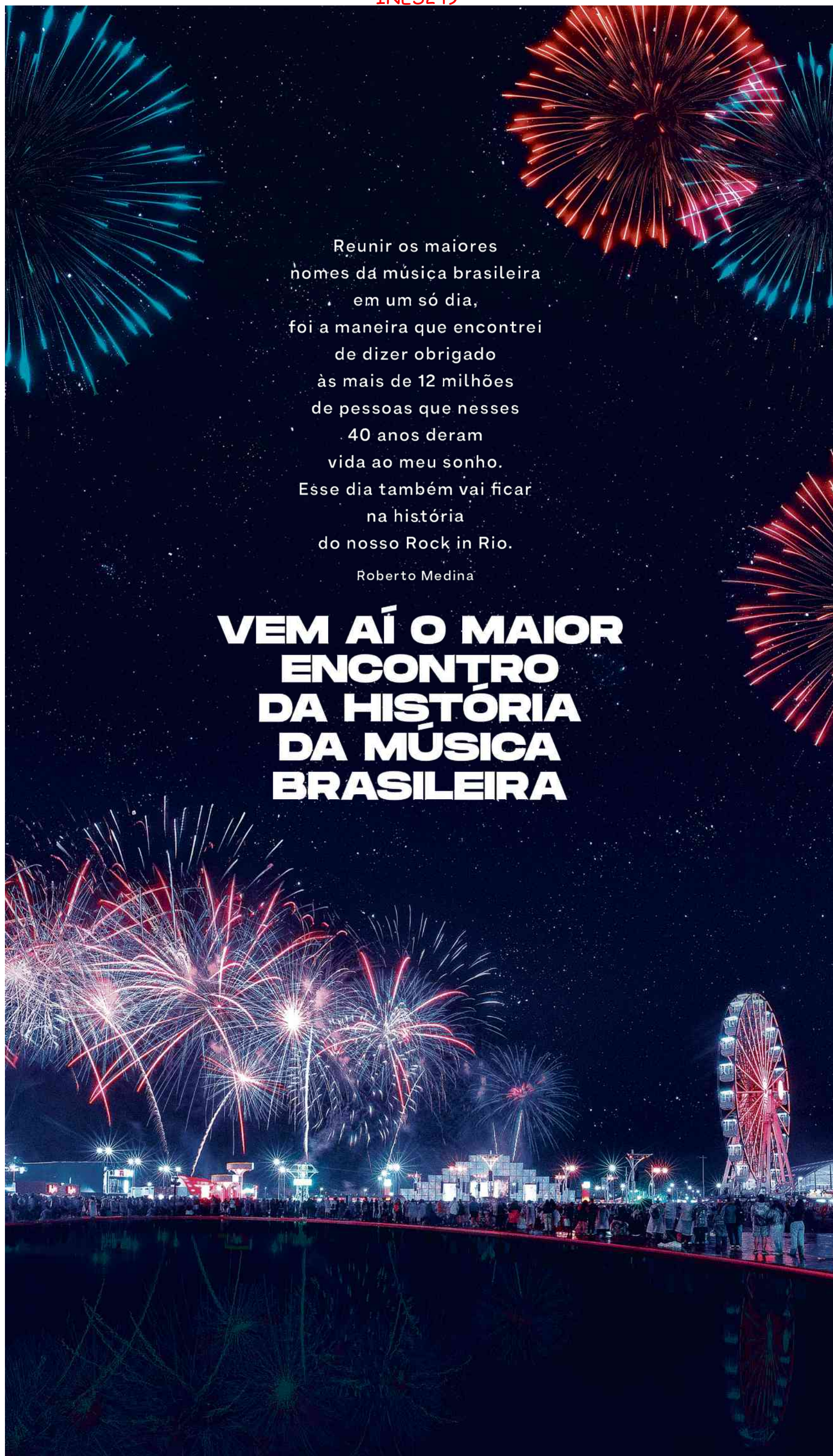
Em setembro, o órgão aprovou por maioria de votos a criação da norma, que passou a valer neste ano. A regra, que tem por objetivo a paridade de gênero nos tribunais, será mantida até que cada corte alcance a proporção entre 40% e 60% por gênero.

A regra não vale para os Tribunais Regionais Eleitorais e da Justiça Militar.

Reunir os maiores
nomes da música brasileira
em um só dia,
foi a maneira que encontrei
de dizer obrigado
às mais de 12 milhões
de pessoas que nesses
40 anos deram
vida ao meu sonho.
Esse dia também vai ficar
na história
do nosso Rock in Rio.

Roberto Medina

VEM AÍ O MAIOR ENCONTRO DA HISTÓRIA DA MÚSICA BRASILEIRA





artplan



a p r e s

UM DIA INTEIRO PARA AB

PARA SEMPRE **ROCK · PALCO MUNDO**

CAPITAL INICIAL
DETONAUTAS
NX ZERO
PITTY
ROGÉRIO FLAUSINO
TONI GARRIDO

PARA SEMPRE **SERTANEJO · PALCO MUNDO**

CHITÃOZINHO & XORORÓ
ORQUESTRA HELIÓPOLIS
ANA CASTELA
JUNIOR
LUAN SANTANA
SIMONE MENDES

PARA SEMPRE **SAMBA · PALCO SUNSET**

ZECA PAGODINHO
ALCIONE
DIOGO NOGUEIRA
JORGE ARAGÃO
MARIA RITA
XANDE DE PILARES

PARA SEMPRE **RAP · PALCO SUNSET**

CRIOLO
DJONGA
KAROL CONKÃ
MARCELO D2
RAEL

PARA SEMPRE **JAZZ · GLOBAL VILLAGE**

ANTONIO ADOLFO
JOABE REIS
JONATHAN FERR
LEO GANDELMAN

PARA SEMPRE **SOUL · GLOBAL VILLAGE**

BANDA BLACK RIO
CLAUDIO ZOLI
HYLDON

PARA SEMPRE **FUNK · ESPAÇO FAVELA**

LIVINHO
MC DON JUAN
MC DRICKA
MC HARIEL
MC IG
MC PH

JUNTOS POR UM



DOE EM: ROCKIN



entam

RAÇAR A NOSSA MÚSICA

PARA SEMPRE **TRAP** · **PALCO MUNDO**

CABELINHO
FILIPE RET
KAYBLACK
MATUÊ
OROCHI
RYAN SP
VEIGH

PARA SEMPRE **MPB** · **PALCO MUNDO**

BAIANASystem
CARLINHOS BROWN
DANIELA MERCURY
MAJUR
MARGARETH MENEZES
NEY MATOGROSSO

PARA SEMPRE **POP** · **PALCO SUNSET**

DUDA BEAT
GLORIA GROOVE
JÃO
LUDMILLA
LUÍSA SONZA
LULU SANTOS

PARA SEMPRE **BOSSA NOVA** · **GLOBAL VILLAGE**

BOSSACUCANOVA
PART. CRIS DELANNO
LEILA PINHEIRO
ROBERTO MENESCAL
WANDA SÁ

PARA SEMPRE **MÚSICA CLÁSSICA** · **ESPAÇO FAVELA**

NATHAN AMARAL
ORQUESTRA SINFÔNICA
BRASILEIRA JOVEM

PARA SEMPRE **BAILE DE FAVELA** · **ESPAÇO FAVELA**

BUCHECHA
CIDINHO E DOCA
FUNK ORQUESTRA
MC CAROL
MC KEVIN O CHRIS
TATI QUEBRA BARRACO

PARA SEMPRE **ELETRÔNICA** · **NEW ORDER DANCE**

MOCHAKK
BELTRAN X CLASSMATIC
ELI IWASA X RATIER
MAZ X ANTDOT

M MUNDO MELHOR



GERANDO FALCÕES

RIO.COM/ABRACE

artplan



SOZINHOS SOMOS UM SOM. JUNTOS SOMOS MÚSICA. E MÚSICA TRANSFORMA TUDO.

Desde 1985, o **Rock in Rio** acredita em um mundo melhor. E pra celebrar nossos 40 anos, vamos multiplicar isso. O maior festival de música e entretenimento do mundo vai abraçar duas das mais respeitáveis ONGs do país. Ao lado da **Ação da Cidadania** serão mais de um milhão e meio de pratos de comida doados. E junto com a **Gerando Falcões**, Gerdau e Fundação Grupo Volkswagen vamos transformar uma comunidade, trazendo uma mudança real na vida de 250 famílias. Vamos mobilizar todo o país neste movimento. Com o **Dia Brasil**, uma data histórica para o festival, pela primeira vez teremos um line-up 100% nacional e a união dos maiores nomes da nossa música. Por um mundo melhor, uma música inédita foi composta e gravada por grandes artistas que doaram seus direitos. O público terá a opção de doar quando comprar seu ingresso para o Rock in Rio. O valor arrecadado pelo tradicional Leilão Fans for Change será revertido para as causas, assim como o lucro da venda de produtos oficiais e exclusivos, entre outras iniciativas. Vamos colocar o poder da música, a força das marcas e o alcance da mídia neste importante e necessário movimento. Vamos abraçar nossa música e um mundo melhor.

“O Edu faz um trabalho incrível levando dignidade para a favela.”

DANIEL SOUZA
PRESIDENTE DO CONSELHO



“Mais importante que unir estes dois projetos, vamos unir as pessoas. O Brasil é um só.”

ROBERTO MEDINA
CRIADOR



“O Daniel entrega milhares de cestas de comida, porque o Brasil tem fome.”

EDU LYRA
CEO & FUNDADOR



política



Raquel Lyra, governadora de Pernambuco, abriu caminho para tentar aliança com o PT no estado e nas eleições de 2026 Ton Molina - 7.mar.24/Fotoarena/Folhapress

Raquel Lyra tira cargos do PL e cogita uma aliança com Lula

Indicados do partido de Bolsonaro foram exonerados pela governadora de PE

José Matheus Santos

RECIFE A governadora Raquel Lyra (PSDB) exonerou nesta terça-feira (30) cargos indicados por integrantes do PL no Governo de Pernambuco. A ação acontece em meio a turbulências na relação dela com o partido na Assembleia Legislativa e pode abrir caminho para uma aliança futura da gestora com o PT, partido do presidente Lula.

A saída do PL do governo foi articulada por Raquel após insatisfações com a conduta de deputados estaduais da legenda. O partido do ex-presidente Jair Bolsonaro tinha indicação no Detran (Departamento Estadual de Trânsito) e no ProRural (Programa Estadual de Apoio ao Pequeno Produtor Rural) de Pernambuco.

O PP, comandado pelo deputado federal Eduardo da Fonte no estado, deve ocupar a vaga no Detran. O partido

tem sido o mais fiel à governadora nas votações de projetos na Assembleia, enquanto o PL tem 3 dos seus 5 deputados na oposição e apenas 1 parlamentar da bancada aliado a Raquel Lyra.

A movimentação abre caminho para um convite futuro para ingresso do PT no governo, visando aliança para as eleições de 2026. A expectativa é que conversas com os petistas aconteçam somente depois das eleições municipais.

A saída do PL tem como motivação a ausência de votos pró-Raquel Lyra na bancada do partido na Assembleia Legislativa. As críticas do partido de Bolsonaro à governadora são sobretudo em temas da segurança pública, área espinhosa para a atual gestão.

Em Pernambuco, o PL é presidido pelo ex-prefeito de Jaboatão dos Guararapes Anderson Ferreira, aliado do presidente nacional da sigla, Val-

demar Costa Neto. O partido conta com outra ala, mais ligada a Bolsonaro, comandada pelo ex-ministro do Turismo Gilson Machado Neto, pré-candidato a prefeito do Recife.

Nos bastidores, Anderson e Gilson travam disputa por protagonismo no PL. Pragmático, Anderson foi quem bancou a aliança com Raquel Lyra no início do governo dela, em 2023, enquanto a ala mais ideológica do partido tem feito críticas à governadora.

Atualmente, o governo busca vitória na Assembleia em um projeto que propõe a extinção gradual das faixas salariais da Polícia Militar até 2026. Mas o PL e outros partidos de oposição, como o PSB, querem antecipar o fim das faixas salariais para 2025 ou até mesmo antes, indo de encontro ao governo, que alega não ter condições orçamentárias para fazer essa movi-

Membros ligados ao PL exonerados do Governo de PE
Jael Maurino do Carmo
coordenação do Detran

Mychel Gomes de Sá
diretor do ProRural

mentação.

Já nas eleições do Recife, a divergência está consolidada, com o PL tendo a candidatura de Gilson Machado, enquanto Raquel apoiará o ex-deputado e secretário estadual de Turismo Daniel Coelho (PSD).

Para 2026, Raquel Lyra cogita mudar de partido. PSD e MDB são os mais cotados para uma eventual migração. A perda de fôlego do PSDB e a possibilidade de disputar a reeleição em um partido com mais musculatura política e de fundo partidário são os componentes da equação.

No entorno da governadora, não está descartado um eventual apoio a Lula em 2026. Petistas pernambucanos dizem, sob reserva, que o presidente não recusaria o apoio junto com o do prefeito do Recife, João Campos (PSB), que pode ser candidato a governador contra Raquel se reeleito neste ano.

Membros do PT já afirmaram publicamente que, com o PL no governo, seria impossível uma eventual composição com a governadora. Agora, o movimento abre flanco para nova avaliação. O entorno do senador Humberto Costa não descarta uma candidatura à reeleição na chapa de Raquel. O Palácio do Campo das Princesas também vê chances da aliança.

O assunto, porém, não é pacificado dentro do PT. O secretário de Meio Ambiente do Recife, Oscar Barreto, integrante da gestão João Campos, diz que o futuro do partido no estado tem que ser ao lado do atual prefeito.

“O partido é maior e cumpre uma tarefa de reforçar a Frente Popular [coalizão política do PSB]. No PT, hoje, tem uma turma grande aliada da governadora Raquel, incluindo a bancada estadual, inclusive que tenta uma candidatura [no Recife] para ter apoio da governadora”, diz. “O que mais interessa hoje é a liderança que João Campos exerce no Recife e em Pernambuco, e não mais discutir interesses pessoais.”

O PT se posicionou como oposição a Raquel, mas os três deputados estaduais do partido têm votado frequentemente alinhados ao governo do estado, incluindo o ex-prefeito do Recife João Paulo. Uma possível candidatura própria dele tem sido estimulada nos bastidores pelo Palácio do Campo das Princesas, para atraparalhar João Campos e forçar um segundo turno, mas a ideia não avançou até agora.

Na semana passada, Raquel recebeu integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) junto com a deputada estadual Rosa Amorim (PT) na sede do governo. As fotografias do encontro irritaram integrantes do PL e expuseram a proximidade de ala do PT com o governo.

Já a ala insatisfeita do PT avalia que João Campos não trata o partido adequadamente na disputa pela vaga de vice na chapa do prefeito. Conforme revelou a *Folha*, o prefeito articulou a filiação de quatro secretários municipais a partidos aliados como alternativas para a vaga de vice na chapa dele.

João Campos resiste a ceder a vaga ao PT, que quer preencher a vaga na expectativa de assumir a prefeitura em caso de renúncia do prefeito para ser candidato a governador em 2026.

O PSB prefere que um aliado de confiança de João Campos seja o vice do prefeito. Na visão do partido, os quatro secretários que se aliaram a partidos da base de João Campos se encaixam nesses critérios.

Entraram em partidos, na reta final do prazo de filiação, os secretários municipais de Finanças, Maira Fischer (União Brasil); Infraestrutura, Marília Dantas (MDB); de Planejamento, Felipe Matos (República); e o chefe de gabinete, Victor Marques (PC do B).

Ainda no páreo, o PT tem dois nomes como pré-candidatos à vaga: o assessor do Ministério das Relações Institucionais, Mozart Sales, e o deputado federal Carlos Veras.

Júri de bolsonarista que matou petista fica indefinido com liminar para a defesa

Catarina Scortecchi

CURITIBA O julgamento do ex-policial penal bolsonarista Jorge Guaranho, acusado de matar o guarda municipal e militante petista Marcelo Arruda em julho de 2022, foi novamente adiado e ainda não há uma nova data. Guaranho é acusado de homicídio duplamente qualificado e está preso no Complexo Médico Penal, na região metropolitana de Curitiba.

O júri estava marcado para começar nesta quinta-feira (2), quase um mês após a primeira tentativa de julgamento —em 4 de abril, a defesa do réu abandonou a sessão, o que forçou o adiamento.

Agora, a defesa do réu obteve uma liminar em segunda instância para suspender o júri até a análise final sobre o local do julgamento. A defesa de Guaranho não quer que

o julgamento seja realizado na cidade de Foz do Iguaçu, onde o crime ocorreu.

A liminar foi assinada na sexta-feira (26) pelo juiz Sérgio Luiz Patitucci, do Tribunal de Justiça do Paraná. O mérito dela ainda será analisado por um colegiado.

O advogado de Guaranho, Samir Mattar Assad, sustenta que, se o júri for realizado em Foz, o réu não conseguirá “exercer seu direito a uma defesa plena”. Ele diz que não existe imparcialidade no corpo de jurados na cidade e que o julgamento deveria acontecer fora da região oeste do Paraná ou em comarca localizada a mais de 200 km.

Acolhendo tese da defesa de Guaranho, o juiz do TJ entende que é plausível a suspeita de que os jurados em Foz podem não ter a “imprescindível imparcialidade” para o julgamento do caso.

Patitucci cita o fato de Arruda ter sido diretor do Sindicato dos Funcionários Públicos Municipais de Foz do Iguaçu, e de sua companheira, Pamela Suellen Silva, possuir um cargo na Itaipu Binacional. O corpo de jurados seria composto por sete funcionários da hidrelétrica e 21 funcionários municipais, “o que pode influenciar na decisão dos jurados”, segundo o juiz.

O debate sobre o local do júri também vem na esteira de uma estratégia da defesa do réu de afastar a hipótese de motivação política.

Ao pedir a mudança no local do júri, a defesa de Guaranho lembra que o caso ocorreu nas proximidades da campanha eleitoral para presidente da República, na “disputa mais acirrada de todos os tempos”, e que, por isso, foi tratado como um episódio de intolerância política, “gerando

inúmeros atos em favor da vitória na cidade”.

Mas, para Assad, seria apenas mais um caso de violência no país se não fosse o momento histórico e os indivíduos envolvidos.

Já o advogado Daniel Godoy Junior, que representa a família de Arruda em assistência à acusação, disse à *Folha* nesta segunda-feira (29) que a alegada ausência de motivação política do réu é “desprovida de racionalidade e absolutamente contrária ao conjunto probatório colhido no processo”.

Segundo ele, trata-se apenas de uma tentativa de excluir uma das qualificadoras e reduzir a pena, em eventual condenação.

Godoy Junior também disse que Foz é o juízo natural e que “não há qualquer suspeição quanto aos jurados”.

O crime aconteceu quando Arruda comemorava o seu aniversário de 50 anos com a família e amigos em uma festa temática, com símbolos e imagens do PT e de Lula, então candidato a presidente. Arruda era tesoureiro do di-

retório municipal do PT.

Guaranho invadiu a festa e atirou contra Arruda, que acabou morrendo. Na ação, o petista reagiu e também efetuou disparos contra seu agressor, que ficou ferido e foi internado. Dias depois, teve prisão preventiva decretada.

Em dezembro daquele ano, Guaranho se tornou réu. O juiz Gustavo Germano Francisco Arguello, da 3ª Vara Criminal de Foz do Iguaçu, em sua decisão, apontou que a provável motivação do crime indica uma “personalidade conflituosa, beligerante e intolerante” de Guaranho, que teria invadido a festa de uma pessoa com opinião política diferente da sua “com o aparente fim de antagonizar, confrontar”.

Em março de 2023, Lula se encontrou em Foz com a família de Arruda, “covardemente assassinado por um ódio que não podemos aceitar”, disse o presidente na ocasião.

Encontro de Lula com a família ocorreu antes da cerimônia de posse do ex-deputado federal Enio Verri (PT) no comando da Itaipu Binacional.

Decisão de prisão de jornalista em PE é derrubada

RECIFE O desembargador Isaías Andrade Lins Neto, do Tribunal de Justiça de Pernambuco, derrubou decisão de uma juíza da primeira instância que havia determinado a prisão do jornalista Ricardo Antunes.

A decisão do desembargador foi proferida na noite desta segunda (29), três dias após medida da juíza Andreia Caiado da Cruz, da 11ª Vara Criminal, contra o jornalista, que atua de forma independente.

A juíza mandou prender Antunes por descumprimento de ordem para tirar do ar publicações contra promotor do Ministério Público do estado. Processado por injúria e difamação, ele está na Espanha, em férias. O desembargador disse que não havia elementos para comprovar a necessidade de prisão.

José Matheus Santos

Os magistrados exageraram

A farândula foi do esquisito ao ridículo

Elio Gaspari

Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada".

Primeiro a boa notícia:

O repórter Wesley Galzo revelou que 4 dos 11 ministros do Supremo Tribunal Federal revelam suas agendas. São eles: Cármen Lúcia, Edson Fachin, Cristiano Zanin e o presidente Luís Roberto Barroso.

Agora, a outra, do repórter Renato Machado:

Depois de três dias da semana passada em Londres, num indecifrável 1º Fórum Jurídico Brasil de Ideias, os ministros Dias Toffoli e Gilmar Mendes, acompanhados pelo procura-

dor-geral Paulo Gonet, deverão chegar a Madri, onde se encontrarão com os colegas Luís Roberto Barroso e Nunes Marques para o Fórum Transformações — Revolução Digital e Democracia. Nos dois eventos estiveram também ministros do Superior Tribunal de Justiça.

Exageram os doutores. A cada vislumbre de feriadão eles batem asas. Há algo de jeca na ideia de cinquenta e sexagenários, passando 24 horas dentro de aviões e aeroportos, para

uma permanência de 72 horas num seminário. (Isso, admitindo que comparecem aos locais de trabalho nos outros dias.)

Esses voos já foram apelidados de “farofas”. De uma maneira geral, são organizadas por gestores de eventos, têm agendas irrelevantes e patrocinadores interessados. Às vezes, são remuneradas e, numa delas, chegaram a pedir seguranças ao consulado do Brasil em Nova York.

Todos os ministros dos tribunais de Brasília sabem que flo-

resceu em Pindorama uma indústria de palestras, que aninha também jornalistas. No tempo da Lava Jato, planos de saúde mimavam procuradores oferecendo-lhes convites para palestras e um deles chegou a pedir eventos em Salvador, num feriadão. Um conhecedor desse mercado revelava, há alguns anos, que o piso de seus convites ficava em R\$ 30 mil para um compromisso que ia das 12h30 às 15h, com direito a almoço e transporte.

A revogada dos doutores foi

do esquisito ao ridículo. 9 em cada 10 desses eventos servem para nada. Ou, como explicou a patronesse da farofa de Londres, para “trabalhar a interlocução entre o setor público e o privado.” Em Londres? Madri? Nova York? A turma do setor público mora e trabalha em Brasília.

Todos os convidados garantem que suas viagens não oneraram o Erário. Cabe-lhes uma variante da lição do economista italiano Vilfredo Pareto (1848-1923), recuperada pelo colega americano Milton Friedman (1912-2006): “Não existe almoço grátis”. Muito menos seminários no ultramar.

O ministro Gilmar Mendes não gosta de comparações com a Corte Suprema americana, mas nela, o primeiro caso de renúncia forçada de um juiz foi a de Abe Fortas, em 1969. As encrescas de Fortas começaram

quando ele aceitou US\$ 15 mil de uma universidade em eventos patrocinados por dinheiro que não se sabia de onde vinha. Anos depois, foi apanhado em interlocuções impróprias. Fortas era o advogado pessoal do presidente Lyndon Johnson e, se não fosse a obstrução dos republicanos, teria sido nomeado para presidir a Corte, cargo que nos Estados Unidos é vitalício.

Sugestão: quem quiser, vai aonde bem entender com o patrocínio de quem quer que seja, desde que, estando num governo ou na magistratura, divulgue o evento e a identidade física ou jurídica do benfeitor.

*

Nas próximas quatro semanas o signatário será o único participante de um seminário sobre o exercício do ócio numa democracia digital.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. Deborah Bizarria, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | **QUI. Conrado H. Mendes** | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Congresso dos EUA ressuscita audiência articulada por bolsonaristas

Fernanda Perrin

WASHINGTON O Congresso americano realizará na próxima semana uma audiência sobre uma suposta crise da democracia no Brasil com a presença do jornalista e ativista americano Michael Shellenberger, que divulgou os arquivos do Twitter relacionados ao Brasil; do CEO da rede conservadora Rumble, Chris Pavlovski; e do ativista brasileiro Paulo Figueiredo Filho, alinhado ao bolsonarismo.

O evento é organizado pelo subcomitê de Saúde Global, Direitos Humanos Globais e Organizações Internacionais, vinculado ao Comitê de Relações Exteriores e foi marcado para o dia 7 de maio.

Não está prevista a presença de Elon Musk, dono do X (ex-Twitter), e que atualmente trava um embate com o ministro do Supremo Tribunal Federal Alexandre de Moraes.

O título da audiência — “Brasil: Uma crise da democracia, da liberdade e do Estado de

Direito?” — é o mesmo de um outro debate que estava sendo articulado para março na Comissão de Direitos Humanos, mas foi bloqueada pelo copresidente democrata do órgão, Jim McGovern.

Na ocasião, o líder republicano da comissão, o deputado Chris Smith, que é próximo de bolsonaristas, havia prometido insistir no evento. Smith também é copresidente do subcomitê em que a audiência será realizada.

“O Brasil está indo na dire-

ção da anarquia e do Estado pelo direito — em que o direito é usado seletivamente como um instrumento de poder político para processar pessoas como forma de silenciar a oposição”, afirmou o republicano após o cancelamento da audiência, durante conferência ao lado do deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP), Figueiredo e Allan dos Santos, entre outros bolsonaristas.

A iniciativa faz parte de uma ofensiva internacional coordenada por Eduardo para an-

gariar apoio a alegações de perseguição e censura no Brasil. Além de visitas frequentes a Washington — houve ao menos outras duas, em novembro e fevereiro —, ele esteve no início do mês na Bélgica, em missão ao Parlamento Europeu. O embate entre Musk e Moraes foi um dos temas centrais das conversas.

Nesta semana, uma contraofensiva liderada pela senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ocorre na cidade. A relatora da CPI do 8 de Janeiro

coordena uma delegação de congressistas brasileiras para reuniões com democratas em Washington em que é discutida uma articulação internacional em defesa contra os ataques à democracia em ambos os países.

Delegação liderada pela senadora Eliziane se reuniu com a secretária-executiva da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, Tania Reneaume Panszi, e o relator especial para Liberdade de Expressão, Pedro Vaca.



FUNDAÇÃO
DORINA
NOWILL
PARA CEGOS



Embora a campanha do **Abril Marrom** tenha acabado, lembramos que **a prevenção à cegueira é uma causa contínua que requer atenção durante todo o ano.**

A **Fundação Dorina Nowill para Cegos** realiza atendimento especializado em habilitação e reabilitação para pessoas com deficiência visual e conta com a sua ajuda para beneficiar a vida de ainda mais pessoas.

Para saber como você pode contribuir, visite nosso site ou entre em contato.



Kauai, atendido pela Fundação Dorina



Doe pelo QR Code ao lado, pelo PIX pix@fundacaodorina.org.br ou via depósito bancário: Banco Bradesco – Agência 3391 – Conta 27122-5 / CNPJ: 60.507.100/0001-30

Canal de Relacionamento com Doadores:
(11) 5087-0999 – opção 4
relacionamento@fundacaodorina.org.br

Entre 60% e 80% dos casos de cegueira podem ser evitados

No mundo são **253 milhões** de pessoas com deficiência visual

Deste público, **36 milhões** são de pessoas cegas

Juntos, podemos fazer a diferença na vida de muitas pessoas!

PEGA ESSA VISÃO



www.fundacaodorina.org.br



Deputados comemoram aprovação da Lei Ônibus no Congresso argentino

Agustin Marcarian - 1º.mai.24

Deputados argentinos aprovam Lei Ônibus, em vitória para Milei

Embora desidratado, pacote de reformas abre caminho para privatizações e aumenta poderes do ultraliberal

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Após mais de 20 horas consecutivas de discursos na Câmara dos Deputados da Argentina, o presidente Javier Milei conseguiu uma importante vitória ao ver aprovada nesta terça-feira (30) a sua Lei Ônibus, o pacote liberal que se tornou uma de suas prioridades.

Em meio a mais de uma centena de extenuantes discursos, foram 142 os legisladores que aprovaram as linhas gerais do projeto de lei de mais de 230 artigos. Outros 106 votaram contra, e oito se abstiveram ou se ausentaram do plenário de discussão.

Após o triunfo do conteúdo, foi a vez de votar cada capítulo da lei que recebe seu nome em referência ao termo “ômnibus”, em latim, devido à amplitude de temas. Estão neste escopo uma lista de privatizações, a concentração de alguns poderes nas mãos de Milei e uma pequena e polêmica

reforma trabalhista. O governo ganhou esses debates.

O projeto, a menina dos olhos da Casa Rosada, já havia sido colocado para votação em fevereiro, quando também foi chancelado por uma maioria de deputados. Porém, logo na sequência, fracassou ao ter seus artigos desidratados pelos legisladores, e o governo o tirou de discussão para evitar que todas as suas prioridades naufragassem.

Na mesma sessão, os deputados também aprovaram (desta vez com uma margem reduzida, de 132 votos a favor) um pacote fiscal que era debatido concomitantemente com a Lei Ônibus e que, na prática, reduz a isenção do imposto de renda no país.

Em comunicado, Milei celebrou a vitória e voltou a dizer que a medida faz o país avançar contra a “casta política”, termo que invariavelmente repete. “A predominância dos que protegem o status quo acabou em 10 de dezem-

bro [data de sua posse].”

O projeto debatido nesta última semana de abril é uma versão enxuta, mas que ainda mantém os pilares do que defende este governo. Nove empresas, por exemplo, agora estão na fila da privatização. Entre elas, a Aerolíneas Argentinas e a Enarsa (companhia petrolífera).

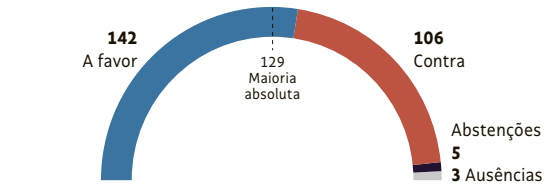
Na proposta repaginada e apresentada pelo governo há poucas semanas também estava previsto na lista de privatizáveis o Banco da Nação, retirado do projeto nos últimos dias de negociação.

A Lei Ônibus também concede ao Executivo a capacidade de governar sem o Congresso em quatro áreas por um ano. A saber: administrativa, econômica, financeira e energética. Anteriormente eram 11 os setores que estariam concentrados nas mãos de Milei.

O mecanismo não é incomum, está previsto na Constituição e já foi usado por opositores e antecessores do atual

O cenário da Lei Ônibus de Milei no Congresso

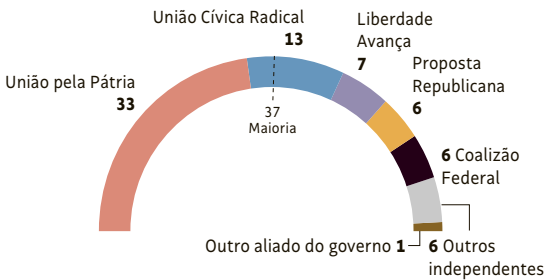
Pacotão neoliberal foi aprovado pelos deputados



Veja como cada força política votou na Câmara

	A favor	Contra	Ausente	Abstenção
União pela Pátria (oposição peronista)	–	98	1	–
Liberdade Avança (de Javier Milei)	42	–	–	–
Proposta Republicana (de Mauricio Macri)	37	–	1	–
União Cívica Radical (oposição dialoguista)	30	–	–	4
Coalizão Federal (oposição dialoguista)	13	3	–	–
Coalizão Cívica (oposição dialoguista)	5	–	–	1
Inovação Federal	8	–	–	–
Bloco de Esquerda	–	5	–	–
Outros	7	–	1	–

No Senado, a situação é mais complicada; veja divisão de forças



Fontes: La Nacion e Prospectiva

Principais pontos aprovados pelos deputados

- Possibilidade de privatização de nove empresas, entre elas a Aerolíneas Argentina
- Concentração de decisões sobre áreas administrativa, econômica, financeira e energética nas mãos do Executivo por um ano
- Fim da moratória previdenciária que permitia aposentadoria a uma parcela que não havia cumprido 30 anos de contribuições
- Reforma trabalhista para aumentar período de experiência para seis meses e para criar um fundo de demissões
- Redução da faixa do IR que pode levar cerca de 800 mil argentinos a terem de passar a declarar

Conselho de transição no Haiti nomeia presidente e premiê

SÃO PAULO O governo transitório que assumiu o comando do Haiti após a renúncia do então primeiro-ministro Ariel Henry nomeou nesta terça-feira (30) os novos líderes do país. O ex-ministro do Esporte Fritz Belizaire foi escolhido para o cargo de premiê, enquanto o ex-senador Edgard Leblanc será o presidente. Eles terão o desafio de restaurar a ordem em um Estado devastado por uma grave crise de violência.

As nomeações ocorrem após semanas de impasses e disputas políticas que ganharam força com o vácuo de poder deixado pela renúncia de Henry. O órgão de transição é formado por sete membros com direito a voto, além de dois observadores. Belizaire e Leblanc receberam quatro votos cada um.

Michel Patrick Boisvert, que atuou como ministro das Finanças durante o governo de Henry, é o atual premiê interino. Ainda não está claro se ele continuará no governo. As nomeações dos novos líderes devem ser confirmadas por uma declaração no jornal oficial do Haiti.

Após as nomeações, os no-

vos líderes reiteraram que o conselho de transição representa os principais partidos do país, bem como o setor privado e a sociedade civil.

Leblanc, ex-presidente do Senado, repetiu a promessa de que o governo transitório vai organizar votações “transparentes, confiáveis e incontroversas” para entregar o poder até fevereiro de 2026. O país não tem eleições desde novembro de 2016, quando Jovenel Moïse venceu a disputa — ele foi assassinado em 2021 e substituído por Ariel Henry.

“Somos capazes de conversar, negociar, fazer concessões e obter resultados”, disse Leblanc nesta terça (30). Ele é membro do coletivo de partidos 30 de Janeiro, uma aliança que se opôs a Henry durante a crise de violência e o pressionou a deixar o cargo.

A nação caribenha tem sofrido uma explosão de violência desde o final de fevereiro, quando gangues lançaram ataques a delegacias de polícia, prisões, sedes oficiais e ao aeroporto de Porto Príncipe. No início de março, cerca de 4.000 detentos foram libertados por homens armados, em uma das ações mais em-



Edgard Leblanc (esq.) e Fritz Belizaire (dir.) conversam com Regine Abraham após cerimônia, em Porto Príncipe, para instalar o conselho de transição no Haiti

Ralph Tedy - 25.abr.24/Reuters

blemáticas da crise.

Pressionado em função do conflito, Henry havia anunciado em 11 de março que renunciaria assim que as novas autoridades fossem empossadas. Ele oficializou a saída do governo no último dia 25, quando o governo transitório assumiu o comando do Haiti.

Leblanc apontou o principal desafio que o governo enfrentará: a insegurança causada pelas gangues. Grupos armados, que controlam mais de 80% de Porto Príncipe, ainda paralisaram o país caribenho nos últimos dias ao bloquear os acessos ao aeroporto e ao porto da capital.

A violência agravou a crise humanitária no Haiti, um dos países mais pobres do mundo, e contribuiu para o deslocamento de ao menos 360 mil haitianos, de acordo com a ONU. O país tem 11,6 milhões de habitantes.

“Vamos tomar decisões de segurança para livrar o país

governo, entre eles o ex-presidente peronista Alberto Fernández. Ainda assim, a oposição no Congresso alegou na segunda (29) que se tratava de uma “abusiva delegação de tarefas” ao presidente.

Outro item validado pelos legisladores foi uma mudança no regime de aposentadorias com a chamada queda da moratória previdenciária, que permitia que um grupo de trabalhadores composto especialmente por mulheres e informais e que não tivesse completado os 30 anos de contribuição necessários ainda assim pudessem se aposentar.

Também foi incluído um capítulo sobre reforma trabalhista muito mais modesto do que as ambições iniciais do governo nessa área, que foram barradas pela Justiça argentina e eram objeto de protesto sindical.

O trecho prevê ampliação do período de experiência para seis meses, elimina multas por erros em registros trabalhistas e permite a criação de um fundo de demissão que substitua indenizações.

O tema promete engrossar os protestos previstos para o feriado desta quarta-feira (1º) no país, quando se celebra o Dia do Trabalho.

Mas a vitória nesta Casa do Congresso precisa ser comemorada com cautela pelo governo, que agora enfrenta seu maior desafio: o Senado. Antes de levar a votação à Câmara, a Casa Rosada já anunciava que tinha os votos suficientes. Entre os senadores argentinos o cenário é bem distinto.

Na Casa de 72 membros, o Liberdade Avança, coalizão de Milei, tem sete senadores. Com apoio do Proposta Republicana, do ex-presidente Mauricio Macri, que vota em peso com o governo, chega a 13. E, entre as demais forças da chamada “oposição dialoguista”, com quem o governo negocia, projeta-se que haja no mínimo outros 11 votos. Mas são necessários ao menos 37 votos para aprovar o pacotão.

Figura central nessa nova maratona de negociações deve ser a vice-presidente Victoria Villarruel, que preside o Senado e é uma das figuras mais radicais dessa gestão.

O presidente trabalha com um prazo bem específico para ver aprovado de vez seu pacotão legislativo: dia 25 de maio.

Ele convocou para essa data o “Pacto de Maio” —um documento de dez prioridades que pretende assinar com os governadores. Outra tarefa, claro, nada fácil, já que enfrenta oposição dos governadores alinhados ao kirchnerismo.

Colaborou Daniela Arcanjo, de São Paulo



Manifestantes entrelaçam os braços em barricada para proteger colegas que invadiram o Hamilton Hall, na Universidade Columbia, nos EUA Caitlin Ochs/Reuters

Alunos pró-Palestina invadem edifício da Universidade Columbia

Manifestação segue após instituição ameaçar jovens de expulsão; Casa Branca diz que abordagem de ato é errada

Natasha Madov

NOVA YORK Estudantes invadiram um prédio da Universidade de Columbia, em Nova York, na madrugada desta terça-feira (30), horas depois de a instituição ter estabelecido um prazo para que eles desmontassem o acampamento erguido em protestos pró-Palestina no campus.

Quando amanheceu, a instituição estava em clima de tensão e fechada para quase todos, a não ser para os alunos residentes em dormitórios e para funcionários essenciais ao funcionamento do campus. Se mal se ouvia qualquer movimentação do lado de dentro, por fora havia bastante barulho.

Em ambas as entradas principais da universidade, manifestantes se juntavam para entoar palavras de ordem em apoio aos ocupantes do Hamilton Hall. O histórico edifício acadêmico foi rebatizado por ora como Hind Hall, em homenagem a Hind Rajab, uma criança palestina de seis anos que morreu em decorrência da guerra Israel-Hamas.

Durante a manhã de terça (30), no portão da Broadway, um grupo pequeno can-



Manifestante quebra porta do Hamilton Hall Alex Kent/AFP

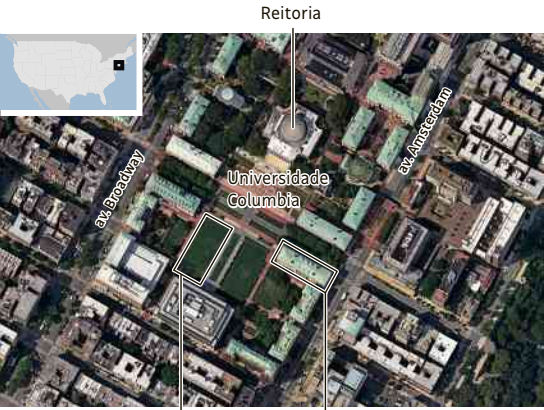
tava pela liberação da Palestina e pelo fim dos investimentos da universidade em Israel. Logo a ação mudou para o lado leste do campus, onde fica o Hamilton Hall.

Isso porque, pouco antes de meio-dia, no horário local, um grupo de encapuzados desfraldou duas bandeiras nas janelas do segundo andar, de frente para a avenida

Amsterdam. Uma dizia “Palestina Livre” e outra homenageava Manuel “Tortugueta” Paez Teran, um estudante morto pela polícia na Geórgia em 2023. Ao longo da tarde de terça (30), outro dos ocupantes periodicamente subia no terraço para agitar uma bandeira da Palestina.

Os manifestantes também usaram mesas para for-

Alunos fazem série de atos pró-Palestina na Universidade Columbia



Gramado em que os estudantes estão acampados Prédio invadido pelos alunos Michael M. Santiago -29.abr.24/Getty Images via AFP



mar barricadas na entrada do edifício. Segundo o jornal americano The New York Times, muitos estudantes usavam capacetes, óculos de segurança e máscaras. Uma estudante usou um martelo para quebrar parte do vidro de uma porta.

O grupo Columbia University Apartheid Divest, que organiza o acampamento no

campus, convocou pelo Instagram um protesto maior para as 14h, mas que só começou mesmo às 16h (no horário local). Em menos de uma hora, um grupo com mais de 400 pessoas chegou. A maior parte usava lenços palestinos, máscaras cirúrgicas e óculos escuros, como uma forma de evitar a identificação. Um casal de vendedores

ambulantes cobrava de US\$ 5 (R\$ 26) a US\$ 12 (R\$ 62) por bandeiras palestinas, dependendo do tamanho; os lenços, chamados keffiyehs, custavam US\$ 35 (R\$ 182). Mas havia um aviso para os interessados: os pretos esgotaram, só sobraram os vermelhos.

No início da noite, o Departamento de Polícia de Nova York e o prefeito da cidade, o democrata Eric Adams, disseram que “agitadores externos” estão escalando os protestos e influenciando as ações dos estudantes. Em uma entrevista coletiva no fim da tarde, Adams e a vice-comissária de inteligência e contraterrorismo Rebecca Weiner afirmaram que alguns dos manifestantes envolvidos não são alunos da universidade e são conhecidos da polícia há anos.

O comissário da polícia de NY afirmou que a corporação está pronta para agir, caso a universidade peça ajuda.

O porta-voz de Segurança Nacional da Casa Branca, John Kirby, disse que a invasão do prédio representa uma “abordagem absolutamente errada” dos manifestantes. “Uma pequena porcentagem de estudantes não deveria ser capaz de interromper a experiência acadêmica e o estudo legítimo do restante do corpo discente. Os alunos que pagam para frequentar a universidade e querem estudar deveriam fazer isso sem interrupções”, disse.

Autoridades esperam que haja desmobilização nos próximos dias em função do fim do ano letivo. As aulas de alguns dos cursos em Columbia terminaram na segunda (29), segundo o New York Times. Os exames finais começam na próxima sexta (3) e continuam até 10 de maio. As cerimônias de formatura estão previstas para o dia 15.

Na série de protestos, os manifestantes fazem três exigências principais: que a universidade se desconecte de empresas que apoiam as Forças Armadas de Israel, transparência nas finanças da universidade e anistia para os estudantes e professores punidos por suas participações nos atos.

As manifestações pró-Palestina dos últimos dias provocaram intenso debate nas universidades. Estudantes que protestam contra a ofensiva militar em Gaza, incluindo ativistas judeus pela paz, dizem estar sendo censurados por meramente criticar o governo israelense ou expressar apoio aos direitos dos palestinos. Outros grupos, porém, argumentam que a retórica dos protestos é antissemita e, portanto, não deve ser tolerada.

Outras instituições começaram a punir alunos que participaram dos protestos. A Universidade de Nova York e a Universidade Cornell anunciaram a suspensão de estudantes que teriam ignorado ordens da direção.

Juiz multa Trump em US\$ 9 mil e ameaça prendê-lo por violar ordem de silêncio

NOVA YORK | AFP E REUTERS O juiz Juan Merchan impôs uma multa de US\$ 9 mil (R\$ 46 mil) ao ex-presidente dos Estados Unidos Donald Trump, nesta terça-feira (30), por violação de uma ordem de silêncio que o impede de criticar envolvidos no julgamento criminal em que é acusado de fraude —por, supostamente, maquiavar as contas da sua empresa para encobrir pagamentos a uma ex-atriz pornô e mentir para conseguir ser eleito no pleito de 2016.

Em um despacho por escrito, Merchan admitiu que a multa pode não ser suficiente para dissuadir um empresário como Trump. Mas disse que consideraria a possibilidade de prendê-lo se voltar a violar a ordem de silêncio. A prisão, no entanto, seria uma reviravolta sem precedentes no primeiro julga-

mento criminal de um ex-presidente dos EUA.

“O réu é advertido de que o tribunal não tolerará violações intencionais de suas ordens legais e de que, se necessário e apropriado de acordo com as circunstâncias, imporá uma punição de encarceramento”, escreveu Merchan.

Merchan anunciou sua decisão a Trump na abertura de uma nova audiência do julgamento, em Nova York. Segundo o juiz, o ex-presidente desobedeceu a ordem de não insultar testemunhas, jurados, membros do tribunal ou seus familiares.

Por sua vez, Trump argumentou que a ordem de restrição viola seus direitos de liberdade de expressão. Sua defesa alega que as declarações em questão eram respostas a ataques políticos, o que não convenceu Merchan.

De acordo com o despacho, a multa deve ser paga até a próxima sexta-feira (3). Trata-se de uma penalidade relativamente pequena para Trump, que já pagou US\$ 266,6 milhões (cerca de R\$ 1,4 bilhão, na cotação atual) em fianças enquanto recorre de sentenças civis em dois outros casos.

Merchan também ordenou que Trump removesse as declarações de sua conta na plataforma Truth Social e do site de sua campanha ainda nesta terça (30). O republicano havia utilizado a rede social para acusar o juiz de retirar seu “direito a liberdade de expressão”.

A penalidade ficou um pouco abaixo dos US\$ 10 mil (R\$ 52 mil) que os promotores haviam solicitado para publicações que insultavam prováveis testemunhas e questiona-



O réu é advertido de que o tribunal não tolerará violações intencionais de suas ordens legais e de que, se necessário e apropriado de acordo com as circunstâncias, imporá uma punição de encarceramento

Juan Merchan juiz

vam a imparcialidade do júri.

Quando a Justiça de Nova York ainda estava na etapa de escolha dos jurados para o caso, os promotores pediram que o juiz multasse Trump em US\$ 3.000 (cerca de R\$ 16 mil) por violar a ordem de silêncio três vezes. Posteriormente, eles voltaram a afirmar no tribunal que o republicano continuava desafiando a medida —seriam mais de sete violações.

Já na semana passada, os promotores afirmaram que Trump desrespeitou a decisão 11 vezes e pediram a multa, apesar de desacatos também serem passíveis de punição com penas de prisão de até 30 dias em Nova York.

Durante o processo Trump chamou seu ex-advogado Michael Cohen de “mentiroso em série”. Ele ainda endossou as acusações feitas sem provas pelo comentarista da Fox News Jesse Watters de que o tribunal selecionou para o júri “ativistas progressistas infiltrados que mentem”.

Um promotor também res-

gatou uma publicação feita por Trump no dia 10 de abril que atacava Cohen e a atriz pornô Stormy Daniels, de quem o ex-presidente teria comprado o silêncio.

Trump é acusado de tentar esconder histórias que poderiam ser prejudiciais para sua vitoriosa campanha de 2016 à Casa Branca. O esquema envolveria o pagamento de US\$ 130 mil (R\$ 675 mil na cotação atual) feito por Cohen a Daniels para que ela não revelasse um suposto encontro sexual com o empresário.

Na semana passada, David Pecker, ex-editor do National Enquirer, tabloide conhecido pela cobertura sensacionalista de celebridades, prestou depoimento e deu detalhes de como ajudava a campanha de Trump a abafar qualquer história que pudesse prejudicar o republicano.

O ex-presidente reembolsou Cohen, segundo os promotores, e maquiou as despesas nas contas de sua empresa para que elas fossem consideradas gastos de campanha.

mundo

No Oregon, crise de moradia se associa a debate de drogas

Alta da população de rua impulsiona movimento pela proibição de entorpecentes

Daniel Buarque

SÃO PAULO Um vídeo mostrando uma passagem subterrânea de pedestres de Portland, nos Estados Unidos, ocupada por pessoas em situação de rua em meio a lixo e móveis deteriorados foi divulgado pelo ex-presidente Jair Bolsonaro na última quinta-feira (25). As imagens seriam um alerta de que a descriminalização das drogas no estado de Oregon teria transformado a cidade em uma “locação de um filme de zumbis”, segundo o ex-presidente brasileiro.

A crítica se alinha a muito do que pensam os próprios moradores do estado, que recentemente apoiaram voltar atrás da lei que havia liberado as drogas. A medida 110, aprovada em novembro de 2020 com 58% dos votos, se tornou impopular pouco depois da liberação do porte de drogas no estado.

Pesquisas realizadas no final de 2023 mostravam que 64% dos moradores do estado apoiavam a revogação da lei. E a principal motivação para isso era a sensação de que ela havia contribuído para o aumento da população em situação de rua. A partir do segundo semestre, o porte de entorpecentes pesados volta a ser crime novamente.

Dados gerais dos EUA e análises de especialistas indicam, porém, não haver uma relação direta entre a crise de moradia e o uso de drogas. O aumento da população em situação de rua é um problema em todo o país nos últimos anos e atingiu também estados que não liberaram as drogas.

“Não existe uma ligação entre pessoas em situação de rua e o uso de drogas”, diz à Folha Jacen Greene, diretor-assistente do grupo de pesquisa sobre pessoas em situação de rua na Universidade Estadual de Portland.

Greene se baseia em evidências de estudos nacionais sobre a população desabrigada nos EUA. Os dados mais re-

centes indicam que há mais de 600 mil pessoas sem casa no país, um problema nacional que vem crescendo, mas que é anterior à descriminalização das drogas.

“Por Oregon ter experimentado a descriminalização, as pessoas culpam as drogas pelo aumento de pessoas nas ruas. Mas correlação não é causalidade”, diz Greene.

Segundo ele, o mesmo problema acontece em outros lugares, o que indica que a descriminalização não é responsável pela crise de moradia. “O estado de Virgínia Ocidental tem problemas com drogas mesmo sem ter tantas pessoas nas ruas.”

De acordo com o mais recente relatório sobre o tema produzido pelo Departamento de Habitação e Desenvolvimento Urbano do governo de Joe Biden, Virgínia Ocidental é o quarto estado com menos pessoas em situação de rua. Oregon é o sexto estado com maior população de rua, atrás de estados que também têm política liberal em relação às drogas, como Califórnia e Nova York, mas também de estados governados por republicanos e menos favoráveis à descriminalização, como Flórida e Texas.

Mesmo em termos proporcionais, Oregon tem menos pessoas em situação de rua do que Nova York e Vermont. Por mais que a população de rua do estado tenha crescido mais nos últimos anos, ela ainda teve um aumento menor do que a do Arizona.

Mais relevante, segundo Greene, é que não há evidências de que o uso de drogas entre populações de rua nos EUA seja descontrolado.

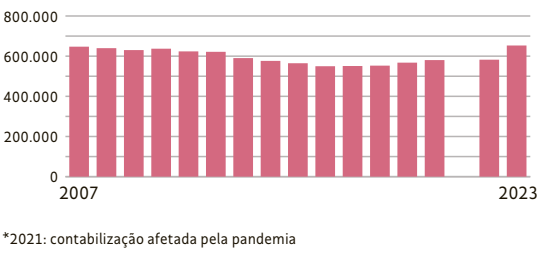
Segundo dados inéditos de um estudo em Oregon, obtidos pela Folha, 25,6% dos adultos em situação de rua têm algum tipo de problema envolvendo o consumo de drogas. O levantamento abrange três condados na região de Portland.

Entre a população geral,

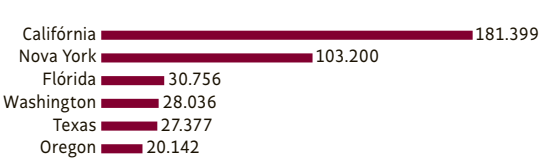
A crise de moradia nos EUA



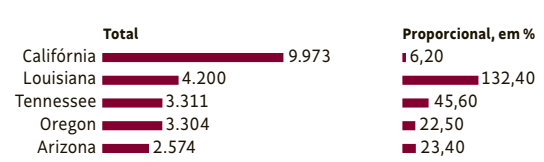
Total de pessoas em situação de rua nos EUA ao longo do tempo



Estados com maior número de pessoas em situação de rua



Estados onde a população em situação de rua mais cresceu - 2020-2022



Estados com maior proporção de pessoas em situação de rua (em comparação com a população total)



Fonte: The 2023 Annual Homelessness Assessment Report

13,5% dos americanos com 12 anos ou mais usam drogas, segundo pesquisa do Centro Nacional de Estatísticas sobre Abuso de Drogas em 2020.

Além disso, 25,4% dos usuários de drogas ilegais desenvolvem algum tipo de transtorno, um número semelhante ao encontrado entre as populações de rua.

“Há usuários e pessoas com problemas com drogas entre todas as populações, as que têm casa e as desabrigadas. A diferença é que não vemos as pessoas usando nas suas casas, enquanto as que estão na rua são visíveis”, diz Greene.

Segundo ele, grupos que se opõem à descriminalização das drogas estavam procurando motivos para desacreditar o modelo de liberação adotado em Oregon. “Pessoas em situação de rua são uma resposta fácil, mas incorreta, para explicar os problemas sociais e de drogas nos EUA”, explica.

Isso acontece por serem duas populações que ainda são alvo de preconceito pela sociedade, argumenta o pesquisador. “Pessoas em situação de rua e usuários de drogas são indesejáveis. A sociedade ainda permite o preconceito contra esses grupos.”

Em entrevista ao New York Times, o prefeito de Portland, o democrata Ted Wheeler, deixou claro que a volta da proibição ao consumo de entorpecentes pesados no estado não representa um retorno da guerra às drogas. “A guerra às drogas não funcionou”, disse, destacando a importância de um sistema de apoio à saúde mental dos usuários.

Para além da discussão sobre a descriminalização de drogas, Oregon também está no centro das atenções sobre a crise de moradia por uma questão jurídica.

Uma política defendida por Grants Pass, cidade de 39 mil habitantes, está em análise na Suprema Corte dos EUA para determinar se os governos podem proibir legalmente as pessoas de dormirem na rua. A cidade busca o direito de vetar a permanência de pessoas em situação de rua.

“Querem criminalizar a pobreza. Não ter onde dormir pode fazer com que as pessoas sejam presas, mesmo que o Estado não ofereça um abrigo para elas. É uma punição cruel por algo que não é opção das pessoas”, diz Greene.

A decisão da Suprema Corte deve sair até o fim de junho.

Governo Biden dá passo para tornar uso da maconha crime menos grave

WASHINGTON | REUTERS O Departamento de Justiça dos Estados Unidos deu um passo nesta terça-feira (30) na direção de tornar o uso de maconha um crime federal menos grave, agindo para retirar a droga da mesma classificação que inclui a heroína. O processo, quando for concluído, pode reformular a política de cânabis em todo o país.

O departamento, que supervisiona a DEA, agência antidrogas dos EUA, recomendou que a cânabis fosse considerada uma droga de categoria três, com potencial de moderado a baixo para dependência física e psicológica, em vez de deixá-lo na categoria um, reservada a drogas com alto potencial de vício.

Punições para o uso de drogas de categoria três são menos severas, de acordo com a lei federal.

A proposta deve ser revista pelo órgão de gestão e orçamento da Casa Branca e poderá marcar a maior mudança na política federal sobre a cânabis em 40 anos, com amplo efeito sobre a forma como o país regulamenta a droga.

Embora reclassificar a droga não a torne legal, a decisão abriria as portas para mais pesquisas e usos médicos, com mais investimentos em cânabis.

Com a reclassificação, a maconha deve deixar o nível de drogas com maior risco potencial para abusos, como heroína e LSD, e passar para o nível 3, junto a substâncias como esteroides anabolizantes.

De acordo com o governo americano, as substâncias da classificação 3 têm “potencial de moderado a baixo de dependência física e psicológica”.

Ainda assim, são substâncias controladas e sujeitas a regras e regulamentos no país, e as pessoas que as vendem sem permissão podem enfrentar processos criminais federais.

Rei Charles 3º tem 1ª agenda pública após diagnóstico

LONDRES | REUTERS O rei Charles 3º, do Reino Unido, retomou seus compromissos públicos nesta terça-feira (30) ao visitar um centro de tratamento de câncer. Trata-se da primeira agenda pública do monarca desde que ele divulgou um diagnóstico da doença, em fevereiro.

Segundo a agência de notícias Reuters, o rei estava sorridente e com aparência saudável enquanto acenava para pessoas reunidas do lado de fora que aguardavam sua chegada à ala de oncologia do University College Hospital. Charles estava acompanhado de sua esposa, a rainha Camilla.

“Estou bem, obrigado”, disse o monarca a um paciente. De acordo com o jornal britânico Guardian, o rei falou também do impacto ao receber o diagnóstico. “É sempre um pouco chocante, não é?”, afirmou Charles a uma paciente que recebia quimioterapia. “Tenho que fazer meu tratamento esta tarde também.”

A visita foi pensada para conscientizar sobre a importância do diagnóstico precoce da doença, em um esforço que inclui o título de patrono dado a Charles pela instituição de caridade Cancer Research UK.



Sergey Smolentse - 29.abr.24/Reuters

Um ataque de míssil da Rússia em Odessa, na Ucrânia, atingiu na segunda (29) uma construção em estilo gótico conhecida como “Castelo do Harry Potter”, matando ao menos cinco pessoas e ferindo

outras 32, segundo autoridades locais. O local, que ganhou o apelido devido à semelhança com o cenário dos filmes da saga escrita por J.K. Rowling, pertence à Academia Nacional de Direito de

Odessa. “Monstros. Bestas. Selvagens. Escória. Não sei mais o que dizer”, afirmou o prefeito da cidade, Hennadii Trukhanov. “As pessoas vão passear à beira-mar, e [os russos] estão atirando e matando.”

Número de mortos por PMs em SP cresce 138% no 1º trimestre

Governo Tarcísio afirma que investiga ocorrências e investe em capacitação

Claudinei Queiroz e Paulo Eduardo Dias

SÃO PAULO O número de pessoas mortas por policiais militares em serviço no estado de São Paulo mais que dobrou no primeiro trimestre deste ano, segundo dados oficiais da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos). Foram 179 casos nos primeiros três meses de 2024, contra 75 no mesmo período do ano passado, um crescimento de 138%.

É o maior número de mortes em ações da PM no estado desde 2020, quando foram 218 vítimas. Em 2022, tinham sido 74 casos. Os números foram divulgados na segunda-feira (29) pela SSP (Secretaria da Segurança Pública).

Uma possível explicação para a explosão de óbitos após dois anos de casos em um patamar menor é a Operação Verão, realizada pela PM na Baixada Santista e que foi finalizada no dia 1º de abril com um total de 56 mortes.

A incursão da PM na região teve início em dezembro, mas foi intensificada em fevereiro, após a morte do soldado Samuel Wesley Cosmo.

A escalada de mortes no litoral paulista resultou em uma série de críticas à atuação da polícia, entre as quais está uma queixa ao Conselho de Direitos Humanos da ONU (Organização das Nações Unidas) apresentada no mês passado pela Conectas Direitos Humanos e a Comissão Arns.

Ao ser questionado sobre o tema, na ocasião, o governador afirmou que não está “nem aí” para as denúncias de abusos cometidos durante a Operação Verão. “Desde

ramente, nós temos muita tranquilidade com o que está sendo feito. E aí o pessoal pode ir na ONU, pode ir na Liga da Justiça, no raio que o parta, que eu não tô nem aí”, disse Tarcísio.

Os números divulgados pela SSP são considerados preocupantes pelo ouvidor da Polícia Militar, Cláudio Aparecido da Silva. “O dado é alarmante, visto o histórico do estado de São Paulo, que vinha numa forte tendência de queda desse tipo de homicídio. É o momento de as autoridades e a própria sociedade refletirem se é mesmo essa polícia que a gente deseja”, diz Silva.

Na contramão de São Paulo está o Rio de Janeiro. O estado, que tem histórico de ações letais em favelas, reduziu a quantidade de pessoas mortas no primeiro trimestre deste ano em relação ao mesmo período anterior. De acordo com dados do ISP (Instituto de Segurança Pública), registradas 152 mortes em 2024 ante 324 em 2023, uma redução de 53%.

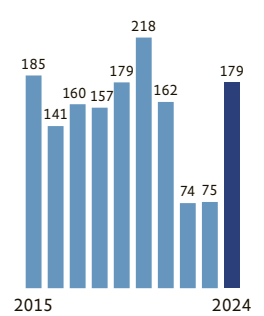
Cientista político e pesquisador do grupo Mediatel (Mediações Telemáticas) da PUC-SP, Eduardo Viveiros de Freitas critica o que chama de falta de comando na polícia paulista. “O governo estadual e o ‘chão do quartel’ confundem apoio com liberação da truculência. Não é apenas dar apoio material, logística e reajuste salarial. É preciso ter uma política de segurança que garanta esses aspectos importantes, mas que deixe claro para a população que há comando, controle e uma política pública”, afirma ele.

Em outra frente de contes-

tação à atuação da polícia na Baixada Santista, o Gasp (Grupo de Atuação Especial da Segurança Pública e Controle Externo da Atividade Policial), do Ministério Público de São Paulo, abriu uma notícia fato para investigar denúncias de que os mortos na operação estão sendo levados como vivos para hospitais.

“Tem uma explosão de letalidade da polícia na Baixada Santista, que não tem prece-

Número de pessoas mortas por PMs em serviço no 1º tri de cada ano em SP



Fonte: SSP

“É o momento de as autoridades e a própria sociedade refletirem se é mesmo essa polícia que a gente deseja

Cláudio Aparecido da Silva ouvidor da Polícia Militar

des, porém, nós estamos falando de um crescimento que acontece em outras regiões do estado também e que de algum modo reflete essa política que está sendo implementada pelo [secretário de Segurança Pública] Guilherme Derrite, pelo Tarcísio, de um combate violento ao crime, que se desdobra tanto no aumento da letalidade de policial quanto vulnerabilização desses policiais e, consequentemente, na vitimização policial”, analisa a diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Samira Bueno.

Segundo Bueno, números do Ministério Público indicam que batalhões que usam câmeras tiveram um crescimento inferior daqueles que ainda não possuem o equipamento. “Mesmo com todos os problemas que a gente tem tido, é muito comum que elas estejam descarregadas. Ainda sim a gente está falando que elas parecem seguir sendo um instrumento importante de controle do uso da força. É ficar atento, já que em 1º de junho vence um dos contratos de câmeras corporais”, acrescenta.

Diretora-executiva do Instituto Sou da Paz, Carolina Ricardo, também aponta que as falas de Tarcísio e Derrite refletem na violência da tropa.

“A boa gestão do uso da força deixou de ser prioridade. Entrou uma lógica de operação contra o crime organizado que usa tropas especiais das polícias, que legítima mortes em ocorrência como sendo um efeito colateral e que enfraquece o programa de câmeras num discurso

de vaivém”, afirma.

A Operação Verão é a segunda ação mais letal da história da polícia de São Paulo, atrás apenas do massacre do Carandiru, quando 111 homens foram mortos durante a invasão da Casa de Detenção, em 2 de outubro de 1992.

Em nota anterior, o governo Tarcísio afirmou que desde dezembro, 1.025 infratores foram presos, sendo quase a metade (438) procurada pela Justiça, além de 47 menores de 18 anos apreendidos. “Ao todo, 56 criminosos entraram em confronto com as forças policiais e morreram”, diz a nota da secretaria.

Nesta terça, a pasta diz que as mortes decorrentes de intervenção policial são consequência da reação de criminosos contra a ação policial. “É importante ressaltar que a decisão pelo confronto parte sempre do suspeito, colocando em risco tanto a vida dos policiais quanto a da população em geral”, diz.

A secretaria afirma que todas as ocorrências são rigorosamente investigadas pelas polícias Civil e Militar, com o acompanhamento do Ministério Público e do Poder Judiciário. As Corregedorias também estão à disposição para apurar qualquer denúncia contra seus agentes.

A SSP diz ainda que mantém investimento contínuo na capacitação dos policiais, na aquisição de equipamentos de menor potencial ofensivo e na implementação de políticas públicas visando à redução da letalidade policial.

“Os programas de formação para o efetivo são constantemente atualizados, e comissões especializadas são designadas para analisar e aprimorar os procedimentos, bem como revisar os treinamentos e a estrutura das investigações”, afirma a SSP.

A secretaria afirma que as forças de segurança do Estado são instituições legalistas que operam “estritamente dentro de seu dever constitucional, seguindo protocolos operacionais rigorosos”.

Justiça nega pela terceira vez prisão do motorista de Porsche

Isabella Menon

SÃO PAULO O juiz Roberto Zanichelli Cintra, da 1ª Vara do Juri de São Paulo, negou o terceiro pedido de prisão preventiva (sem prazo) do empresário e motorista do Porsche Fernando Sastre de Andrade Filho, 24, que no fim de março colidiu em um Renault Sandero e causou a morte do motorista de aplicativo Orinaldo Silva Viana, 52.

É a terceira vez que a Justiça nega o pedido de prisão para o empresário. A decisão desta terça-feira (30) ocorre um dia depois de ele ser denunciado pelo Ministério Público. A Promotoria e Polícia Civil solicitaram a prisão de Fernando.

Na decisão, juiz aceitou a denúncia e tornou o empresário réu sob acusação de homicídio doloso (com intenção) qualificado e lesão corporal gravíssima, na modalidade de dolo eventual, quando o condutor assume o risco de matar e ferir.

A Folha procurou a defesa do empresário nesta terça, e a advogada que o representa disse que não vai se manifestar.

A promotora do caso, Monique Ratton, havia solicitado a prisão do empresário para garantir a ordem pública e também pela conveniência da instrução criminal e para assegurar a aplicação da lei penal. O juiz argumentou que as motivações da Promotoria não têm “vínculo com a realidade dos autos e buscam suas justificativas em presunções e temores abstratos”.

O Ministério Público considera que Fernando ingeriu álcool em dois estabelecimentos antes de dirigir no dia do acidente, que aconteceu 31 de março.

“A namorada e um casal de amigos tentaram demonstrar-lhe a intenção de dirigir, mas o condutor ainda assim optou por assumir o risco”, diz a Promotoria, que também citou que, de acordo com a perícia realizada, ele estava a 156 km/h na hora do acidente.

O órgão cita ainda que o amigo de Fernando foi gravemente ferido e ficou na UTI por dez dias. “O denunciado só se apresentou 36 horas depois da colisão, tendo deixado o local dos fatos com autorização dos policiais militares que atenderam à ocorrência”, afirma.

O Ministério Público requisitou o compartilhamento de provas para que os agentes públicos respondam por “eventual cometimento de crime por terem cedido ao pedido da genitora do denunciado de levá-lo ao hospital, quando deveriam tê-lo escoltado até o local”.

Imagens de câmeras corporais dos agentes mostram o jovem ao lado da mãe, Daniela Cristina de Medeiros Andrade, por volta das 3h do dia 31 de março. Os dois tentaram deixar o local, mas são impedidos por uma policial militar que afirma que precisa “qualificar” o jovem antes de liberá-lo. “Não pode tirar ele daqui assim”, afirma.

A policial militar pergunta a outro colega se ele possui equipamento para teste de bafômetro no local, e o policial responde que não tem. Depois de conversar com o motorista, a policial militar fala com um bombeiro que atendeu a ocorrência que diz que Fernando estava “um pouco etilizado”.



Área isolada no lago do parque Ibirapuera, na zona sul de São Paulo, onde um corpo foi encontrado

Marcelo Gonçalves / Folhapress

Corpo de homem é encontrado às margens do lago do parque Ibirapuera, em São Paulo

SÃO PAULO Um corpo, ainda não identificado, foi encontrado dentro do lago do parque Ibirapuera, localizado na zona sul de São Paulo, na manhã desta terça-feira (30). O parque permanece aberto.

Os bombeiros e a Polícia Civil foram acionados para a ocorrência às 10h40, e equipes de resgate retiraram o corpo do lago. Em nota, a SSP (Secretaria da Segurança Pública) afirmou que policiais atenderam a ocorrência e, no ende-

reço indicado, viram que “havia um cadáver às margens do lago do parque Ibirapuera”.

Segundo a polícia, trata-se de um homem sem vestes e com o corpo em estado de putrefação e com forte odor. De acordo com o boletim de ocorrência, quando a polícia chegou o local já estava isolado e então foi chamado o Corpo de Bombeiros.

O parque não tinha muitos frequentadores no momento em que o corpo foi retirado

da água. Pessoas que foram ao Ibirapuera fazer exercício paravam para olhar o trabalho dos policiais e bombeiros, segundo uma pessoa que estava no local e pediu para não ser identificada.

Ela afirma que, logo que entrou no parque para pedalar, viu uma movimentação atípica com viaturas policiais e um caminhão do Corpo de Bombeiros. Notou que vários policiais se dirigiam ao lago, porém quando indagou

funcionários sobre o que tinha acontecido, não obteve esclarecimentos.

O caso é investigado no 36º DP (Vila Mariana). O IML (Instituto Médico Legal) vai fazer a identificação datiloscópica da vítima (impressão digital), além de exames toxicológico e necroscópico para tentar identificar a causa da morte e quando aconteceu.

A Urbia, empresa responsável pela administração do parque, afirmou que não

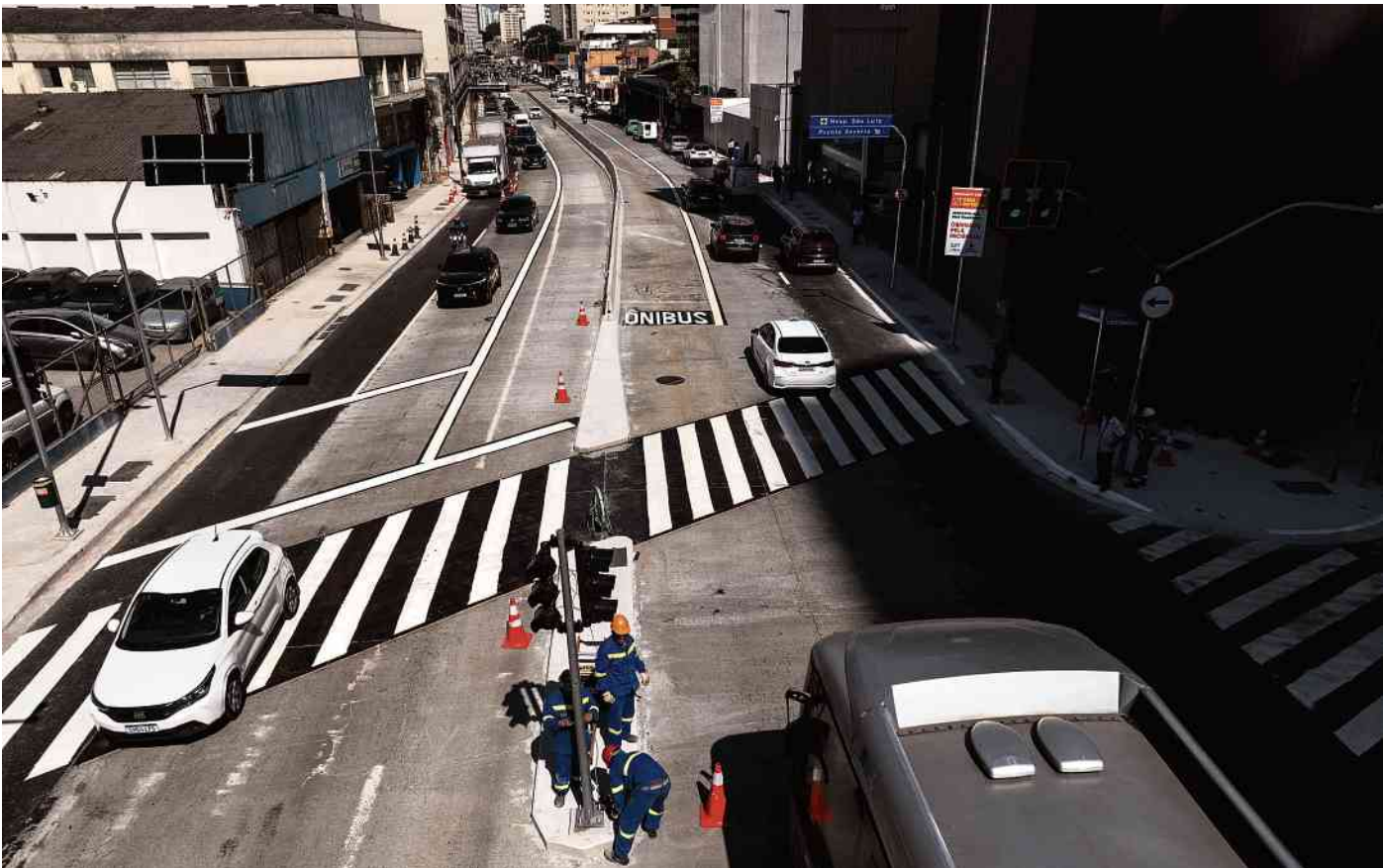
vai comentar o caso.

Também nesta terça, um outro homem foi encontrado morto no rio Tietê. O caso, segundo a SSP ocorreu por volta das 11h, na Várzea da Barra Funda, zona oeste da cidade.

Um motorista que trafegava pela avenida Presidente Castelo Branco avistou o cadáver flutuando no rio e acionou a Polícia Militar. Ao chegarem, os agentes acionaram o Corpo de Bombeiros, que retirou a vítima da água.

Ainda não houve identificação do corpo. O caso foi registrado como morte suspeita pelo 7º DP (Lapa), e uma perícia foi requisitada esclarecer o motivo do óbito. **IM e PED**

cotidiano



Operários trabalham na conclusão das obras de requalificação da avenida Santo Amaro, na zona sul de São Paulo Danilo Verpa/Folhapress

Trecho das obras na avenida Santo Amaro é entregue incompleto

Prefeitura de São Paulo afirma que as correções serão realizadas 'imediatamente' pelo consórcio contratado

Mariana Zylberkan

SÃO PAULO A primeira fase de obras de requalificação da avenida Santo Amaro, na zona sul de São Paulo, foi entregue com pendências nesta terça-feira (30), prazo final para a conclusão das intervenções no trecho de quase um quilômetro entre a rua Afonso Braz e a avenida Juscelino Kubitschek. A entrega ocorre a uma semana de serem completados nove anos da votação na Câmara Municipal que aprovou projeto de lei sobre a reforma da via, conhecida oficialmente como Santo Amaro desde 1954. Foi também uma das pri-

meiras a receber estrutura de corredor de ônibus, em 1986. Na tarde desta terça, ainda havia travessias de pedestres sem faixas de sinalização pintadas no asfalto, o que confundia quem tentava cruzar a avenida na altura da rua Doutor Alceu de Campos Rodrigues. Uma equipe de funcionários da prefeitura também testava o semáforo na esquina da rua Doutor Eduardo de Souza Aranha. Funcionários de um posto de gasolina localizado na avenida apontaram a falta de bocas de lobo, o que compromete a drenagem da via. Um deles mostrou a poça d'água formada perto do meio-fio após

uso de mangueira para lavar a calçada ainda de manhã. Além disso, comerciantes reclamavam de desníveis entre a calçada nova e a entrada dos imóveis, o que dificulta a entrada de veículos de clientes. Em outro posto de combustíveis, o consórcio responsável pelas obras teve que rebaixar a guia duas vezes a pedido do proprietário. Em nota, a secretaria de Infraestrutura Urbana e Obras da gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) afirmou que as correções serão iniciadas imediatamente pelo consórcio contratado para as obras, “sem prejuízo da funcionalidade do trecho entregue”,

afirma trecho da nota. A secretaria também ressaltou que identificou necessidade de ajustes em detalhes no acabamento durante vistoria realizada nesta segunda-feira (29). Não foram comentados os problemas específicos apontados pela reportagem. Apesar das pendências, a Santo Amaro ostentava faixas com os dizeres “obras entregues” em ao menos duas ruas. Havia também pedidos de desculpas pelos transtornos. O longo período de obras refletiu no trânsito da região, que precisou ser desviado. Após a entrega do primeiro trecho nesta terça, a segunda etapa das obras, entre as avenidas Juscelino Kubitschek e Bandeirantes, passando pela Helio Pellegrino, tem previsão de conclusão para o fim de setembro, após prorrogação de 12 meses do prazo original. Em setembro do ano passado, o TCM (Tribunal de Contas do Município) emitiu um alerta à Prefeitura de São Paulo para cobrar celeridade nas obras, depois de constatar que, passado metade do prazo de entrega, as obras tinham avançado menos de 20%. Na ocasião, trechos da avenida foram interditados para dar andamento ao projeto de revitalização. O contrato de requalificação dos 2,6 quilômetros da Santo Amaro entre as avenidas Juscelino Kubitschek e Bandeirantes foi assinado em maio de 2016, ainda na gestão do ex-prefeito Fernando Haddad (PT), por R\$ 58,6 milhões (R\$ 85 milhões em valores atuais corrigidos pela inflação), e com prazo de 24 meses para ser concluído. As obras só foram iniciadas seis anos depois, em julho de 2022, após atraso em desapropriações, licenciamento, estudos técnicos, análises urbanísticas e definição de recursos. As melhorias incluíram a pavimentação com concreto asfáltico, reforma do corredor de ônibus, novas paradas, enterramento da fiação e remoção dos postes. Foi instalado também um novo sistema de iluminação e alargamento da calçada. Atualmente, o investimento subiu para R\$ 161,4 milhões, quase o dobro do orçamento apresentado na primeira versão do contrato há oito anos. Após as demolições, que custaram R\$ 31,5 milhões, o custo mais alto do orçamento foi destinado ao projeto de desvio de trânsito, que consumiu R\$ 21,7 milhões. Ao enterramento dos fios foram destinados R\$ 17 milhões.

Justiça define que praça cercada por ex-juiz em SP é da prefeitura

Carlos Petrocilo

SÃO PAULO A Justiça acatou um pedido da Prefeitura de São Paulo e determinou a reintegração ao município da praça Ramiro Cabral da Silva, em Interlagos, que havia sido cercada pelo ex-juiz Wanderley Sebastião Fernandes em março deste ano. No despacho publicado nesta terça-feira (30), a juíza Carmen Cristina Teixeira e Oliveira, da 5ª Vara da Fazenda Pública, considerou que a praça recebe “investimento público significativo” e “manutenção periódica prestada pela Subprefeitura da Capela do Socorro”. Cabe recurso à decisão. Conforme publicado pela **Folha**, o terreno de 793 metros quadrados vem sendo disputado pela prefeitura e Fernandes, que se diz o dono da área desde 2002. Por outro lado, a gestão Ricardo Nunes (MDB) cita um decreto municipal, assinado pelo então prefeito Gilberto Kassab (PSD) em 2009, que nomeia o espaço como praça Ramiro Cabral da Silva. No fim de março, Fernandes cercou o terreno com alambrado, portão, correntes e cadeados. Em formato de triângulo, às margens da avenida Antônio Barbosa da Silva Sandoval, ele tem área verde e bancos de alvenaria. A reportagem procurou Fernandes para comentar a decisão, mas não obteve retorno até a publicação deste texto. A obra deixou vizinhos indignados. Após a publicação da reportagem pela **Folha**, um grupo de moradores derrubou o alambrado que impedia o acesso ao terreno no dia 24 de abril. No dia seguinte, o ex-juiz mandou refazer a cerca.

O ex-juiz chegou a colocar, com ajuda de uma corretora de imóveis, uma placa de venda e pretendia receber R\$ 1,3 milhão. A imobiliária desistiu do negócio diante da repercussão do caso. Três anos antes de Kassab assinar o decreto municipal, em 2006, Fernandes ingressou na Justiça com ação de indenização por apossamento administrativo —quando o poder público se apossa de um bem particular sem acordo ou decisão judicial. Em sua petição, Fernandes apresentou cópias de cobrança do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), entre outros documentos. Já a Procuradoria-Geral do Município questiona o fato de Fernandes adquirir o terreno em 2002, quando o local já funcionava como praça. Em 2016, a 6ª Câmara de Direito Público do TJSP (Tribunal de Justiça de São Paulo) entendeu que não houve apossamento por parte da prefeitura e “portanto remanesce o lote 03 em propriedade dos autores [Fernandes] que dele podem utilizar em sua plenitude, sem qualquer oposição por parte do município”. Apesar de a decisão ter sido publicada em 2016, o ex-juiz diz que cercou a praça agora porque reside na Europa e somente neste ano veio ao Brasil. No despacho, a juíza entendeu que Fernandes não teria chegado “a exercer posse sobre a área, a qual, há alguns anos, encontrasse sob a posse do Município, razão pela qual não lhe assiste o direito de simplesmente cercar o imóvel neste momento”.

Estádio do Pacaembu deve ficar pronto em junho

SÃO PAULO As obras do estádio do Pacaembu, na região central de São Paulo, deverão ficar prontas até 29 de junho deste ano. Esse é o prazo previsto no cronograma da Allegra, que detém a concessão do estádio por 35 anos. O contrato entre Prefeitura de São Paulo e Allegra foi firmado em 2019 e é válido até 2054. As obras foram iniciadas em junho de 2021 e, a princípio, ficariam prontas em outubro do ano passado. No entanto, o estádio não foi entregue nem para receber a final da Copa São Paulo em janeiro deste ano. A decisão do torneio teve que ser realizada na Neo Química Arena, a casa do Corinthians, na zona leste da capital paulista. O novo prazo foi informado por Rafael Carvalho, diretor da Allegra, em uma mesa técnica no TCM (Tribunal de Contas do Município) nesta terça-feira (30). Ele culpou o atraso às intervenções emergenciais e disse estimar que, somente no começo de 2025, o “Pacaembu esteja 100% operacional”. Além do campo, a empresa pretende entregar até o fi-

nal de junho o complexo da piscina olímpica e a central de quadra de tênis. “O problema hoje é atrelado ao ginásio poliesportivo com data [de conclusão] no final de agosto. Encontramos uma situação bastante dramática e com risco de colapso na estrutura”, disse Carvalho. Em sua apresentação, Carvalho adiantou que a Allegra não fará nenhum evento-teste após a tentativa frustrada com o show de Roberto Carlos, no dia 19 de abril. A gestão do prefeito Ricardo Nunes (MDB) vetou a apresentação para 3.000 pessoas depois de vitórias do Corpo de Bombeiros. O show marcaria a inauguração de uma arena no Pacaembu. O veto contrariou a empresa, que rebateu a decisão prefeitura e disse que não havia motivos para o cancelamento do show. “A concessionária vai seguir e acatar as orientações da prefeitura, do Corpo de Bombeiros”, prometeu Carvalho, nesta terça. O único evento-teste, segundo ele, deverá ser uma feira de artes no início de junho e sem a perspectiva de grande público.

“O problema hoje é atrelado ao ginásio poliesportivo com data [de conclusão] no final de agosto. Encontramos uma situação bastante dramática e com risco de colapso na estrutura

Rafael Carvalho
diretor da Allegra,
concessionária que
administra o Pacaembu

“O nosso objetivo com esses dois eventos [um show realizado por Gal Costa e a apresentação de Roberto Carlos cancelada] era conseguir, mesmo com obras, receber o público. A prioridade tem que ser a sequência das obras conforme previsto no contrato de concessão”, afirmou o diretor da Allegra. Na reunião, o conselheiro Domingos Dissei, relator da mesa técnica, lamentou os entraves do Pacaembu para voltar a receber eventos. “Tivemos o atraso na Copinha e depois o do show de Roberto Carlos, essa imagem não é boa para nossa cidade”, afirmou Dissei. O objetivo da mesa técnica, de acordo com o tribunal, é para que a concessionária e a gestão Nunes apresentassem explicações sobre o complexo. “O processo de análise de execução contratual intensificará a rotina de visitas ao local, que agora passam a acontecer semanalmente”, afirmou o TCM. Ao longo da mesa técnica, o representante da Allegra fez aceno após as rugas com a gestão Ricardo Nunes e reiterou que a empresa está

satisfeita com a concessão. O relacionamento entre empresa e prefeitura vem sendo testado desde 2022, quando Nunes recusou alguns pedidos da Allegra, sobretudo o de ceder à concessão a praça Charles Miller —que fica em frente ao estádio—, como forma de mitigar prejuízos em decorrência da pandemia de Covid-19. Na ocasião, a Allegra afirmou que teve um prejuízo de R\$ 22 milhões por três fatores: impossibilidade de realizar eventos durante a pandemia, erros no cálculo do tamanho do terreno e atrasos na emissão de licenças, autorizações e alvarás. A prefeitura, então, argumentou que a pandemia não deve ser motivo para aprovar um reequilíbrio econômico-financeiro no contrato. Também disse que a Allegra teve receita com a operação do estádio nos últimos anos e que a responsabilidade por elaborar estudos no terreno é da concessionária —antes de concorrer na licitação, a empresa assinou um termo declarando ter pleno conhecimento das condições da área. **CP**

Combate ao crime organizado

Estratégias anticrime precisam ir além de medidas repressivas de força bruta

Ilona Szabó de Carvalho

Empreendedora cívica, mestre em estudos internacionais pela Universidade de Uppsala (Suécia). É autora de "Segurança Pública para Virar o Jogo"

O crime organizado está praticamente em todo lugar, apesar de ser muitas vezes invisível. Suas estratégias, táticas e operações estão evoluindo rapidamente, o que infelizmente não está sendo seguido pelas instituições governamentais. É um tema que nos diz respeito a todos, mas muitas vezes é demasiado sensível para ser discutido.

O foco dos governos no enfrentamento das organizações criminosas geralmente está nos perpetradores e menos nos mercados que elas controlam e contaminam. No entanto, hoje, o crime organi-

zado abrange um ecossistema criminal global complexo e interliga economias legais, informais e ilegais. Sua forma de operação responde pela morte violenta de centenas de milhares de pessoas todos os anos e afeta literalmente bilhões de outras.

Certamente, a escala, sofisticação e intensidade do crime organizado variam de lugar para lugar. Apesar dessas variações, o tráfico de drogas, de armas e de pessoas, o contrabando de migrantes, o crime ambiental, o comércio de produtos falsificados e o cibercrime parecem estar ace-

lerando em todos os lugares, ao mesmo tempo.

Embora difícil de quantificar, estima-se que a corrupção, a lavagem de dinheiro e as economias ilícitas, real sustento e coração pulsante do crime organizado, sejam o maior negócio do mundo —avalado conservadoramente em trilhões de dólares.

Milhões de pessoas dependem dessas economias informais e ilícitas ligadas a mercados criminais, seja para prover formas não democráticas de segurança, seja para garantir meios de subsistência (pense em produtores de coca ou ga-

rimpeiros artesanais). E, claro, políticos e elites empresariais corruptas obtêm capital político e econômico preservando esse status quo.

Particularmente preocupante, grupos criminosos organizados estão se infiltrando em instituições públicas nacionais e subnacionais, subvertendo-as. Uma combinação de carteréis, máfias, gangues, milícias e outros estão em conluio com, e em alguns casos capturando, governos. Não são apenas as instituições militares, policiais, judiciais, penais e aduaneiras que estão sendo alvo, mas também a entrega bási-

ca de serviços, compras públicas e agências financeiras.

Grupos criminosos estão saindo das sombras e endossando candidatos a cargos públicos, financiando campanhas e influenciando resultados eleitorais com implicações corrosivas para a democracia. A degradação das instituições estatais também pode reforçar o apoio a políticas populistas e autoritárias e justificar medidas repressivas que muitas vezes excedem a lei e alimentam um ciclo vicioso que empodera o crime organizado.

Isso significa que as estratégias anticrime precisam ir além de medidas repressivas de força bruta e oferecer uma gama mais ampla e inteligente de abordagens de prevenção para desmantelar mercados criminais, moldar normas e fornecer alternativas reais.

Precisamos de estratégias que avancem tanto em medidas “duras” (aplicação técnica da lei, combate ao crime fi-

nanceiro, descapitalização das organizações criminosas e outras estratégias penais) quanto em medidas “suaves”, focadas na construção de normas sociais e de incentivo a comportamentos positivos e no desenvolvimento de alternativas econômicas aos mercados criminais.

No Brasil, priorizar o enfrentamento ao crime organizado e seus tentáculos é mais urgente do que nunca.

Além de ser o fator determinante para a consolidação democrática, esse enfrentamento é fundamental para destravar o investimento privado e o desenvolvimento econômico do país. Isso demanda traçar linhas claras de integridade e aplicação da lei e fechar espaço de convivência e convivência que abalam normas não só legais, mas culturais.

Por mais difícil que seja, é preciso começar pelo “mercado” da segurança. Estamos dispostos a cortar na carne para virar o jogo?

| DOM. Antonio Prata | SEG. Marcia Castro, Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | **QUI. Sérgio Rodrigues** | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho



Defesa Civil trabalha no resgate de moradores atingidos por temporal em Santa Cruz do Sul (RS) Prefeitura de Santa Cruz do Sul

Temporais deixam 5 mortos e quase 300 fora de casa no RS

Governador Eduardo Leite diz que cenário meteorológico é ‘bastante grave’

Carlos Villela

PORTO ALEGRE As chuvas que atingem o Rio Grande do Sul nos últimos dias deixaram ao menos cinco mortos, seis feridos e 18 desaparecidos, além de 293 pessoas fora de casa —198 desabrigados e 95 desalojados.

Até o começo da noite desta terça-feira (30), 77 cidades gaúchas registravam danos e ocorrências por causa dos temporais. Nas estradas havia pelo menos 47 trechos com bloqueio em todo o estado, em 22 rodovias estaduais e sete rodovias federais.

Em Paverama, no vale do rio Taquari, duas pessoas que estavam em um veículo morreram após serem arrastadas pela correnteza ao passar sobre uma estrada alagada. De acordo com a Polícia Civil, o corpo do motorista, um homem de 69 anos, foi localizado na noite de segunda-feira (29) dentro do carro. A outra vítima, passageiro do veículo, foi encontrada próxima a um

arroio na manhã desta terça.

A terceira morte foi registrada em Pântano Grande, e o caso ainda é investigado. Informações iniciais apontam que a causa teria sido uma descarga elétrica após o temporal.

As outras duas mortes ocorreram em Encantado e Santa Maria, mas não havia informações sobre as possíveis causas até o início da noite de terça.

Quanto aos desaparecidos, a Defesa Civil estadual alerta que esses números são dinâmicos e mudam rapidamente. Balanço preliminar aponta que são oito desaparecidos em Candelária, seis em Encantado e quatro em Roca Sales.

No fim da tarde de terça, 130 mil consumidores estavam sem energia elétrica no estado, e ao menos 32 mil não tinham água. Além disso, mais de 30 municípios estavam sem serviços de telefonia e internet. As aulas foram suspensas em 145 escolas estaduais

Em Santa Tereza, no Vale do Taquari, uma ponte de concreto foi levada pela enxurra-

“ Não há condições de precisar, neste momento, todos os efeitos que acontecerão em rios ou onde ventos possam formar até tornados. [...] [Façam] deslocamentos estritamente necessários

Eduardo Leite (PSDB) governador do Rio Grande do Sul

da enquanto a prefeita da cidade, Gisele Caumo (PP), gravava um vídeo de alerta próximo ao local. No vídeo, é possível ver o curso do arroio Marrecão quase no mesmo nível da ponte, que já estava com uma parte danificada, quando então a força da água faz a estrutura ruir.

Em Faxinal do Soturno, na região central do RS, uma ponte de ferro caiu na zona rural e outra foi danificada na ERS-348, que conecta a cidade ao município de Ivorá.

Em Roca Sales, cidade que contabilizou 13 mortes na enchente do rio Taquari em setembro do ano passado, foi registrado um soterramento de uma residência. Forças de resgate foram ao local para verificar se havia feridos.

O Inmet (Instituto Nacional de Meteorologia) alerta que as chuvas devem se intensificar na região Sul, em quase todo o território gaúcho e o sul de Santa Catarina, entre quarta (1º) e quinta-feira (2), com alto volume e acompanhadas de

trovoadas e vendavais. Estão previstos volumes de chuva de até 100 mm/dia, queda de granizo e rajadas de vento entre 60 e 100 km/h.

Com isso, até sexta-feira (3) o acumulado de chuva pode ultrapassar os 400 mm em pontos isolados das regiões metropolitana, central, dos vales e da serra.

O governador Eduardo Leite (PSDB) alertou para a previsão de mais temporais e disse que o cenário meteorológico é “bastante grave”. “Não há condições de precisar, neste momento, todos os efeitos que acontecerão em rios ou onde ventos possam formar até tornados”, afirmou.

Conforme modelos de previsão da Sala de Situação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente, o volume de chuva que se projeta até sexta pode causar cheias semelhantes às de novembro do ano passado, uma das maiores da história do Rio Grande do Sul.

O alerta maior é para a região do Vale do Caí, onde o rio já ultrapassou a cota de inundação nas quatro estações fluviométricas ao longo do curso. Em São Sebastião do Caí, parte da população começou a deixar suas casas. A cidade, que enfrentou a pior cheia de sua história em novembro, foi afetada por quatro enchentes diferentes nos últimos 12 meses. Em Estrela, no Vale do Taquari, o curso d’água também está acima da cota.

Também se estima que trechos das bacias hidrográficas do Alto e Baixo Jacuí, nos municípios de Espumoso, Salto do Jacuí e Dona Francisca, passem da cota de inundação já a partir desta quarta-feira. As cheias devem afetar os municípios de Cachoeira do Sul e Rio Pardo no fim da noite.

A partir de quinta, esse volume de água deve chegar à região das ilhas de Porto Alegre e a cidades da região metropolitana.

O governador fez uma transmissão ao vivo acompanhado do chefe da Defesa Civil estadual, coronel Luciano Chaves Boeira, e Cátia Valente, meteorologista da Sala de Situação, para falar da tendência de aumento das chuvas em diferentes regiões do estado nos próximos dias.

Eduardo Leite pediu que a população evite sair de casa e faça apenas “deslocamentos estritamente necessários”. “As pontes e estradas são construídas para uma média do tempo, não para situações extremas, como as que estão acontecendo”, disse.

Nas redes sociais, o governador disse que pediu ao ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, e ao Comando Militar do Sul o apoio de embarcações, helicópteros e efetivo para atuar nas regiões mais afetadas.

PF encontra garimpo ilegal no Amazonas e resgata 70 trabalhadores

Catarina Scortecchi

CURITIBA Uma operação da Polícia Federal localizou um garimpo ilegal na cidade de Maués, no sul do Amazonas, nesta segunda-feira (29). Segundo a investigação, a estrutura é uma das mais lucrativas de toda a América Latina, com produção diária superior a 6 kg de ouro.

No local, agentes da PF resgataram mais de 70 garimpeiros trabalhando em condições degradantes e equiparadas à escravidão.

Os trabalhadores resgatados, de acordo com a Polícia Federal, estavam sem qualquer equipamento de proteção individual e o garimpo era realizado na modalidade de poço, de forma subterrânea. Também foi identificada a prática de servidão por dívida.

A operação —batizada de Operação Mineração Obscura— faz parte de uma investigação realizada pela PF em conjunto com o ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), Ministério do Trabalho e Emprego e o Ministério Público do Trabalho.

Iniciada na sexta-feira (26), a ação continuará até 3 de maio, quando será divulgado um balanço da operação na região.

Segundo a PF, os donos do garimpo ilegal “serão responsabilizados perante a lei, enquanto medidas serão tomadas para garantir o resgate e a assistência adequada aos trabalhadores encontrados em situação de vulnerabilidade”.

A PF não divulgou dados sobre quem são os responsáveis pelo garimpo e se já há denúncias formais na Justiça Federal contra eles.



equilíbrio

Perfeccionismo é epidemia silenciosa, afirma psicólogo

Thomas Curran diz que a pressão para ser perfeito começa dentro de casa

Mateus Camillo

SÃO PAULO Há poucos exemplos mais concretos de uma sociedade perfeccionista do que o defeito favorito mencionado em entrevistas de emprego: “Eu sou muito perfeccionista”. O orgulho de não se contentar com o suficiente é a característica definidora de nossa época. “É algo muito recente. Nós somos apenas a segunda ou terceira geração nesse mercado hipercomparativo”, afirma Thomas Curran, autor do livro “A Armadilha da Perfeição”, recém-lançado pela Companhia das Letras.

A pressão para ser perfeito começa em casa com pais hiperpresentes na vida do filho, aumenta na escola com um sistema educacional altamente competitivo e atinge o ápice no trabalho e sua promoção meritocrática. A longo prazo, a insegurança de sentir-se insuficiente o tempo todo pode ser a causa de depressão, ansiedade, burnout, baixa autoestima, pensamentos suicidas. “A vida se torna um tribunal infinito para nossos defeitos”, diz Curran. Doutor em psicologia e professor da London School of Economics, Curran demons-

tra em sua pesquisa que os níveis de perfeccionismo vêm aumentando significativamente desde os anos 1980. A psicologia mapeia três tipos de perfeccionismo: orientado a si, com padrões pessoais excessivamente altos; orientado aos outros; e o prescrito socialmente, em que se percebe que o ambiente exige perfeição. É este último que vem se proliferando na cultura moderna. O autor britânico culpa principalmente o ambiente, ou melhor, a cultura moderna, já que esse crescimento é constatado em diferentes países, faixas etárias e classes econômicas. “O perfeccionismo não é uma obsessão pessoal — é um fenômeno cultural.

Irradiamos perfeição porque o mundo irradia perfeição.” E se essa epidemia silenciosa já era catastrófica, agravou-se a partir de meados dos anos 2000, com as redes sociais, especialmente entre os jovens. O perfil do amigo é sempre mais bem-sucedido, mais rico, mais feliz e mais viajado. Curran não culpa as big techs, mas o sistema econômico a que estão submetidos. “Por que o modelo empresarial do Facebook seria diferente de todos os outros nessa economia? As plataformas não saíram do nada. Seria um erro concluir que, se desativássemos todos os aplicativos amanhã, nossa obsessão pela perfeição desapareceria.”

O livro tira o perfeccionismo das prateleiras da psicologia pop e o coloca em um lugar mais apropriado: um problema contemporâneo que merece uma investigação séria. Para ilustrar seus efeitos, Curran recorre a si mesmo. Perfeccionista assumido em todas as áreas de sua vida, o autor descreve como uma depressão amorosa o levou a ataques de pânico e depressão. Tudo agravado porque pessoas como ele raramente revelam a angústia ou buscam ajuda para tratar a saúde mental. Quando o corpo colapsou, veio o aprendizado. “Esse é o motivo pelo qual estou conduzindo pesquisas, escrevendo este livro, fazendo todo o possível para expor os perigos do perfeccionismo.” Curran e seus colegas acadêmicos como Paul Hewitt e Gordon Flett rebatem “o que talvez seja mito mais pernicioso de todos — que o perfeccionismo é essencial para o sucesso”, propagado pelo psicólogo americano Don Hamachek. Diversos estudos mostram que os ganhos de rendimento

de pessoas altamente perfeccionistas são marginais. E vêm junto a uma carga de problemas psicológicos que não compensam. “Perfeccionismo saudável é um oxímoro”, contesta o psicólogo americano Thomas Greenspon. Esse é o enredo da armadilha da perfeição. A saída para uma sociedade pós-perfeccionista, propõe Curran, passa por dois caminhos. Um individual, de aceitação de que os fracassos são inevitáveis. O outro coletivo, como mudanças na fórmula de calcular o progresso de um país e uma renda básica que permita uma sociedade com menos medo do fracasso. “Isso não deveria soar utópico, controverso. Mas é assim numa cultura que nos convenceu de que as ideias de igualdade são radicais. É hora de pensar em uma nova direção.” O livro foi escrito um pouco antes de a inteligência artificial passar por um boom.

A Armadilha da Perfeição
Preço R\$ 89,90 (320 págs.) e R\$ 39,90 (ebook); Autoria Thomas Curran; Editora Fontanar; Tradução Guilherme Miranda

EDITAL DE INTIMAÇÃO – COMPROVAR IMPENHORABILIDADE. Processo Digital nº. 1001179-53.2017.8.26.0384. Classe: Ajuízo: Execução do Título Extrajudicial – Contatos Bancários. Executante: BANCO BRADESCO S/A. Executado: Odeir Gonçalves da Silva. 11/05/2023 e outro. EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1001179-53.2017.8.26.0384. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara do Foro de São Pedro, Estado de São Paulo, Ori(a) Luis Carlos Martins, na forma da Lei, etc. FAZ SABER ao(à) ODEIR GONÇALVES DA SILVA, CPF 1156272831 e ODEIR GONÇALVES DA SILVA, CNPJ 20.122.1130009-77, que por este Juízo, tendo de uma ação de Execução de Título Extrajudicial, movida por BANCO BRADESCO S/A, encontrando-se o executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, que fluir após o decurso do prazo do presente edital, compareça para as quantias tomadas indisponíveis são impenhoráveis e, ou, se houver litigância em causa, seja o presente edital, por escrito, afixado e publicado na forma da Lei. NADA MAIS. Tudo o que passou nesta cidade de São Pedro, aos 16 de abril de 2024.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
Acha-se aberta na Chefia de Gabinete, da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística, a licitação na modalidade pregão eletrônico **90003/2024/DH**, processo 020.00006728/2024-56, destinada à contratação de empresa para serviços de manutenção do balizamento no trecho paulista da Hidrovia Tietê-Paraná. A abertura das propostas dar-se-á no dia **17/05/2024 às 09h00**, no site compras.gov.br, identificando-se o pregão através do número **260101-90003/2024**. As propostas serão recebidas no site a partir do dia **02/05/2024**. Os interessados poderão consultar o Edital completo nos sites www.imprensaoficial.com.br (opção “NEGÓCIOS PÚBLICOS”); pnpcp.gov.br ou www.semil.sp.gov.br. Pedidos de esclarecimentos devem ser enviados através do e-mail semil.licitacoes@gmail.com e as respostas serão divulgadas no próprio ambiente eletrônico, de modo que todos os interessados tenham acesso aos questionamentos e esclarecimentos prestados.

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
Presencial e Online
Credor Fiduciário: ITAÚ UNIBANCO S/A - Fiduciante: ALAN BERNARDINO DA SILVA
LOTE 04 - Um Terreno situado à Rua Jerônimo Coelho, parte do lote 39 da quadra 37, Jardim Vila Formosa, no 46º Subdistrito – Vila Formosa, designado no projeto de desdobro como Lote “39-B”, medindo 5,00m de frente para a referida rua; por 25,00m da frente aos fundos, de ambos os lados, e nos fundos mede 5,00m, confrontando do lado direito de quem da rua olha para o imóvel com o lote 38; do lado esquerdo com o remanescente do lote (designado no projeto de desdobro como Lote “39-A”, e, nos fundos com parte do lote 21, todos da mesma quadra, encerrando a área de 125,00m². **Av. 02** Para constar a construção de uma casa com 140,00m² de área construída, que recebeu o nº 555 da Rua Jerônimo Coelho. **Imóvel objeto da matrícula nº 170.831 do 9º Oficial de Registro de Imóveis de São Paulo/SP, Observação:** Imóvel Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97. **1º Leilão no dia 09/05/2024, às 11:00 horas**, à Rua Minas Gerais, 316, Cx. 62, Higienópolis - 01244-010 – São Paulo/SP, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 635.911,10 (Seiscentos e trinta e cinco mil, novecentos e onze reais e dez centavos)**. **2º Leilão dia 23/05/2024**, no mesmo horário e local, com lance mínimo igual ou superior a **R\$ 680.284,35 (Seiscentos e oitenta mil, duzentos e oitenta e quatro reais e trinta e cinco centavos)**.
O arrematante prestará pagarà no ato o preço total da arrematação e a comissão do leilão, correspondente a 5% sobre o valor de arremate, inclusive o dever fiduciante, no caso do exercício do direito de preferência, na forma da lei. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial. Edital completo no site do leilão. Leilão Oficial. Dora Plat - Jucesp 744.
PARA MAIS INFORMAÇÕES: 3003.0677 | PORTALZUK.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DE PARNAÍBA
AVISO DE LICITAÇÃO
Pregão Eletrônico nº. 006/2024
Proc. Adm. nº. 240401029499800/2024
Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços relacionados à **FISCALIZAÇÃO ELETRÔNICA VEICULAR** contemplando: implantação, operação, gestão e manutenção dos equipamentos e softwares para detecção, medição, monitoramento, administração e gestão dos registros de infrações de trânsito nas vias de responsabilidade deste Município, pelo período de 12 meses. **Do Edital:** O edital completo poderá ser consultado e/ou obtido a partir do dia 02/05/2024, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, bem como por meio do site <https://intranet.santanadeparnaiba.sp.gov.br/SisComp/Publico/Licitacao/GridLicitacao.aspx>, na aba serviços para sua empresa, licitações e Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP). Início da sessão de disputa de lances: **Dia 16/05/2024, às 10h00min**.
Santana de Parnaíba, 30 de abril de 2024.
AUTORIDADE COMPETENTE



AVISOS DE LICITAÇÕES
PG SABESP FSCM 92002/24-Registro de preços para o fornecimento de kits para lavagem e desinfecção de uniformes - material corporativo - Recebimento das Propostas: a partir da 00h00 de 13/05/24 até 09:30h de 14/05/24, no site www.sabesp.com.br/licitacoes - Abertura das Propostas: às 09:30h de 14/05/24. Credenciamento dos Representantes: permanentemente aberto, através do site acima. O Edital completo será disponibilizado a partir de 02/05/24, para consulta e cópia, no site acima. FSCM - SP, 02/05/24. A Diretoria".
PG SABESP RJ 00700/24-Aquisição de grupo gerador a diesel trifásico de 750kva e 500kva para utilização na ete's no âmbito da Superintendência Capivari/Jundiá. Edital para "download" a partir 02/05/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso "cadastre sua empresa". Problemas c/ site, contatar fonte (11) 3388-8984: Informações (11) 4894-8155. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 15/05/2024 até às 09h00 de 16/05/2024 - www.sabesp.com.br/licitacoes. As 09h01 será dado início a Sessão Pública. Itatiba, 02/05/24 - (OJ).
PG SABESP CSM 00991/24-Fornecimento de Hipoclorito de Sódio em Contêiner para atender o Município de Olímpia. Recebimento das Propostas a partir da 00h00 de 13/05/2024 até 10h00 de 14/05/2024, no site www.sabesp.com.br/licitacoes. Abertura das Propostas às 10h00 de 14/05/2024 pelo Pregoeiro. Credenciamento dos Representantes permanentemente aberto através do site acima. O Edital completo será disponibilizado a partir de 02/05/2024, para consulta e cópia, no site acima. CSM - SP, 02/05/2024.
PG SABESP FSCS 00133/24-Prestação de serviços para envio e recebimento de mensagens de texto - SMS (short message service) e RCS (rich communication services) - aos clientes SABESP. Edital para "download" a partir de 02/05/24 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores, mediante obtenção de senha e credenciamento (condicionante a participação) no acesso Licitações Eletrônicas Cadastro de Fornecedores. Envio das Propostas a partir da 00h00 de 15/05/24 até às 09h00 de 16/05/24 - www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Licitações Eletrônicas. As 09h15 de 16/05/24 será dado início a Sessão Pública. SP, 02/05/24 - Divisão de Compras de Serviços - FSCS. A Diretoria.
PG SABESP CSM 01032/24-Fornecimento de Polímero Aniônico para adensamento de lodo de ETA para Tratamento de Água - Compra Estratégica. Recebimento das Propostas a partir da 00h00 de 14/05/2024 até 10h00 de 15/05/2024, no site www.sabesp.com.br/licitacoes. Abertura das Propostas às 10h00 de 15/05/2024 pelo Pregoeiro. Credenciamento dos Representantes permanentemente aberto através do site acima. O Edital completo será disponibilizado a partir de 02/05/2024, para consulta e cópia, no site acima. CSM - SP, 02/05/2024.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1005152-62.2022.8.26.0318. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível, do Foro de Leme, Estado de São Paulo, Dr(a) Moisés Bethel Molina, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a C.W. FOODS COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA. - EPP, CNPJ 25534730000101, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de Contrasi - Cia. Brasil Central Controle e Indústria, alegando em síntese: que a execução deve a quantia de R\$ 14.958,58 (seis mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais) (Emissão) e o se tem em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para que em 3 dias, a fluir dos 26 dias supra, pague o débito atualizado, ocasião em que a verba honorária será reduzida pela metade, ou, para, em 15 dias, embargar ou reconhecer o crédito da execução, comprovando o depósito do 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas da correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de penhora de bens e sua avaliação. Decorridos os prazos supra, no silêncio, o litu será considerado revel, caso em que será tomada a seguinte decisão: Serão o presente edital, por escrito, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Leme, aos 15 de abril de 2024.

COGNA EDUCAÇÃO S.A.
CNPJ/ME nº 02.800.026/0001-40 - NIRE 31.300.025.187 - Companhia Aberta

Ata da 224ª Reunião do Conselho de Administração Realizada em 23 de abril de 2024
A Remuneração das Debêntures do 1º Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme abaixo definido) imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente subsequente. A Remuneração das Debêntures do 1º Série será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; (v) **Remuneração das Debêntures 2º Série:** Sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures 2º Série, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, capitalizada exponencialmente, acrescida de sobretaxa (*spreadd*), a ser definida no Procedimento de *Bookbuilding*, nos termos da Escritura de Emissão e, em qualquer caso, limitada ao máximo de 1,60% (um inteiro e sessenta centésimos por cento) ao ano, com base em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (**“Remuneração das Debêntures 2º Série**, em conjunto com a Remuneração das Debêntures 1º Série, **“Remuneração”**). A Remuneração das Debêntures do 2º Série será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, desde a Data de Início da Rentabilidade ou da Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente subsequente. A Remuneração das Debêntures 2º Série será calculada de acordo com a fórmula a ser descrita na Escritura de Emissão; (vi) **Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures ou de eventual resgate antecipado das Debêntures, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, de acordo com a tabela a ser prevista na Escritura de Emissão (cada uma dessas datas, uma **“Data de Pagamento da Remuneração”**); (x) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no mercado secundário, conforme o caso; (a) todos os procedimentos adotados pela B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização da B3, para as Debêntures registradas em nome da Companhia, a ser exclusivo critério, oferta de resgate antecipado total das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, endereçada à totalidade dos titulares das Debêntures da 1ª Série e/ou das Debêntures da 2ª Série, de acordo com os termos da Escritura de Emissão e da legislação aplicável, incluindo, mas sem limitação, a Lei das Sociedades por Ações (**“Oferta de Resgate Antecipado Total”**); O valor a ser pago em relação a cada uma das Debêntures no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado Facultativo Total será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, conforme o caso, acrescido (a) da respectiva Remuneração da respectiva série

saúde

Casos de dengue e gripe geram espera de até 9 horas em UPAs de São Paulo

Secretaria diz que unidades priorizam casos graves devido ao aumento da demanda hospitalar

SAÚDE PÚBLICA

Geovana Oliveira

SÃO PAULO Por volta das 20h desta segunda-feira (29), Sara Vitória, 12, descansava a cabeça no colo da mãe, deitada em duas cadeiras no lado de fora da UPA (Unidade de Pronto Atendimento) de Pirituba, na zona norte de São Paulo. As duas haviam chegado ainda pela manhã, às 11h, e tinham como previsão esperar por pelo menos mais duas horas o resultado do exame de sangue para dengue.

A mãe, Juliana Gonçalves, 41, levou Sara na UPA quinze dias antes e saiu com um diagnóstico de pneumonia. Foi receitado antibiótico, mas dias depois retornaram sintomas como febre de 39º, diarreia, vômito, dor de cabeça e calafrios.

O quadro confuso entre infecção respiratória e dengue é comum nas unidades de pronto socorro da zona norte da capital. Na UPA de Pirituba, a **Folha** encontrou uma recepção reservada para os sintomas gripais à direita e outra para as demais reclamações à esquerda.

Sentado no chão da ala para sintomas gerais, Paulo Sérgio dos Santos, 42, esperava atendimento há seis horas. Com dor de cabeça e febre, ele acreditava estar com dengue.

“Ontem [domingo, 28] eu vim e fiquei das 18h até 1h da madrugada para fazer o teste de dengue, mas minha esposa precisava trabalhar e não deu para esperar”, disse. “Estava fazendo os cálculos e, nesse tempo, dava para pegar um carro e ir até Belo Horizonte.”

Ao todo, nos dois dias, ele esperou mais de 13 horas. A distância de cerca de 600 quilômetros entre São Paulo e Belo Horizonte pode ser feita em oito horas.



Pessoas aguardam atendimento na Upa City Jaraguá na noite de segunda-feira (29) Ronny Santos/Folhapress

O país ultrapassou a marca de 4,1 milhões de casos prováveis e 2.073 óbitos por dengue em 2024, segundo dados do Painel de Monitoramento de Arboviroses do Ministério da Saúde. O número de casos representa um recorde histórico. O recorde de casos prováveis anterior era o registrado em 2015, com 1.688.688 — nesse ano, foram 986 mortes. Na série histórica, o recorde de mortes do país havia sido em 2023, com 1.094.

Os últimos boletins InfoGripe, da Fiocruz, mostram também aumento de internações por Srag (síndrome respiratória aguda grave) no país, principalmente por causa

do VSR (vírus sincicial respiratório), que afeta principalmente crianças, e pelo vírus da gripe, influenza A.

Na UPA Jaraguá, Anderson Ferreira, 46, acompanhava, às 21h30, a esposa Silvia Regina, 43, que apresentava sintomas gripais, dor no corpo e dor de cabeça. Eles chegaram na UPA às 14h. “Ela vai fazer teste de Covid, dengue e depois vai tirar a chapa [fazer raio-X do pulmão]”, disse Ferreira que, apesar de reclamar da demora, afirmou que esse é o pronto atendimento mais rápido.

Lá, Marlene Silva, 57, esperou sete horas para fazer contagem de plaquetas em um exame de sangue. Ela ha-

via sido diagnosticada com dengue grave algumas semanas antes. Não muito longe dela, Giraldo Barbosa, 50, tinha as pernas repletas de manchas vermelhas e esperava atendimento há três horas para saber se estava ou não com dengue.

“Ainda tem 30 pessoas para serem atendidas na minha frente”, reclamou. Às 21h40h, a fila para atendimento médico na UPA tinha 51 pessoas.

A pouco mais de sete quilômetros dali, a previsão de atendimento na UPA Perus era um pouco melhor: de duas a três horas. Ailson Miller, 49, esperava 1h30 para ser atendido. “Estou com gripe, dor de cabe-

“
Estava fazendo os cálculos e, nesse tempo, dava para pegar um carro e ir até Belo Horizonte

Paulo Sérgio dos Santos paciente que aguardou atendimento por 13 horas na UPA Pirituba

Roupas contra dengue são eficazes, mas não dispensam cuidados

Livia Inácio

CURITIBA Enquanto o Brasil atinge um número recorde nos casos de dengue, que já causou 1.888 mortes no país só em 2024, marcas nacionais de roupas, como Insider e Extreme, têm apostado em camisetas com repelentes de insetos para afastar o mosquito Aedes aegypti, transmissor da doença.

A técnica consiste em impregnar o tecido com permetrina, versão sintética de um composto encontrado nas flores de crisântemo capaz de irritar, paralisar e matar o animal ao agir sobre as células nervosas dele.

Absorvida pela roupa por

meio de rolos compressores ou do banho do tecido no composto, a substância pode permanecer na peça por até 50 lavagens caseiras, a depender da marca e do cuidado com o item, mas vai perdendo a força nesse intervalo.

Essa tecnologia foi criada em 1973 e aplicada pela primeira vez em larga escala em 1979 pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA). Hoje, a maioria dos tecidos pode receber o inseticida, desde colchões, lençóis, palmilhas e jalecos até produtos de higiene pessoal, diz o coordenador do curso de Engenharia de Bioprocessos e Biotecnologia da Universidade Positivo Leonardo

Wedderhoff Herrmann.

Aliada no combate à dengue, a técnica integra as medidas de controle de vetores dos EUA desde 1990, sendo aplicada em roupas e em uniformes militares. Em 2016, também foi usada durante os Jogos Olímpicos no Rio de Janeiro para conter a expansão do zika vírus e proteger atletas do patógeno.

De baixa toxicidade e comum em produtos de uso tópico, como xampus anti-piolho e sarnas, a permetrina pode incomodar insetos a uma distância de até 20 centímetros do tecido, diz a líder de pesquisa e desenvolvimento da Insider, Karen Prado. Ainda assim, não substitui repe-

lentes em spray ou creme, reforça a dermatologista, Kátia Scheylla Malta Purim, doutora em Medicina pela UFPR (Universidade Federal do Paraná). Cabeça, pescoço, mãos e pés —áreas não cobertas pela roupa— estão entre as mais suscetíveis ao ataque de insetos e precisam de atenção especial.

Além disso, nenhum fabricante pode garantir que todos os mosquitos sejam repelidos pela camiseta, diz o sócio-administrador da Extreme, Marcel Cavilha Juppá. A eficácia da ação repelente nas roupas é de aproximadamente 94%, portanto, elas devem ser tratadas como uma camada extra de proteção, e não a única.

Embora roupas de efeito

repelente sejam consideradas seguras e eficazes, é importante conferir o registro de cada marca junto à Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária), que regula repelentes e inseticidas aplicados em objetos e tecidos seguindo a nota técnica 9/2019.

A permetrina não é a primeira tecnologia aplicada em tecidos para fins sanitários. Outra solução estudada recentemente são os compostos à base de nanopartículas de prata, cobre e zinco, que, além de afetares mosquitos, também evitam aquecimento e passagem de luz ultravioleta (UV), diz Herrmann. Em São Carlos, no interior paulista, a empresa Na-

nox, focada em nanotecnologia, recebeu apoio da Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) para desenvolver roupas que controlam calor e odor enquanto afastam insetos com base nessa ideia.

Para além dos repelentes, a indústria têxtil também investe em tecidos antivirais. Durante a pandemia de Covid, a marca de roupas Lupo passou a oferecer máscaras, camisetas, calças, leggings, casacos, vestidos e até capinhas para celular que inativavam o vírus. A Nanox também produziu máscaras e roupas capazes de inativar 99,9% dos vírus em dois minutos, com micropartículas de prata.

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Desafiou os costumes para alcançar seus sonhos

DAGMAR AURÉLIA SCATENA (1941 - 2024)

Claudinei Queiroz

SÃO PAULO Desde pequena, Dagmar Aurélia Scatena nunca se prendeu às limitações impostas às mulheres. Para conquistar seus sonhos, enfrentou a família, se desdobrou para estudar enquanto cuidava dos filhos e atuou até o último momento para ajudar as pessoas em aconselhamentos psicológicos.

Neta de italianos que imigraram para Bento de Abreu, a 560 km de São Paulo, Dagmar era a segunda das sete filhas do casal Josefina Aticiatti e Amauri Scatena. A família depois se mudou para Araçatuba, maior cidade da região, onde Dagmar passou uma infância típica de interior, subindo em árvores e fazendo bichinhos com mamão.

Como tinha uma mentali-

dade desafiadora para os padrões da época, ela bateu de frente com o rígido avô Ernesto. “Ela queria aprender a dirigir, mas ele achou bobagem. Naquela época, achavam que mulher não precisava nem estudar. Mas, aos 18 anos, ela entrou em uma autoescola e ele ficou muito bravo. Por isso, ela se mudou para São Paulo”, conta a filha Beatriz de Andrade Sant’Anna, 46.

Na capital, ela foi morar na pensão da avó materna, Amélia, e logo começou a trabalhar. Aos 19 anos, conheceu o engenheiro Sérgio Andrade Sant’Anna, com quem se casou 11 meses depois e teve

três filhos: Mauro, 61, Celso, 58, e Beatriz.

Segundo a filha, Dagmar ficou encantada com o ambiente intelectual da família de Sérgio, o que a inspirou a cursar sociologia. Ela, inclusive, fez a faculdade em paralelo ao nascimento dos dois primeiros filhos.

Nos anos seguintes, trabalhou voluntariamente no setor de queimados do Hospital Beneficência Portuguesa, no bairro do Paraíso, onde colocou em prática seu dom de ajudar as pessoas. A filha lembra que Dagmar fez questão de alfabetizar as empregadas domésticas que trabalhavam

em sua casa, no Morumbi.

“Tinha a preocupação de as pessoas não saírem com entraram e era diligente para ajudar quem estivesse em momento de crise”, diz Beatriz, que tinha cinco anos quando os pais se separaram.

Dagmar passou a ser a provedora da família e começou a trabalhar na escola onde os filhos estudavam. Ficou lá até se aposentar, aos 65 anos.

“Ela podia aquietar, mas não quis. Foi fazer outra faculdade, de psicologia, uma coisa superdifícil naquele contexto”, diz Beatriz.

No dia 26 de março, ela trabalhou fazendo aconselhamentos. No dia seguinte, sofreu um AVC (acidente vascular cerebral) em casa, onde vivia sozinha. Morreu aos 82 anos no dia 30 de março. Deixou os três filhos e cinco netos.

Procure o Serviço Funerário Municipal de São Paulo: tel. (11) 3396-3800 e central 156; prefeitura.sp.gov.br/servicofunerario.

Anúncio pago na Folha: tel. (11) 3224-4000. Seg. a sex.: 10h às 20h. Sáb. e dom.: 12h às 17h.

Aviso gratuito na seção: folha.com/mortes até as 18h para publicação no dia seguinte (19h de sexta para publicação aos domingos) ou pelo telefone (11) 3224-3305 das 16h às 18h em dias úteis. Informe um número de telefone para checagem das informações.

G7 faz acordo para abandonar carvão até 2035, com ressalva

Países incluem possibilidade de uso por tempo prolongado desde que metas estejam alinhadas ao Acordo de Paris

TURIM (ITÁLIA) | REUTERS E AFP Os ministros de energia do G7 (grupo liderado pelos EUA e que reúne as principais economias do Ocidente) concordaram nesta terça-feira (30) em acabar com o uso do carvão na geração de energia “durante a primeira metade da década de 2030”, de acordo com comunicado oficial.

No entanto, em uma ressalva, a declaração incluiu um objetivo alternativo de eliminação progressiva das usinas de energia a carvão em um intervalo mais longo “em um cronograma consistente com a manutenção de um limite de aumento de temperatura de 1,5°C, de acordo com os caminhos de emissão líquida zero dos países”.

A meta de que o planeta não aqueça mais que 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais é o objetivo principal do Acordo de Paris, assinado em 2015. Esse limite, afirmam os cientistas, é necessário para prevenir as consequências mais graves das mudanças climáticas.

A ressalva ao fim do carvão foi incluída na redação final do comunicado dos ministros de energia do G7 a pedido de Alemanha e Japão, cujas usinas a carvão produzem mais de um quarto de sua eletricidade, disseram à Reuters fontes da diplomacia. O trecho foi requisitado pelas nações como uma margem de manobra.

A Alemanha tem em sua legislação uma meta final de fechar as usinas de carvão até, no máximo, 2038, enquanto o Japão não definiu uma data para isso.

O acordo sobre o carvão marca um passo significativo na direção apontada no ano passado na COP28 (conferência do clima da ONU realizada em Dubai) para eliminar os combustíveis fósseis —entre os quais o carvão é o mais poluente.

“É a primeira vez que um caminho e um objetivo foram estabelecidos para o carvão”, disse o ministro Gilberto Pichetto Fratin, que presidiu a reunião de dois dias em uma antiga residência real perto de Turim, na Itália.

O grupo —formado por Itália, Estados Unidos, Reino Unido, França, Alemanha, Canadá e Japão— também disse reconhecer que cortar as receitas de energia da Rússia é essencial para apoiar a Ucrânia

na guerra e prometeu trabalhar na diminuição de importações de gás russo.

O G7 não chegou a um acordo, porém, sobre possíveis sanções ao gás natural liquefeito (GNL) russo.

“Discutimos como avançar em direção ao objetivo de atingir zero importações de gás russo, revisando também questões relacionadas ao GNL”, disse Pichetto.

Em meio ao impacto causado na segurança energética da Europa pela invasão russa à Ucrânia, o acordo oferece flexibilidade em caso de um novo conflito inesperado, afirmou ainda o ministro de energia da Itália à imprensa após o encerramento do evento nesta terça-feira.

A secretária de Estado do Ministério da Economia da Alemanha, Anja Hajduk, também considerou o acordo uma conquista importante.

“O fato de termos conseguido chegar a um acordo com nossos parceiros do G7 sobre um horizonte temporal para a eliminação do carvão é um sucesso histórico para a proteção do clima”, afirmou Hajduk.

Outro ponto polêmico do acordo é que permite a continuação de geração de energia elétrica a partir do carvão em casos em que sejam instalados sistemas de captura de emissões de dióxido de carbono (CO2), uma decisão criticada por ecologistas.

Para Andreas Sieber, da ONG 350.org, o documento é “um avanço importante, mas insuficiente”. Já para o Institute for Climate Analysis “2035 é tarde demais”. A entidade disse também ser “notável que não se tenha mencionado o gás”, apesar de ser a maior fonte de aumento global de emissões de carbono na última década.

Luca Bergamaschi, do think tank climático Ecco, avaliou que o G7 deu “um passo decisivo” ao levar o acordo da COP28 para uma legislação em nível nacional, enquanto a ONG WRI (World Resources Institute) festejou o compromisso como “um farol de esperança para o resto do mundo”.

No documento, o G7 diz que contribuirá para uma meta global de armazenamento de energia no setor elétrico de 1.500 gigawatts (GW) em 2030, um aumento de mais de seis vezes em relação a 2022.



Ilustração do *Fujianipus yingliangi* Yingliang Stone Natural History Museum via The New York Times

Pegadas na China levam à descoberta de parente mais alto do velociraptor

Espécie de predadores do período Cretáceo tinha aproximadamente 1,5 metro de altura e 4,5 de comprimento, segundo pesquisadores

Jack Tamisiea

THE NEW YORK TIMES Graças ao seu reinado de terror em “Jurassic Park”, os velociraptors são infames predadores pré-históricos.

As versões retratadas no cinema, no entanto, estão muito distantes de seus equivalentes científicos —e não apenas porque os fictícios não têm penas. Na vida real, eles atingiam o tamanho de um labrador.

Ainda assim, alguns alcançaram tamanhos imponentes. E uma equipe de paleontólogos disse que pode ter identificado um novo megaraptor com base em um conjunto de pegadas fossilizadas encontradas na China. Em um artigo publicado no último dia 24 na revista iScience, eles estimaram que essas pegadas foram deixadas por um dinossauro que estaria entre os maiores raptors conhecidos pela ciência.

As marcas fazem parte de uma trilha de dinossauros descoberta no sudeste da China em 2020. Durante o período do Cretáceo superior, cerca de 90 milhões de anos atrás, a área era uma planície lamacenta de rio e lar de todo tipo

“

Durante esse tempo [final do Cretáceo], parece que esses dois grupos icônicos de dinossauros, os tiranossauros e os raptors, estavam competindo pela coroa de predador de tamanho médio

Stephen Brusatte paleontólogo da Universidade de Edimburgo

de dinossauros. E, enquanto esses habitantes pisoteavam, eles deixaram pegadas lamacentas, algumas das quais foram preservadas por dezenas de milhões de anos.

Cerca de 240 pegadas de dinossauros foram identificadas em Longxiang, no local da trilha. Algumas delas têm formatos estranhos, com impressões preservadas apresentando apenas dois dedos.

“Quando você vê pegadas de dinossauros com apenas dois dedos, você pode brincar de jogo do sapatinho de Cinde-rela e procurar pés que combinem com eles”, disse Stephen Brusatte, paleontólogo da Universidade de Edimburgo que não esteve envolvido no novo estudo. “Os únicos dinossauros que andavam em dois dedos eram ‘raptors’ como os velociraptors e seus parentes próximos.”

Os raptors deixaram impressões estranhas porque seus dedos internos eram mantidos fora do chão. Isso evitava que a garra recurvada e grande arrastasse no chão e se tornasse sem corte.

Vários dos rastros de dois dedos de Longxiang parecem ser de um pequeno dinossau-

ro do tamanho de um velociraptor. Porém, os pesquisadores encontraram um conjunto de cinco rastros com mais de 30 centímetros de comprimento, tornando-os os maiores rastros de raptor no registro fóssil. Com base no tamanho dos rastros, o dinossau-ro que os deixou tinha aproximadamente 1,5 metro de altura e 4,5 metros de comprimento, colocando-o no grupo dos maiores raptors conhecidos, incluindo o Utahraptor.

Suas pegadas distintas inspiraram os paleontólogos a nomear o novo raptor de *Fujianipus* (o pé de Fujian) yingliangi. Embora encontrar ossos fossilizados ajudaria os pesquisadores a ter uma ideia melhor de como o animal era, as proporções de seus dois dedos indicam que ele provavelmente era um troodontidae, um tipo de raptor parecido com pássaro que habitava a Ásia e a América do Norte durante o Cretáceo.

Os raptors são frequentemente retratados como predadores rápidos. Apenas as pegadas, no entanto, não podem fornecer uma ideia de quão rápido o *Fujianipus* se movia, de acordo com W. Scott Persons, paleontólogo do College of Charleston, na Carolina do Sul, e coautor do novo artigo.

Ele diz acreditar que o raptor provavelmente estava observando onde pisava ao atravessar o leito do rio lamacento. “Quando você anda sobre lama, você se move com muito cuidado para evitar escorregar”, disse Persons. “Provavelmente foi o mesmo caso para o nosso raptor.”

Sem ossos de pernas fossilizados, os pesquisadores não podem estimar a velocidade de *Fujianipus*. Mas os membros do grupo troodontidae, ao qual provavelmente pertencia, eram “entre os mais pernaltas de todos os raptors”, disse Persons, sugerindo que *Fujianipus* provavelmente era um predador ágil.

A velocidade teria sido útil durante o final do Cretáceo, um período em que linhagens mais antigas de dinossauros predadores estavam gradualmente cedendo lugar a grupos emergentes de carnívoros como raptors e tiranossauros esguios.

“Durante esse tempo, parece que esses dois grupos icônicos de dinossauros, os tiranossauros e os raptors, estavam competindo pela coroa de predador de tamanho médio”, disse Brusatte.

Enquanto os tiranossauros continuariam a crescer e se tornar gigantes como o *Tyrannosaurus rex*, os raptors em sua maioria permaneceram pequenos. Gigantes como *Fujianipus* e *Utahraptor* são exceções.

“Os raptors experimentaram tamanhos corporais grandes, mas, ao contrário de muitos outros grupos de dinossauros carnívoros, eles não continuaram com isso”, disse Persons. “Os raptors parecem ter sido muito melhores em serem carnívoros pequenos e de tamanho médio do que em serem grandes.”

classificados

Para anunciar ou ver mais ofertas acesse folha.com/classificados

11 3224-4000

FORMAS DE PAGAMENTO Cartão de crédito, débito em conta, boleto bancário ou pagamento à vista

COMUNICADO Solicitamos que o senhor GABRIEL VIEIRA FEITOSA CTPS: 78610 série 337 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

NEGÓCIOS

COMUNICADOS

COMUNICADO Solicitamos que o senhor ELON ROSA DOS SANTOS CTPS:24352 série 002 retorne ao trabalho ou informe eventual motivo de impedimento. Viação Campo Belo Ltda.

LEILÕES

LEILÃO DE COLECIONISMO Dia 06 de maio 20h residencial, Rua Oscar Freire 246 - Somente on line. Leiloeiro José Roberto Bortolotto Junior. Tel: (11) 3062-7954

#siga**folha**

PRÓ SANGUE

HEMOCENTRO DE SÃO PAULO

DOE SANGUE (11) 4573-7800

♥

✋

♥

Marcas Senna buscam expandir a imagem do brasileiro nos EUA

Série, desenho, novos produtos e ações de marketing fazem parte do plano

30 ANOS SEM SENNA

Luciano Trindade

SÃO PAULO Ayrton Senna viveu boa parte de sua vida desafiando o cronômetro. Tornou-se umas das lendas da F1 pela busca contínua pelos melhores tempos nas pistas. Sua obsessão o colocou em posição de destaque entre os recordistas de poles e vitórias. Mas não foi apenas como piloto que ele transcendeu o tempo.

O valor de sua imagem superou o passar os anos. Exatas três décadas após o trágico acidente no GP de San Marino, em Ímola, na Itália, Senna continua a quebrar barreiras, com a longevidade de seu legado por meio das marcas Senna e Senninha.

Ambas foram idealizadas para transmitir as principais virtudes atribuídas ao piloto, mas de forma que elas não dependam necessariamente de seus feitos nas pistas para se manterem relevantes para os fãs que acompanharam sua trajetória e para os que a conhecem ouvindo suas histórias.

Bianca Senna, sobrinha de Ayrton e CEO da Senna Brands, empresa responsável pela gestão das marcas que levam o nome do ídolo, afirma que os valores de seu tio são atemporais, porém a forma como eles são apresentados ao público “se adapta conforme o mundo vai mudando”.

“Nosso objetivo enquanto grupo que gerencia e maximiza os ativos vinculados ao Ayrton é perpetuar a história e o legado dele, ao mesmo tempo em que encaramos a missão de construir uma marca que não dependa exclusivamente da imagem do Ayrton para continuar crescendo”, afirma Bianca à Folha.

Ela vive nos EUA, de onde lidera o processo de expansão das marcas, que tem no



Kart usado por Senna em exposição interativa sobre o piloto Edson Silva - 1º.mai.2014/Folhapress

mercado norte-americano sua principal ambição.

A ideia é aproveitar a onda gerada pela série Drive to Survive, da Netflix, que desde o lançamento de sua primeira temporada, em 2019, tem tido papel no crescimento da F1 nos EUA, algo que a categoria buscou por décadas.

A produção sobre bastidores da F1 se tornou importante elo entre os pilotos do grid e novos públicos, sobretudo jovens e mulheres, além de despertar interesse pelas lendas das corridas, incluindo Senna, que também terá sua história contada pela Netflix.

“O Ayrton é uma figura global e pesquisas encomendadas por nós em 2023 indicam que ele desperta mais interesse nas pessoas do que o auto-

mobilismo em si”, diz Bianca.

A série biográfica sobre o piloto, com o ator Gabriel Leone no papel do ídolo, será lançada no final do ano e é uma iniciativa da Senna Entertainment, responsável por parcerias da marca para a obras de audiovisual, uma das dez áreas de negócios atreladas ao nome do piloto.

“A série traz o Ayrton homem. É o Ayrton com a família, o Beco [apelido dele] brincalhão, a intimidade como ser humano, tudo o que fazia dele tão especial”, diz Thiago Fernandes, COO da Senna Brands.

“O interesse por F1 aumentou exponencialmente por conta da série Drive to Survive e, com isso, sentimos um momento de oportunidade para estarmos mais presentes

“Nosso objetivo é perpetuar a história e o legado dele, ao mesmo tempo em que encaramos a missão de construir uma marca que não dependa exclusivamente da imagem do Ayrton para continuar crescendo

Bianca Senna
CEO da Senna Brands

nos EUA”, acrescenta Bianca.

Para marcar o plano de ações voltado ao mercado norte-americano, nesta quarta-feira (1º), data em que a morte de Ayrton Senna completará exatos 30 anos, o icônico capacete amarelo do piloto será projetado na Sphere, um espaço futurista inaugurado em 2023 em Las Vegas, palco de uma das três corridas da F1 nos EUA nesta temporada —o Mundial passará também por Miami e Austin.

A ação é promovida pela Senna Brands em parceria com o Guaraná Antarctica e será divulgada nas redes sociais das marcas a partir das 13h.

Segundo Bianca Senna, produtos ligados ao brasileiro estão chegando neste ano ao mercado dos EUA. Um deles, a réplica de um carro da McLaren pilotada pelo ídolo, tem sido sucesso de vendas. “A Lego [empresa responsável pela miniatura] ficou até surpresa com a procura. Quase não se acha mais nas lojas”, afirma.

Também à venda no Brasil, a réplica faz parte de uma série de produtos e ações voltados para conquistar o público mais jovem, que não necessariamente viu Senna correr ou gosta de automobilismo.

Disponível no catálogo da Netflix, o desenho animado Senninha é um exemplo disso. O personagem criado pelo publicitário Rogério Martins apresenta uma versão infantil do piloto, mas com as mesmas virtudes do ídolo.

Para o público adolescente, o foco são os jogos de vídeo game. Em 2021, a Codemasters e a EA Sports apresentaram a versão oficial do jogo da F1 com a reprodução do tricampeão brasileiro. Na mesma linha, a franquia Gran Turismo buscou a Senna Entertainment para expansões dentro da plataforma.

“Precisamos reconhecer que a marca Senna tem uma elasticidade que poucas marcas possuem. Isso nos abre um leque de possibilidades grande e nos permite afirmar que a meta para o futuro é a expansão, em várias frentes”, explica Bianca Senna.

Segundo dados da Senna Brands, ao longo de 30 anos, a marca Ayrton Senna já movimentou US\$ 1,2 bilhão (R\$ 6,2 bilhões) em retail value, termo que indica o quanto foi movi-

mentado em vendas no varejo.

Para o professor de marketing esportivo Ivan Martinho, há no Brasil memória coletiva muito positiva em relação a Senna, fundamental para que a marca consiga atravessar gerações. “As ações e o cuidado com a marca cristalizam essa imagem sempre associada a orgulho, vitória, disciplina e Brasil que dá certo”, explica.

Renê Salviano, especialista em marketing esportivo destaca que, mesmo Senna sendo um ídolo, não é tarefa fácil manter o reconhecimento da marca pelo fato de o automobilismo não ser o esporte preferido do país.

“De fora, a gente enxerga uma gestão profissional da família Senna”, diz. “Além disso, Senna é um ícone mundial.”

Em 2023, a empresa que cuida das marcas Senna e Senninha realizou pesquisa global em parceria com a Opinion Box, companhia especialista em pesquisa de mercado, que ouviu mais de 4.000 pessoas em 11 países e apontou que Senna é conhecido por 92% dos brasileiros, 65% dos europeus e 72% dos japoneses.

Além disso, ele é visto como uma “referência no esporte” para 98% dos entrevistados no Brasil; 88% no México; 87% na Argentina; 79% na Europa; 70% nos Estados Unidos; e 59% no Japão.

Além da idolatria pelo ídolo passada, principalmente, de pais para filhos, parte do conhecimento dentro do país se deve à atuação do Instituto Ayrton Senna, organização sem fins lucrativos dedicada à melhoria da educação de crianças e jovens, fundada em novembro de 1994, seis meses após a morte de Senna.

De acordo com o mais recente relatório anual da entidade disponível para consulta no site oficial, referente a 2022, em três décadas de atuação, 36 milhões de crianças foram impactadas por algum dos projetos do instituto, como o licenciamento de programas de estudo para escolas, além da oferta de cursos livres para professores.

A entidade tem como presidente Viviane Senna, irmã do piloto, e responsável por idealizar a atuação do instituto.

Tostão

O colunista está em férias

Anos de Ronaldo no Cruzeiro tiveram volta à Série A, saída de ídolos e críticas da torcida

Lucas Bombana

SÃO PAULO Em menos de 2 anos e meio à frente da SAF (Sociedade Anônima de Futebol) do Cruzeiro, Ronaldo levou o clube de volta à Série A do Brasileiro e recolocou a equipe em uma competição internacional após ausência de cinco anos, além de ter ficado com dois vices do estadual.

Apesar da falta de conquistas na primeira divisão ou no Mineiro, especialistas avaliam que a gestão foi bem-sucedida.

Na segunda (29), o ex-jogador anunciou a venda de sua participação de 90% na SAF para o empresário Pedro Lourenço, em negócio avaliado em R\$ 600 milhões. Ele disse que deixa o comando com sensação de “dever cumprido”.

Quando comprou a SAF do Cruzeiro, em dezembro de 2021, o clube disputava a Série B do Brasileiro havia dois anos, tendo corrido risco de ser rebaixado para a Série C.

Logo que assumiu, sob a euforia de uma torcida ávida pela retomada dos dias de glória, o ex-jogador promoveu mudanças importantes. Um dos principais ídolos do elenco, o goleiro Fábio, com quase mil partidas pelo clube, deixou a agremiação após 16 anos e seguiu para o Fluminense. Em 2023, aos 43, foi campeão da Libertadores com a equipe do Rio.

Também houve mudanças na comissão técnica, com a chegada do técnico uruguaio



Ronaldo e Pedro Lourenço, a quem ex-jogador vendeu participação na SAF Gustavo Aleixo/Cruzeiro

Paulo Pezzolano para o lugar de Vanderlei Luxemburgo e de Pedro Martins na função de diretor de futebol.

No estadual de 2022 Cruzeiro acabou derrotado pelo Atlético-MG por 3 a 1 —o último título do Mineiro foi em 2019. Pouco após o término do regional, o atacante Vitor Roque, um dos destaques do time, foi negociado com o Athletico-PR. Posteriormente, o jogador seria vendido para o Barcelona-ESP por 74 milhões de euros (R\$ 409 milhões).

Em sua terceira participação na série B, o Cruzeiro te-

ve aproveitamento em torno de 90% como mandante, o assegurou a volta à Série A na 31ª rodada, com sete jogos de antecedência, antes que qualquer clube na história da competição.

No estadual seguinte, em 2023, nem sequer chegou à final. Foi eliminado pelo América-MG nas semis.

Na volta à Série A, o Cruzeiro fez bom primeiro turno, mas caiu de rendimento na segunda metade e a flertou com a zona de rebaixamento. Terminou em 14º, garantindo a permanência e vaga para a

Copa Sul-Americana de 2024.

No estadual deste ano, chegou à final, mas, de novo, perdeu para o Atlético-MG. Empatou a primeira partida e perdeu de virada a segunda (seria campeão em caso de empate).

Na mais recente partida do Brasileiro contra o Vitória, no Mineirão no domingo (28), quando a venda da SAF já era esperada, torcedores demonstraram sua insatisfação com a gestão do ex-jogador e estenderam uma faixa com os dizeres “Tchau, Ronaldo”.

Embora sem taças na elite, especialistas avaliam a gestão

como bem-sucedida.

“Ronaldo reanimou um paciente em estado terminal”, diz Thiago Freitas, diretor da Roc Nation Sports no Brasil, empresa que gerencia a carreira de atletas como Vinicius Júnior e Endrick.

Freitas assinala que o ex-jogador viabilizou aporte emergencial de R\$ 50 milhões que impediu o encerramento das atividades do clube, se cercando de profissionais competentes para dirigir o clube.

Em conversa para anunciar a venda da SAF, Ronaldo afirmou que assumiu o Cruzeiro na UTI, tendo reduzido quase pela metade a dívida de cerca de R\$ 1,3 bilhão, além de ter quintuplicado o faturamento. O balanço de 2023 é esperado nos próximos dias.

“Consciente de que sem novos aportes relevantes não existia possibilidade de que o clube almejasse mais do que equilibrar receitas e despesas para se manter como coadjuvante na Série A, Ronaldo negociou suas ações com quem não só pode viabilizar esses aportes, mas tem incentivos adicionais relacionados a outros negócios para os fazer”, diz Freitas, em referência a Pedro Lourenço, dono da rede de Supermercados BH.

CEO da agência de marketing esportivo Heatmap, Renê Salviano diz que, seja sob a ótica administrativo-financeira, seja sob a ótica desportiva, os objetivos da gestão de Ronaldo foram alcançados.

“Precisamos analisar com olhar técnico e saber como é difícil gerir uma instituição gigante como o Cruzeiro, ainda mais naquele momento”, diz.

Bia Haddad perde da 1ª do mundo e cai em Madri

SÃO PAULO A brasileira Bia Haddad Maia, 27, 14ª no ranking da WTA (associação de tenistas profissionais), se despediu nesta terça (30) do Aberto de Madri. Ela venceu o primeiro set contra a polonesa Iga Swiatek, primeira colocada do ranking, mas levou a virada e perdeu por 2 sets a 1 (4/6, 6/0 e 6/2), nas quartas de final do torneio.

No histórico contra Iga, agora são três vitórias da polonesa e uma de Bia.

Apesar da derrota, foi a melhor campanha em um torneio desse nível (WTA 1.000) de Bia na temporada. Ela deve subir ao menos uma posição no ranking com o resultado. A última vez que a brasileira havia chegado a quartas de final de WTA 1.000 havia sido em Roma, em maio de 2023.

Após o melhor ano da carreira em 2023, Bia começou 2024 com o título de duplas do WTA 500 de Adelaide, na Austrália, junto com a americana Taylor Townsend.

Ela também avançou até as semifinais do WTA 500 de Abu Dhabi.

Depois engatou, contudo, uma série de eliminações precoces nos principais torneios —caiu na terceira rodada do Aberto da Austrália, primeiro Grand Slam do calendário, e foi eliminada na mesma fase em Indian Wells e Miami (ambos WTA 1.000).

Banimento do TikTok nos EUA abre brecha para veto a ‘Fortnite’ e ‘LOL’

TEC

Tiago Ribas

SÃO PAULO A lei que pode resultar no banimento do aplicativo TikTok dos Estados Unidos abre margem para que outras empresas chinesas com atuação no país sejam punidas da mesma forma. Isso inclui a gigante Tencent, com investimentos consideráveis nas empresas que fazem games como “Fortnite” e “LOL” (“League of Legends”). Apesar de a legislação sancionada por Joe Biden na quarta-feira passada (24) ser aplicada exclusivamente à ByteDance e sua rede social, ela deixa aberta a possibilidade de que outras empresas de

“países adversários” sofram as mesmas sanções desde que sejam consideradas pelo presidente uma “significativa ameaça à segurança nacional”. Segundo o texto, o veto pode ser aplicado a qualquer programa de computador ou aplicativo que atinja os seguintes critérios: 1) permita ao usuário criar uma conta ou perfil para gerar, compartilhar e ver textos, imagens, vídeos, comunicação em tempo real, ou conteúdo similar; 2) tenha mais de 1 milhão de usuários ativos em pelo menos 2 dos últimos 3 meses; 3) seja controlado por uma empresa em que “adversário externo” detenha ao menos 20% de participação acionária.

Apesar de a primeira vista serem bem restritos, esses critérios podem ser facilmente encaixados para jogos de sucesso cujas empresas desenvolvedoras receberam investimentos chineses. É o caso da Riot Games, desenvolvedora de “LOL” e “Valorant”, que foi comprada pela Tencent em 2011. Os dois jogos mais populares da empresa ultrapassam tranquilamente a marca de 1 milhão de usuários ativos por mês e permitem que os usuários se comuniquem em tempo real. Mas até empresas controladas por americanos podem ser obrigadas a se desfazer de investimentos estrangeiros. É o caso da Epic Games, desenvolvedora do mega su-

“

De repente coisas que pareciam cenários absurdos [para a indústria dos games] há alguns anos estão desconfortavelmente dentro do reino das possibilidades

Brendan Sinclair
editor do site
GamesIndustry.biz,
em coluna sobre o tema

cesso “Fortnite”, que em 2012 vendeu cerca de 40% de suas ações para a Tencent por US\$ 330 milhões (R\$ 1,7 bilhão) —segundo a empresa, atualmente a gigante chinesa controla 35% de suas ações. A Tencent foi fundada em 1998 na cidade chinesa de Shenzhen. Seu primeiro produto foi um programa de mensagens instantâneas que copiava o antigo ICQ até no nome —OICQ, hoje QQ—, mas que se tornou muito popular na China. Aproveitando a base de usuários do aplicativo, a empresa começou a expandir seu portfólio no início dos anos 2000, incluindo games. Ao mesmo tempo em que detém fatia considerável do mercado de games na China, a Tencent vem aumentando seus investimentos fora do país. A empresa é acionista de estúdios como o japonês From Software, de “Dark Souls” e “Elden Ring”; o finlandês Supercell, de “Clash of Clans”; o

belga Larian Studios, de “Baldur’s Gate 3”; e até da francesa Ubisoft, das séries “Assassin’s Creed” e “Far Cry”. “A indústria de games não mostrou muita preocupação com esses procedimentos até agora (pelo menos publicamente), mas dado o fato de que a proibição do TikTok se tornou lei, de repente coisas que pareciam cenários absurdos há alguns anos estão desconfortavelmente dentro do reino das possibilidades”, afirmou Brendan Sinclair, editor do site GamesIndustry.biz em coluna sobre o tema. No texto, Sinclair lembra que durante o período de Donald Trump na Casa Branca a Tencent foi questionada pelo Comitê sobre Investimentos Estrangeiros nos EUA sobre a compra de ações de empresas americanas de tecnologia. Dada a possibilidade de Trump voltar à Casa Branca nas eleições deste ano nos EUA, todo cuidado é pouco.



CATADORES DE LIXO PROCURAM MATERIAIS RECICLÁVEIS EM ATERRO NA ÍNDIA
Indianos usam retroescavadeira para revirar montanha de lixo na cidade de Amritsar em busca de objetos descartados que possam vender Narinder Nanu/AFP

A estranha matemática das decisões humanas

Para não desperdiçar, nos sujeitamos a gastos ainda maiores

Marcelo Viana

Diretor-geral do Instituto de Matemática Pura e Aplicada, ganhador do Prêmio Louis D., do Institut de France.

O amigo leitor comprou ingresso para o show da Madonna e estava empolgado. Mas no dia acorda doente e, para piorar, está chovendo muito. Não vai conseguir aproveitar o show e ainda pode piorar a sua saúde. Mas já gastou o dinheiro do ingresso, que não pode ser vendido nem transferido para outra pessoa. O que fazer? Confrontados com situações como esta, em que houve um gasto prévio (de tempo, dinheiro, esforço etc.), a maior parte de nós opta por não “desperdiçar” o investimento e seguir com o projeto —nesse caso, ir ao show—, ainda

que isso eventualmente possa acarretar um gasto ainda maior. É tão comum que tem nome: falácia do custo irrecuperável. Não é uma atitude racional: no esforço para não desperdiçar o dispêndio feito irrecuperável, a pessoa se sujeita a gastos ainda maiores, que, esses sim, poderiam ser evitados. E não são apenas as pessoas físicas que incorrem nessa falácia. Na década de 1950, os governos e indústrias do Reino Unido e da França se aliaram para conceber e produzir um avião revolucionário: o supersônico Concorde.

O custo foi inicialmente estimado em US\$ 130 milhões. Alguns anos depois, esse orçamento já tinha sido estourado em muito e estava claro que havia problemas sérios. Mas ninguém queria ter que dizer ao público que era um fiasco. Então o projeto foi em frente e o Concorde acabou sendo construído. Custou US\$ 2,8 bilhões —mais de 20 vezes a estimativa inicial!—, nunca foi economicamente rentável e acabou sendo aposentado em apenas 30 anos. Mas ninguém precisou reconhecer o fracasso... Está longe de ser a única circunstância em que toma-

mos decisões irracionais. O israelense-americano Daniel Kahneman (1934-2024), ganhador do Prêmio Nobel de Economia em 2002, já sinalizou que a maioria de nossas decisões conscientes é determinada por emoções e vieses. E, em 2017, o Prêmio Nobel da Economia foi para o norte-americano Richard Thaler, pelo desenvolvimento de uma teoria da “contabilidade mental” que aponta que a maioria das nossas decisões —por exemplo, em questões financeiras— é tomada a partir de raciocínios simplistas que visam apenas atender a necessidades imediatas. Não fosse assim, poucas pessoas comprariam a crédito... Um aspecto curioso da falácia do custo irrecuperável é que parece ser uma característica humana adquirida. Não são conhecidas manifestações dela entre os outros animais, e até as nossas crianças parecem ser melhores do que os adultos em deixar para lá quando não está dando certo.

VOCÊ VIU?

A jaqueta preta repleta de brilhantes que Michael Jackson (1958-2009) usou no clipe de “Billie Jean”, em 1982, continua sendo uma das peças mais lembradas do figurino do cantor. A roupa irá a leilão no final de maio na Julien’s Auction, famosa pelos objetos de celebridades. As informações são do Daily Mail. A jaqueta, desenhada pelo estilista Bill Whitten, também foi utilizada por Michael na “Victory Tour” junto com The Jackson Five, grupo formado pelo cantor e seus irmãos. De 2017 a 2019, a peça esteve no Grammy Museum Mississippi, em uma exposição comemorativa pelos 35 anos do lançamento de “Thriller”, disco do qual “Billie Jean” faz parte. Os lances estão estimados entre US\$ 80 mil e US\$ 100 mil (entre R\$ 410 mil e R\$ 512 mil). O leilão vai acontecer no Hard Rock Cafe, em Nova York, nos EUA, mas os interessados também podem dar lances online no site julien-sauctions.com.



Michael Jackson com a jaqueta que vai a leilão nos EUA Reprodução/YouTube

ACERVO FOLHA
Há 100 anos
1º.mai.1924

Em SP, Carlos de Campos toma posse

O novo presidente do estado de São Paulo (governador), Carlos de Campos, e o seu vice, Fernando Prestes, tomaram posse nesta quinta-feira (1º). Muito antes do horário previsto para a sessão de empossamento, já se achava repleto o recinto da Câmara dos Deputados Estaduais, local da solenidade. Campos chegou junto com uma multidão que havia o acompanhado no trajeto entre sua residência e a sede do Legislativo. Ele fez juramento prometendo respeitar e fazer cumprir a Constituição.



LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br



FOLHA DE S.PAULO ★★

QUARTA-FEIRA, 1º DE MAIO DE 2024

C1

Cara a cara

Marília Gabriela faz bate-bola sincero com o filho, Theodoro Cochrane, em nova peça, que revê sua entrevista fiasco com Madonna e tematiza o mundo dos influenciadores da internet

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO As linhas que se seguem constituem uma entrevista sobre uma outra entrevista. Quer dizer, é melhor contar a história com clareza jornalística. Então, lá vai. Blecaute na cena, Marília Gabriela, de 75 anos, e Theodoro Cochrane, seu segundo filho, de 45 anos, se posicionam nas extremidades de uma mesa, num tête-à-tête.

Ao modo dos programas ao vivo que marcaram a carreira da jornalista, Cochrane emenda uma pergunta na outra, encurralando a sua mãe. “A Última Entrevista de Marília Gabriela”, que estreia nesta quarta, no Teatro Unimed, numa sessão para convidados, alicerça sua dramaturgia numa brincadeira com a linguagem do telejornalismo. “A semelhança entre uma peça e uma entrevista está

na identificação que você estabelece com as pessoas. Ainda acredito que todo mundo é parecido”, diz Marília, descendo do palco ao lado do filho para ficar, na primeira fileira, de frente com o repórter. “Tanto na entrevista quanto no teatro a gente busca um sentimento de pertencer a algum grupo”, afirma Cochrane. Escrito por Michelle Ferreira e dirigido por Bruno Guida, o espetáculo se realiza numa

dinâmica de perguntas e respostas, que repassa, com picardia, a vida da entrevistadora, entre êxitos e desastres da carreira. O fiasco mais famoso ocorreu, há 25 anos, com Madonna, agora prestes a fazer o maior show de sua vida, no Rio de Janeiro. No programa De Frente Com Gabi, à época transmitido pelo SBT, Madonna foi monossilábica na maioria das suas respostas. Continua na pág. C6

ilustrada

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

TORNEIRA ABERTA

O governo Lula já liberou três vezes mais emendas parlamentares do que Jair Bolsonaro (PL) em um ano de eleições municipais.

COFRINHO O Executivo concluiu na terça-feira (30) a primeira etapa de empenho de emendas parlamentares, com a liberação de R\$ 14 bilhões entre janeiro e abril de 2024.

COFRINHO 2 O número é três vezes maior do que o valor empenhado por Bolsonaro no mesmo período de 2020, quando as prefeituras estavam em disputa. Entre janeiro e abril daquele ano, foram empenhados R\$ 4,18 bilhões.

CALENDÁRIO Os números são da Secretaria das Relações Institucionais, comandada pelo ministro Alexandre Padilha. “Vamos continuar trabalhando muito, porque até o dia 30 de junho é o nosso prazo para poder repassar recursos para os municípios. E o governo federal vai continuar acelerando”, afirma o ministro.

NOTA Segundo ele, até 30 de abril do ano passado o governo tinha empenhado em torno de R\$ 350 milhões em emendas.

EBULIÇÃO A relação entre o governo e o Parlamento passa por momentos de tensão.

EBULIÇÃO 2 O Executivo tem sofrido pressão do Congresso pela liberação de verbas. Deputados e senadores têm debatido também a aprovação de pautas-bomba como a PEC do Quinquênio, que prevê reajustes automáticos a cada cinco anos para juízes e integrantes do Ministério Público, entre outras carreiras.

ROTA As emendas são o principal mecanismo pelo qual os parlamentares destinam recursos para os seus redutos —e são ainda mais esperadas e cobradas em um ano em que a população vai às urnas, como o atual. O empenho é a primeira fase do gasto, quando o governo se compromete com determinado pagamento. O desembolso só ocorre depois.

CHEGA MAIS O Cremesp (Conselho Regional de Medicina de São Paulo) foi oficiado na terça (30) pela deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL-SP) e pela vereadora paulistana Luana Alves (PSOL) e cobrado a prestar informações sobre processos abertos contra médicos do serviço de aborto legal do Hospital Maternidade Vila Nova Cachoeirinha, na zona norte da capital paulista.

TIRO AO ALVO Como revelou a coluna, a autarquia tem encabeçado uma ofensiva contra profissionais que realizaram o procedimento em mulheres vítimas de estupro, seguindo o que é previsto pela legislação brasileira. Ao menos três deles podem ter seus registros cassados e serem impedidos de exercer a medicina.

ALTO LÁ Parlamentares do PT e do PSOL voltaram a acionar a Justiça pedindo a suspensão da segunda votação do projeto de lei de privatização da Sabesp, prevista para ocorrer na quinta (2) na Câmara Municipal de São Paulo, após o Executivo apresentar um estudo de impacto orçamentário com apenas quatro páginas.

À MESA E os líderes da oposição na Câmara fizeram um pedido de reunião com o prefeito Ricardo Nunes (MDB).

CAVALETE



Fotos Mathilde Missioneiro/Folhapress



A produtora cultural Bel Gomes e o marido, o ator Leopoldo Pacheco 1, compareceram à abertura da exposição “Desafio Salvador Dalí: Uma Exposição Surreal”, no Museu de Arte Brasileira (MAB) da Faap (Fundação Armando Álvares Penteado), em São Paulo, na noite de segunda-feira (29). O fotógrafo Claudio Edinger 2 esteve lá. A diretora do MAB, Fernanda Celidonio 3, recebeu convidados

DUETO O cantor e violonista Renato Braz convidou Nana Caymmi para dividir com ele uma faixa do disco “Canário do Reino”, que está gravando em homenagem a Tim Maia e que será lançado em julho. É a primeira gravação da cantora desde o álbum “Nana, Tom, Vinicius”, lançado em 2020.

A DEDEDO Nana, que completou 83 anos neste mês, escolheu a canção “A Lua e Eu”, de Cassiano e Paulo Zdanowski. Tim Maia era admirador da obra de Cassiano.

MÃOS DADAS O duo foi gravado na casa de Nana, com acompanhamento do pianista Cristóvão Bastos, que fez o arranjo também de duas outras músicas do disco, “Eu e a Brisa” e “Neves e Parques”. Nana disse em um depoimento para a divulgação do trabalho que Braz “me encheu o saco o tempo todo”, e deu “graças a Deus” por ele “ser persistente e me dar coragem, e gravei”.

AMIGO... O cantor Gilberto Gil “adotou” uma onça-pintada. O animal, chamado por ele de Divino, foi inicialmente apadrinhado pela Embratur (agência de promoção do turismo), que decidiu ceder o certificado de adoção a Gil para divulgar o projeto da ONG Onçafari.

.... DA ONÇA O músico receberá fotos e informações sobre o felino, que vive em seu habitat natural, no Mato Grosso do Sul, e é monitorado pela ONG. A adoção custa R\$ 35 mil, verba que é revertida para iniciativas de preservação.

TELINHA A atriz Cláudia Raia voltará ao centro do Roda Viva, da TV Cultura, 33 anos após sua última participação no programa. A entrevista, ao vivo, abordará temas como etarismo e sua gravidez após os 50 anos, além de suas quase quatro décadas de carreira.



O diretor Gerald Thomas Karime Xavier/Folhapress



O compositor Tom Zé Keiny Andrade/Folhapress

Gerald Thomas e Tom Zé consolidam parceria com três peças teatrais

No elenco de ‘Século 21’, ‘Encurralada’ e ‘São Sebastião’, estão os artistas Leticia Sabatella e Clayton Nascimento

Gustavo Zeitel

SÃO PAULO Gerald Thomas e Tom Zé, duas cabeças pensantes da cultura nacional, vivem uma explosão criativa e estão escrevendo juntos três peças.

Entre pilhas de livros, uma papelada de rascunhos e muitos desenhos, Thomas, no seu escritório nos arredores de Nova York, se corresponde com o compositor várias vezes ao dia por chamadas de vídeo para acertar todos os detalhes da música que estará nas peças “Século 21”, “Encurralada” e “São Sebastião”.

Ainda não há datas para as estreias das montagens. “Tom Zé é um gênio, ele é um crítico ácido da indústria musical. Na época em que dirigi Gal, cheguei a ser pressionado para não incluir composições dele”, afirma Thomas, que não revela quem

teria feito a pressão, há 30 anos, durante a turnê do show “O Sorriso do Gato de Alice”. Tom Zé, por sua vez, também está encantado com o novo parceiro. “Parece que bati à porta da casa de um desconhecido e acabei descobrindo que essa casa pertence aos meus pais”, diz o compositor.

“Século 21”, nas palavras do diretor teatral e dramaturgo, vai investigar de que modo a humanidade chegou ao tempo presente. “A criatura do século 21 não está definida. Temos de aprender a ser essa criatura, por isso as pessoas estão tão obcecadas por identidade”, afirma Thomas.

“Encurralada” é uma continuação da peça anterior. Já “São Sebastião”, aos moldes de um auto religioso, pretende tematizar os últimos anos de vida do santo. A encenação está sendo pensada para

ocorrer, especialmente, na cidade, que fica no litoral norte paulista. O santo será vivido por Clayton Nascimento, que se notabilizou ao viajar o país com a peça “Macacos”.

A atriz Leticia Sabatella estará nos elencos de “Século 21”, com os atores Antônio Grassi, Apolo Faria e Fabiana Gugli. Para dar vida à “Encurralada”, Sabatella vai atuar sozinha no palco. Todos os figurinos das peças serão assinados pelo estilista João Pimenta.

No momento, Gerald Thomas, cuja peça “Traidor”, com Marco Nanini, está viajando o país, trabalha ainda em um quarto texto, “Fogo Alto”, sem trilha sonora, sobre uma mulher encerrada num manicômio que, diante de um espelho, dá vazão ao pensamento do autor da peça. Thomas se notabilizou pela produção em série nos anos 1980 e 1990.

Musical sobre Alicia Keys domina indicações ao Tony

SÃO PAULO “Hell’s Kitchen”, um musical inspirado na adolescência de Alicia Keys em Nova York, e “Stereophonic”, a história de um grupo de rock em vias de se separar, dominaram as indicações ao Tony Awards, a principal premiação para as artes cênicas nos Estados Unidos. Os concorrentes foram divulgados nesta terça.

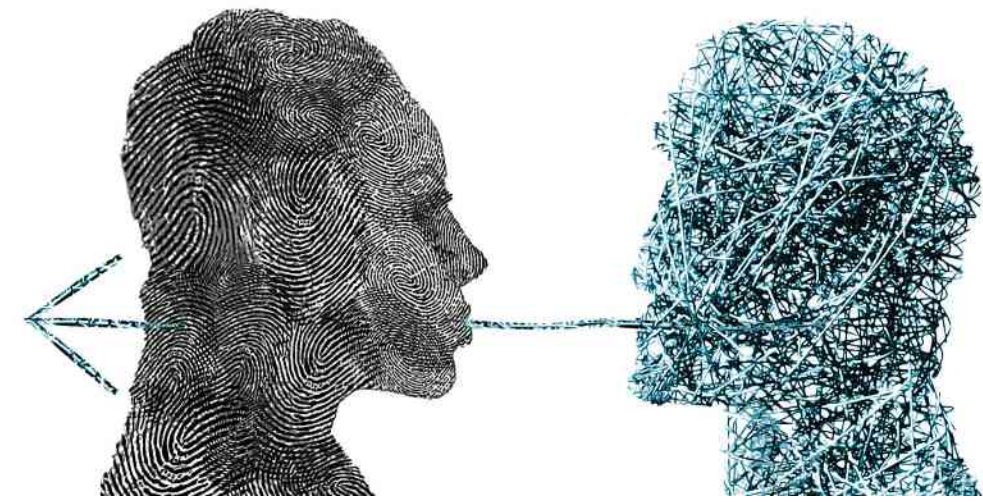
Os dois espetáculos, um sobre uma celebridade pop an-

tes de descobrir o seu talento e o outro que examina um lado mais sombrio da indústria musical, abocanharam um total de 13 indicações cada um.

Em seguida, com 12 indicações, está “The Outsiders”, uma adaptação musical do romance de S.E. Hinton e do filme de Francis Ford Coppola de mesmo nome —traduzido no Brasil como “Vidas Sem Rumor” e lançado há 30 anos.

Várias estrelas de Hollywood estão entre os indicados. Daniel Radcliffe recebeu sua primeira nomeação, por ator coadjuvante em “Merrily We Roll Along”, enquanto Eddie Redmayne, que já ganhou um Oscar e um Tony, foi indicado por sua atuação em “Cabaret at the Kit Kat Club”, musical que tem nove indicações.

A entrega dos troféus será em 16 de junho, em Nova York.



ilustrada

Madonna abriu as portas do gozo e da sacanagem a todas as mulheres

Artista levou a libertinagem do mundo gay ao universo feminino e mostrou que devemos jogar fora convenções e transar

OPINIÃO

Teté Ribeiro

Repórter especial da Folha e autora de 'Minhas Duas Meninas' e 'Divas Abandonadas'

Mulher gostosa nunca foi novidade para ninguém. Mudam os costumes, mudam os valores, mudam o que as mulheres fazem para ser desejadas.

E dá-lhe dieta para emagrecer numa fase, exercício para ter coxa dura em outra, cirurgia para diminuir o peito, depois para aumentar o peito, preenchimento de bunda, paralisação dos músculos faciais e muita tinta de cabelo.

Desde que o mundo é mundo. E não é que a sobrevivência da espécie humana não esteja intrinsecamente ligada a todo esse quiprocó, mas isso é assunto para outra pessoa, em outro espaço, com outro propósito. O fato é que é assim.

Mas, até os anos 1980, havia meio que uma separação precisa nos “estilos” de mulheres, principalmente nas famosas.

Havia as gostosas clássicas, tipo Marilyn Monroe, que atraíam os homens, mas eram consideradas menos espertas, como se tanta beleza fosse quase uma apelação, um jogo meio sujo na concorrência com as outras. Havia as elegantes, tipo a Jackie Onassis, a Audrey Hepburn, mulheres incapazes de qualquer vulgaridade. Mulher para casar, lembra essa distinção?

Havia as Lolitas, que fingiam inocência e procuravam o colo, o abrigo, a segurança dos braços fortes de homens poderosos e mais velhos. As vagabundas se mostravam inteiras e se ofereciam por aí, chutando as pessoas de bem. As boas moças, religiosas, obedientes e servis, donas de casa com talentos culinários, que cerziam as meias dos maridos e ajudavam os filhos com a lição. E as que queriam ser levadas a sério, intelectuais que quase escondiam seus corpos e seus impulsos vitais atrás de óculos e ideias complicadas.

Então surgiu Madonna, e ela ignorou toda essa bobagem desde o início e misturou esses estilos todos, brincando em cada fase de ser um deles. A única parte que ela rejeitou foi a da mulherzinha que “deixa” um homem transar com ela por gentileza, etiqueta ou obrigação. Ela queria. E queria muito.

Madonna não virou ícone gay por acaso, ela foi atrás disso, como de tudo o que conquistou, batalhando por cada micro pedaço de tudo que acumulou nos 40 anos de carreira, esses celebrados na turnê que chega ao Rio de Janeiro.

O clichê do amigo gay das mulheres tinha em sua sustentação dois pilares principais —o primeiro, o de ser um homem que poderia ser amigo, e para sempre amigo; Ninguém aqui vai ser louco de afirmar que amizade de mulher com mulher não tem mil atritos potenciais, e que amigas que brigam se perdoam com mais facilidade que um amigo gay e uma mulher.

O segundo, fundamental, era que o amigo gay era uma pessoa com quem você poderia sair de dia e apresentar à família, mas que na surdina podia viver experiências sexuais incríveis e contar tudo, mesmo que você jamais tives-

se como chegar nem perto desse universo libertino e secreto. Ouvir as histórias já era um prazer, o prazer possível.

Sauna gay, meu Deus, sauna gay. O quarto escuro das boates, os banheiros das academias de ginástica, os “glory holes” (dê um Google), os encontros escondidos em que ninguém nem perguntava o nome de ninguém. Senti tesão, foi recíproco, rolava a transa e fim. Quanta liberdade sexual, tudo tão simples, tão fácil, tão sem nó. Tão inacessível para uma mulher nos anos 1980.

E então, como um furacão de outro planeta, Madonna realizou o desejo secreto de uma grande porcentagem de nós —ela viu o que rolava entre os homens gays, quis para ela também e abriu as portas para quem quisesse vir atrás.

Não é por acaso que o preconceito contra gays e a epidemia da Aids foram as primeiras causas sociais que Madonna abraçou, quando nem era obrigatório que celebridades defendessem uma causa social.

O mundo gay deu à Madonna a chave do prazer no sexo. E ela, por meio de suas músicas, sua atitude, suas entrevistas, seu documentário, o livro “Sex”, os cliques, os figurinos, os namoros, os casos, os casamentos e, claro, seu sucesso estrondoso, mostrou a todas nós, adolescentes nos anos 1980, que dava para jogar no lixo todas as convenções e fazer sexo como (alguns) gays.

Óbvio que, na pessoa física, já havia muitas mulheres no controle de seus desejos e seus atos, afinal eram os anos 1980, não 1940. E a revolução dos costumes dos anos 1960 e 1970 não passou em branco, deixou um rastro enorme. A liberação das mulheres e a luta feminista teve um momento histórico nesse período, e a invenção da pílula anticoncepcional, nos anos 1960, foi fundamental para isso.

Mas ainda estava cada uma em seu quadrado, e não havia intersecção entre esses grupos, não. Não havia uma mulher gostosa considerada inteligente e no controle de sua vida. E ser sexualmente voraz podia destruir a reputação de uma mulher. Não havia marcha das vadias nos anos 1980.

Foi Madonna que vestiu, pela primeira vez, na pessoa jurídica, para o mundo todo ver, esse modelo de mulher que faz o que for preciso para transar com quem quiser, quantas vezes tiver vontade. E que ia ser gostosa, sim, para atrair potenciais parceiros, sim, mas era ela que ia escolher. E seria levada a sério como artista no processo.

E ainda brincou com fetiches, com sadomasoquismo, coisa considerada doentia, de gente perversa, perigosa. Ela foi lá ver do que se tratava e mostrou ao mundo. Talvez tenha conhecido numa boate secreta do Meatpacking District de Nova York, que hoje em dia é chique e caro, mas que nos anos 1980 reunia os açougues e distribuidores de carne da cidade e cheirava a carniça.

Madonna levantou o véu que cobria esse submundo e convidou a gente para brincar com ela. Como dizia um verso de uma música de Caetano, a quem ela deve homenagear no show de sábado em Copacabana, “vem comigo, no caminho eu explico”. Eu fui.



ilustrada

Cara a cara

Continuação da pág. C1

Por vezes, Madonna deixou a conversa das duas cair em silêncios constrangedores. Durante a peça, Theodoro Cochrane não alivia o tom em nenhum momento, expondo o modo sincero como se relaciona com a mãe. Ele lembra que o vídeo da entrevista de-sastrada já acumula mais de 1 milhão de visualizações no YouTube, sendo, volta e meia, reavivado pelas redes sociais.

“Continuo achando Madonna um ícone da nossa geração. Passei por aquele perrengue na época, fiquei triste, mais do que aborrecida, e o tempo se incumbiu em diluir a minha lembrança daquele tropeção”, diz Marília Gabriela agora.

O início da “Última Entrevista” parece ter sido escrito, aliás, para dirimir a curiosidade da plateia e ironizar a imprensa, que adora tocar nos mesmos assuntos quando o assunto é ela. No palco, Marília comenta, de chofre, o boato de que Cochrane namorava o ator Reynaldo Gianecchini, com quem ela permaneceu casada de 1999 a 2006.

A apresentadora diz que o casal não se preocupava com as fofocas, porque faziam muito sexo. Em declarações recentes, o ator e modelo se derrete pelo antigo casamento, afirmando que a relação era de uma conexão profunda.

“Ele virou o galã, com todo aquele assédio brutal, o que foi tornando a nossa relação cada vez mais distante”, afirma Marília, que está feliz pelo momento do ex-marido na cena artística — o ator estará, daqui a um mês, em “Priscilla, A Rainha do Deserto”.

Como logo se percebe, a peça pode ser considerada uma boa entrevista, dada a variedade e a velocidade com que diferentes assuntos são abordados no palco, uma réplica de um estúdio, com câmeras e monitores antigos, transmitindo cenas passadas.

A peça assinala a função comunicativa da linguagem e tensiona as fronteiras de seu uso na arte, que se distingue por valorizar a expressão humana. Também é irônico que uma peça teatral de natureza metalinguística não tenha nascido no domínio do real, que pressupõe a presença, mas do virtual, área atualmente explorada por mãe e filho.

Depois de quatro décadas de carreira, tendo atuado em diferentes emissoras, Marília se afastou, em 2015, da televisão. Inquieta, criou, há dois anos, um canal no YouTube, onde apresenta o programa Gabi de Frente de Novo — um dos convidados recentes foi o seu filho, motivando a volta ao tablado. Acostumada a trocar ideias com pensadores, a jornalista usou o seu canal para ficar diante de Juliette, Boca Rosa, Hugo Gloss e outros vultos da baixa cultura.

“Eu comecei a ver pelo celular esses novos milionários. O que explicaria esse número de seguidores? Tem gente muito inteligente e carismática, dentro do que se exige hoje para as novas gerações. Gente de sucesso e com muito dinheiro é muito feliz sempre.”

Nesse momento, Cochrane delata a mãe, dando risada, dizendo que ela nunca viu um episódio de De Frente com Blogueirinha, programa do influenciador Bruno Matos, inspirado no estilo da jornalista.

De todo modo, Blogueirinha, ela diz, vai ao teatro para ver a peça, que inclui um momento de “bate-bola jogo rápido”, tão característico da jornalista, feito, agora, com uma pessoa escolhida na plateia.

“Parece que ela supre a necessidade do que se procura hoje em dia. Pelo que leio a respeito dela, ela entrevistou todas as pessoas que quis e tem audiência. Sinal dos tempos, ela é um ícone moderno”, diz a jornalista. “Fui convidada a dar entrevista para a Blogueirinha, mas disse ‘não, querida, não estou dando entrevista, vai lá me ver no tea-

tro, parabéns pelo sucesso.”

Em paralelo, Cochrane passa o maior tempo na internet. Ele, que sofre de depressão, tem um podcast, o “Theorapia”, em que debate temas sobre saúde mental, e um programa de entrevistas no YouTube.

O ator não teme estar imitando a mãe e tampouco se incomoda com as críticas aos chamados “nepo babies”, filhos de famosos que supostamente seriam favorecidos no mercado de trabalho.

“Sou um ‘nepo baby’ seguro de mim mesmo. Minha mãe já me imitava antes, porque ela foi ser atriz quando eu já estava atuando”, ele diz, mencionando a estreia de Marília Gabriela nos palcos, em 2000, na peça “Esperando Beckett”, dirigida por Gerald Thomas.

“A Última Entrevista” é uma oportunidade para se entender quem é, afinal, Theodoro Cochrane. Ele se diz plural, trabalhando como figurinista e DJ. “As coisas na noite de São Paulo começam mais cedo, mas as pessoas não estão menos loucas, elas só começam a se drogar mais cedo”, afirma ele. Já a sua formação como ator se deu no Centro de Pesquisa Teatral, o CPT, de Antunes Filho, uma experiência que o fez dar um tempo dos palcos e das telas.

“Foi um trauma. Eu saía de lá todo dia me achando a pior pessoa do mundo. Eu me sentia horroroso, era um desprazer fazer teatro, nunca consegui atingir o ideal dele”, lembra Cochrane, que andava na rua usando um aparelho para corrigir a sua postura.

“A internet me arreganhou e me fez ser mais eu. Falei ‘foda-se, não devo nada para ninguém’. Não preciso que [o ex-chefe dos Estúdios Globo e produtor de novelas] Ricardo Waddington precise de mim. Se precisarem, queridos, terá de ser como eu sou”, afirma o artista. “Vão para a puta que pariu todo mundo.”

O mundo da televisão, tematizado na peça, parece ser menos ofensivo do que os sites de fofoca e as redes sociais. Ao menos, Marília Gabriela contornou a sátira do Pânico na TV, programa exibido na RedeTV!, em que aparecia como Gabi Herpes, na interpretação do humorista Ceará.

“No início, não era agradável. É muito estranho alguém imitar você, é desconfortável, mas depois foi ‘laissez-faire, laissez-passer’. Ainda mais agora, que estou velhota, eu estou me divertindo com tudo”, diz a atriz e jornalista.

Seu filho não teve a mesma sorte com a internet. Há nove anos, o site Ego publicou uma foto de Cochrane beijando outro homem, tornando pública a sua orientação sexual.

“Sou uma bicha anterior a Pablo Vittar, nem Paulo Gustavo tinha saído do armário. Não dava a mão para o meu namorado, porque achava que a Globo não ia me chamar para ser galã”, diz o ator, que fez uma dúzia de novelas, entre elas “Caras e Bocas”, de Walcyr Carrasco, e “O Sétimo Guardião”, escrita por Aguinaldo Silva.

Nesse contexto, o teatro sempre surge como uma forma elementar de expressão, ao passo que as novas tecnologias diluem as fronteiras entre o público e o privado. Mesmo com tantas violações da intimidade, quando perguntados se é possível ter uma relação saudável entre mãe e filho, os dois silenciam e se olham ternamente, tornando desnecessária uma resposta em palavras.

“Eu sou da era da Kim Kardashian, minha mãe é do tempo da Marilyn Monroe, que tinha drama e glamour”, afirma Cochrane. A Kardashiana, não, ela surgiu mostrando o cu, mostrando a xoxota.”

A Última Entrevista de Marília Gabriela

Direção: Bruno Guida. Com: Marília Gabriela e Theodoro Cochrane. Teatro Unimed - al. Santos, 2.159, São Paulo. 14 anos. Sex. e sáb, às 20h; dom., às 18h. Até 30 de junho. R\$ 50 a R\$ 180, em sympla.com.br



A jornalista Marília Gabriela e o ator Theodoro Cochrane, juntos em ‘A Última Entrevista de Marília Gabriela’ Eduardo Knapp/Folhapress

Alessandra Monterastelli

SÃO PAULO “Todos os animais aceitam viver dentro dos limites de sua condição, só os humanos querem ultrapassá-los”, brada Leona Cavalli, vestindo um casaco de pele e uma coroa dourada com máscaras. Ela parece uma entidade, mas é a loucura encarada de Erasmo de Roterdã.

A ideia de adaptar para os palcos “Elogio da Loucura”, livro escrito em 1509 pelo filósofo holandês, partiu da própria atriz e foi acatada com entusiasmo pelo diretor Eduardo Figueiredo. “A visão da loucura é necessária para a lucidez de todos nós. Sob a ótica da loucura, o mundo é louco, mas ela é lúcida”, diz Cavalli.

No monólogo, Cavalli dá voz à própria loucura, assim como fez Erasmo de Roterdã na sátira que se tornou grande influência para o pensamento humanista cristão. Os ataques afiados à hipocrisia, à intolerância, ao governo e à Igreja medieval parecem ter sido escritas hoje. “A história se repete, e essa é uma das grandes loucuras que vivemos enquanto humanidade”, afirma.

“Em muitos momentos, as pessoas têm certeza de que [o texto] é uma adaptação nossa, só que não é. É incrivelmente contemporâneo.” Exemplo é quando a loucura zomba do governante que desdenha da ciência e bajula o povo para ser aclamado como mito.

Em diversos momentos, para dar agilidade ao texto, Cavalli quebra a quarta parede com provocações direcionadas ao público. A adaptação surgiu para aproximar a plateia virtual quando a peça foi apresentada pela primeira vez durante a pandemia, no circuito online Sesc em Casa.

Tirando essa interpretação em vídeo, o último monólogo de Cavalli, “Máscara de Penas Penadas”, tinha sido encenado em 2010. Mas foi justamente a solidão no palco que lançou a atriz para o sucesso, em 1985, quando estrelou “A Valsa nº 6”, de Nelson Rodrigues. Ela apenas tinha 16 anos.

A partir dali, acumulou prêmios no teatro até estreiar no cinema em 1996 com “Um Céu de Estrelas”, de Tata Amaral. Foi discípula de José Celso Martinez Corrêa, o Zé Celso. Em 2000, interpretou mais um texto de Nelson, “Toda Nudez Será Castigada”, que rendeu a ela o prêmio Shell de melhor atriz.

Dois anos depois, ela fez “Os Normais”, sua estreia na TV Globo, e não parou mais. Na emissora, acumula participações em folhetins como “Da Cor do Pecado”, “As Cariocas”, “Gabriela” e “Amor à Vida”.

Fez uma brevíssima passagem pela Record em 2017, mas voltou para a Globo. Em “Terra e Paixão”, novela das nove que antecedeu “Renascer”, foi Gladys, ex-chefe da protagonista Aline, papel de Bárbara Reis.

Ela também atuou em uma série para o Star+, “O Rei da TV”, sobre Silvio Santos, e tenta se manter otimista quanto a debandada de atores e atrizes das grandes emissoras. “A não exclusividade parece um movimento inexorável no mundo. Está afetando a televisão e todo o sistema audiovisual, mas eu acho positivo, pela diversidade de produções.”

A rotina agitada pelos sets de televisão não interferiu na fidelidade de Cavalli aos palcos. “O teatro é essencial para mim. É onde tudo nasce, onde tudo começa”, afirma a atriz.

Apesar das dificuldades financeiras dos teatros, Cavalli vê com bons olhos a retomada pós-pandêmica. “Vivemos um momento de predominância da imagem na mídia, e a força do teatro está potente e renascida. Quanto mais cresce o distanciamento pela tecnologia, mais cresce a necessidade do encontro ao vivo, que é só o teatro que proporciona.”

Elogio da Loucura

Direção: Eduardo Figueiredo. Com: Leona Cavalli. Teatro J. Saфра - r. Josef Kryss, 318, São Paulo, teatrojsaфра.com.br. 12 anos. Sáb., às 21h; dom., às 20h30. Até 4 de maio. R\$ 25 a R\$ 80, em eventim.com.br

Leona Cavalli traz a sátira de Erasmo de Roterdã ao país polarizado de agora

Depois de anos na TV, atriz que é discípula de Zé Celso retorna aos monólogos, gênero que a lançou ao estrelato ainda adolescente

“
Há predominância da imagem na mídia, e a força do teatro está potente e renascida. Quanto mais cresce o distanciamento pela tecnologia, mais cresce a necessidade do encontro, que só o teatro proporciona

Leona Cavalli
atriz



A atriz Leona Cavalli, que estrea o monólogo 'Elogio da Loucura', no Teatro J. Saфра, em São Paulo Henrique Bucher/Divulgação

ilustrada

Hmmfalemais

e eu sigo na dúvida, dra.

vou no show da madonna

ou faço o concurso nacional unificado?

olha, eu prefiro não fazer nada com dois milhões de pessoas

mas se tivesse que escolher

é melhor ouvir “holiday”

do que fazer prova de direito constitucional

mas eu fiquei pensando se a madonna, que é a madonna

tá aí trabalhando aos 65

talvez seja hora de eu pensar na minha aposentadoria

credo, dra.

nem me fale

uma vida inteira ouvindo essas besteiras suas

tipo um show da madonna ao contrário

os fãs dela pagando pra ouvir os sucessos

e eu cobrando pra ouvir os fracassos de vocês

imagina quarenta e tantos anos disso

podia ter umas coreografias também, que tal?

se meus braços ficarem iguais aos dela, eu topo

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | SEG. Bia Braune | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | **QUI. Flávia Boggio** | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE EM CASA

Jacqueline Cantore

cantorejac@gmail.com (interina)

Paralamas do Sucesso tem 40 anos revistos em especial da Globo

Som Brasil Paralamas do Sucesso

TV Globo, 22h25, 10 anos
Herbert Vianna, Bi Ribeiro e João Barone contam histórias da trajetória de 40 anos da banda, muitas inéditas, desde quando se conheceram em Brasília. Parte da geração dos anos 1980 do rock brasileiro, a banda começou inspirada pelo ska, misturando instrumentos de sopro com rock e calypso. No especial, apresentações de “Lanterna dos Afogados”, “Alagados” e “Uma Brasileira”.

Baseado em Hollywood

Start+, 18 anos
O reality documental acompanha o cotidiano de um dispensário de cannabis em Los Angeles, o MMD. Donos e funcionários lidam com macosnheiros o dia inteiro e não tem autorização para trabalhar chapados. Produzido pelo apresentador Jimmy Kimmel.

Green Porno

Mubi, 14 anos
Uma série de 38 curtas de ciência e humor escritos e estrelados pela atriz Isabella Rossellini sobre os hábitos de acasalamento, os rituais de cortejo e os estilos parentais de uma variedade de animais.

Acapulco

Apple TV+, 14 anos
A terceira temporada da comédia estrelada por Eugenio Derbez tem dois tempos. No presente, o Máximo mais velho volta para o resort e não reconhece mais o local; em 1985, o jovem Máximo continua sua escalada de sucesso, pondo todos os seus relacionamentos em risco.

Fiasco

Netflix, 16 anos
O jovem e ambicioso Raphael está dirigindo seu primeiro longa-metragem, e o set é um caos. A equipe que registra os bastidores documenta tudo, incluindo as sabotagens. Minissérie francesa do tipo pseudodocumentário.

Maratona Ayrton Senna: Retratos e Memórias

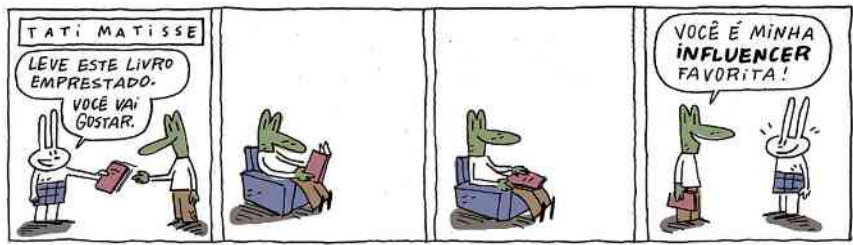
Canal Brasil, a partir de 16h, 12 anos
Ayrton Senna, um dos maiores pilotos da história da Fórmula 1, morreu num acidente há 30 anos. O canal presta sua homenagem com uma maratona de dez episódios da série documental com diferentes momentos da vida de Senna, desde o início de sua carreira nas pistas de kart. Direção de Ernesto Rodrigues.

QUADRINHOS

Piratas do Tietê Laerte



Bicudinho Caco Galhardo



Níquel Náusea Fernando Gonsales



Não Há Nada Acontecendo André Dahmer



Viver Dói Fabiane Langona



Péssimas Influências Estela May



Vida Besta Galvão Bertazzi



SUDOKU

texto.art.br/fsp

DIFÍCIL

9					4	6	
				4			1
	2		5		1	9	
3					5		
	9	4				8	2
				9			4
			2	1		7	5
8				5			
	5	3					6

O Sudoku é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algoritmos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

9	6	4	7	8	2	5	1
2	7	1	5	9	6	4	8
8	5	4	6	1	2	7	9
7	4	5	8	6	9	1	2
5	2	8	9	1	4	7	6
6	1	9	5	2	7	4	8
4	5	6	1	9	5	8	2
1	8	2	6	7	5	9	4
5	9	7	4	8	1	6	3

CRUZADAS

HORIZONTAIS

1. Diz-se do dente que precisa de obturação 2. Que dá vida, movimento 3. A capital que se localiza na confluência dos rios Negro e Solimões / 600, em algarismos romanos 4. Mesmo / Nascido no país que tem Trípoli como capital 5. Sulco na pele / Diz-se de água que não é salgada 6. Compõem um caderno da culinária 7. (Pop.) Pé grande / O número que, deitado, é símbolo de infinito 8. Sistema político que favorece a alta sociedade, desprezando a massa 9. Querido / Um vizinho de SC 10. Provido de asas, como o pássaro / 1002, em algarismos romanos 11. Marcha para trás / Mover como onda 12. (Anat.) Os órgãos situados de cada lado do útero 13. Inteirar-se do que está escrito / Preparação da terra para o plantio.

VERTICAIS

1. Ficar gostando muito / Tradicional time de futebol do Uruguai 2. Que é característico, próprio do instinto / O oposto de pesado 3. A arte da caça com ajuda de cães / A substância que respiramos 4. Dona de casa / Venerador 5. O Seixas (1945-1989), de “Metamorfose Ambulante” / (Fig.) Contraste entre uma realidade cruel e o que se espera 6. Cheio de truques / A de facão é fina e intensa 7. As iniciais do escritor russo Tchekhov (1867-1957) / Calçado de cano curto / (Fig.) Alimento servido no móvel onde se come 8. Homenagem escrita que acompanha o presente 9. Intimamente ligado / País árabe, com capital Damasco.

	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1									
2									
3									
4									
5									
6									
7									
8									
9									
10									
11									
12									
13									

Botm, Mesa, 8. Dedicatória, 9. Coeso, Sifra. Ar, 4. Ama, Acetedor, 5. Rau, Ironia, 6. Insidioso, Dor, 7. AT, VERTICAIS: 1. Gamay, Penarol, 2. Natural, Leve, 3. Cinegética, RS, 10. Alado, MII, 11. Ré, Ondear, 12. Ovários, 13. Ler, Arada. Libio, 5. Ruga, Doce, 6. Recetas, 7. Pata, Oito, 8. Eitismo, 9. Caro, 10. Homenagem, 11. Marcha para trás, 12. (Anat.) Os órgãos situados de cada lado do útero, 13. Inteirar-se do que está escrito, 14. (Fig.) Contraste entre uma realidade cruel e o que se espera, 15. Cheio de truques, 16. A de facão é fina e intensa, 17. As iniciais do escritor russo Tchekhov (1867-1957), 18. Calçado de cano curto, 19. (Fig.) Alimento servido no móvel onde se come, 20. Homenagem escrita que acompanha o presente, 21. Intimamente ligado, 22. País árabe, com capital Damasco.

Senado prorroga benefício a empresas de eventos ao custo de R\$ 15 bi até 2026

Relatora recua da decisão de corrigir pela inflação limite de renúncia fiscal; texto vai para sanção

Victoria Azevedo e
Adriana Fernandes

BRASÍLIA O plenário do Senado aprovou na noite desta terça-feira (30) o projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal até dezembro de 2026, sem que ele seja corrigido pela inflação.

A matéria foi aprovada de forma simbólica, quando não há contabilização dos votos. Agora, o texto segue para a sanção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

No começo da tarde desta terça-feira (30), a relatora da proposta, senadora Daniella Ribeiro (PSD-PB), apresentou parecer incluindo dispo-

sitivo que aumentaria o valor do limite da renúncia fiscal que havia sido negociado com o Ministério da Fazenda e a Câmara dos Deputados.

O teto de R\$ 15 bilhões foi uma saída negociada pela Fazenda para mitigar o impacto da renúncia com o Perse (Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos), criado de forma emergencial na pandemia da Covid-19 e que abriu brechas para fraudes e lavagem de dinheiro, como revelou a Folha.

A correção do valor pela inflação tinha sido retirada do texto, na semana passada, na reta final da votação da Câmara após negociação com a equipe econômica.

O ministro Fernando Had-

“A vida democrática é isso, a Fazenda e outros setores do governo sentaram com o setor empresarial responsável e, como tudo na democracia, foi no meio do caminho, um acordo possível

Jaques Wagner (PT-BA)
líder do governo no Senado

dad (Fazenda) queria extinguir o Perse sob o argumento de que o setor de eventos já se recuperou da pandemia e de que o programa é alvo de muitas fraudes desde sua criação. Apesar disso, o chefe da equipe econômica teve de recuar diante da pressão de empresários e do Congresso. Se o projeto fosse aprovado pelos parlamentares com as modificações propostas pela relatora do Senado, ele teria de passar por nova análise pelos deputados.

Além disso, seria mais um desgaste para o ministro da Fazenda, que tem visto o Congresso desidratar, nas últimas semanas, medidas propostas pela pasta para elevar a arrecadação do governo.

Na tarde desta terça, Daniella recuou da decisão e rejeitou todas as emendas que foram feitas ao texto. Ela disse que só fez duas alterações de redação da matéria, mantendo a proposta como foi aprovada pelos deputados.

Ao chegar ao Senado, a relatora afirmou à imprensa que houve um apelo do governo para não alterar o texto, com um compromisso de que ele não fosse vetado, além de preocupação dos próprios setores beneficiados. Isso porque os empresários queriam que a matéria fosse sancionada antes da virada do mês, impedindo o retorno da tributação.

A sanção ainda não havia sido publicada até a conclusão desta edição.

Com a aprovação do projeto, Daniella, apoiadora de primeira hora do setor de eventos, afirmou que, entre aprovar um texto “perfeito” e não prejudicar as empresas, ela optou pela segunda opção, sem as mudanças que ela havia proposto inicialmente em seu relatório.

“O gasto com o Perse é investimento”, disse ela, numa referência aos empregos e investimentos que o programa gera para o segmento. Daniella afirmou ainda que não teme que outros setores usem esse argumento para pedir mais incentivos, como os concedidos ao Perse.

Criado na pandemia para socorrer o setor de eventos, o programa garante alíquota zero dos tributos federais (IRPJ, CSLL e PIS/Cofins).

No plenário, o líder do governo no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), voltou a dizer que o Perse foi criado para ser temporário e que o Executivo defendia que ele deveria acabar.

“Mas a vida democrática é isso, a Fazenda e outros setores do governo sentaram com o setor empresarial responsável e, como tudo na democracia, foi no meio do caminho, um acordo possível”, disse.

Mais cedo, Wagner chegou a afirmar que o Perse é mais “gritante” que a desoneração da folha de pagamentos das empresas e dos municípios —outros dois embates que o governo Lula trava no Congresso.

Nesta terça, parlamentares da oposição disseram que votariam favoráveis à matéria para atender apelo do setor, mas criticaram a redução dos Cnaes (Classificação Nacional das Atividades Econômicas), se comparado com o que foi aprovado pelo Legislativo no ano passado.

De acordo com a matéria aprovada pela Câmara e cancelada pelo Senado, serão beneficiadas 30 atividades da lista de Cnaes, uma redução do que foi aprovado pelo Congresso no ano passado (44 Cnaes) e aumento do que o Executivo havia proposto em março (12 deles).

O projeto estabelece ainda que as empresas que estão no regime de lucro real (com faturamento superior a R\$ 78 milhões por ano) não terão mais a desoneração do IRPJ e da CSLL a partir de 2025. Esse grupo das maiores empresas do país continuará, no entanto, se beneficiando da alíquota zero do PIS e Cofins.



Randolfe Rodrigues (sem partido-AP) cumprimenta o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), em sessão nesta terça-feira (30) Lula Marques/Agência Brasil

Haddad diz que fisco busca solução para empresas reoneradas

Douglas Gavras

SÃO PAULO O ministro Fernando Haddad (Fazenda) afirmou nesta terça-feira (30) que a Receita Federal está debruçada em busca de uma solução para empresas de 17 setores atingidas por uma decisão liminar (provisória) do STF (Supremo Tribunal Federal) que reonera a folha de pagamento.

As empresas devem fazer o recolhimento dos encargos até o dia 20 de maio, já considerando a suspensão da desoneração que fora prorrogada pelo Congresso até o fim de 2027.

Questionado sobre como as empresas devem proceder neste momento, Haddad disse que a Receita trabalha no tema. “Teremos novidades sobre isso ainda nos próximos dias, mas a Receita está debruçada sobre isso e deve emitir uma nota”, afirmou, sem detalhar as ações.

Haddad comentou ainda as rusgas com o Congresso. Ele disse que iria aprender com o episódio da desoneração e agradeceu aos presidentes das duas Casas pela aprovação do Perse (programa de benefício ao setor de eventos).

Após liminar do ministro do STF Cristiano Zanin, Haddad disse que as discussões são algo natural e que o governo irá aprender com o episódio.

Questionado por jornalistas em São Paulo, a respeito das críticas que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), tem feito sobre a judicialização gerar desconfiânça entre os Poderes, Haddad adotou um tom conciliador.

“É natural, vamos aprender com o episódio, o governo não tem dificuldade de relacionamento com as duas Casas, muito pelo contrário, estamos construindo essa agenda. Mas há casos vinculantes, o parecer da AGU [Advocacia-Geral da União] e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional sugerindo a inconstitucionalidade do ato vincula o Executivo. Não tem a liberdade que se imagina e esses pareceres são do governo anterior.”

Segundo o ministro, desde o ano passado, as suas declarações vão na mesma direção. “Buscamos exaustivamente de outubro para cá uma solução, com muita humildade vamos repassar o que aconteceu com as duas Casas. Não há nenhum problema em revistarmos esses temas, nem fui surpreendido, pois esse tema circulou o tempo todo.”

A desoneração da folha foi criada em 2011, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de ali-

“Teremos novidades sobre isso [reoneração da folha para 17 setores da economia] ainda nos próximos dias, mas a Receita está debruçada sobre isso e deve emitir uma nota

Vamos aprender com o episódio [judicialização da folha de pagamentos], o governo não tem dificuldade de relacionamento com as duas Casas [Câmara e Senado]

Fernando Haddad
ministro da Fazenda

quotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

No ano passado, o benefício havia sido prorrogado até o fim de 2027 e estendido às prefeituras. Mas o texto aprovado pelo Congresso foi vetado na totalidade por Lula. Em dezembro do mesmo ano, o Legislativo derrubou o veto.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, que edita a Folha. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

“Estamos em uma etapa iniciada, que deve demorar pouco tempo. Penso que a manifestação de alguns setores em relação ao que é possível fazer já teve início. Estamos desejando desde outubro fazer um balanço do que é possível, e depois vou ter de compensar a partir da decisão, estamos tomando cuidado para calibrar isso”, disse Haddad.

Também na noite desta terça-feira, o plenário do Senado aprovou projeto de lei que trata de benefícios para o setor de eventos com teto de R\$ 15 bilhões de renúncia fiscal até dezembro de 2026, sem que ele seja corrigido pela inflação.

“No mínimo custava em torno de R\$ 13 bilhões, mas a receita suspeita que pode ser o dobro disso. Estávamos com um programa entre R\$ 13 bilhões e R\$ 24 bilhões de renúncia e agora estamos com um programa de R\$ 5 bilhões por ano”, disse.

“Ao contrário do que as manchetes sugerem, ‘Câmara e Senado aprovam gasto’, o que aconteceu foi exatamente o contrário. A Câmara e o Senado, e eu agradeço aos presidentes Arthur Lira e Rodrigo Pacheco, disciplinaram e moralizaram um programa que estava dando muito problema.”

Judicialização gera desconfiança, afirma Pacheco

Victoria Azevedo

BRASÍLIA O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), negou que tenha retaliado o governo por ter adiado um projeto que libera gastos extras de R\$ 15,7 bilhões para a gestão Lula (PT).

Segundo o senador, o adiamento da votação, que estava prevista para esta terça (30), não tem relação com o fato de

o governo ter acionado o STF (Supremo Tribunal Federal) contra a desoneração da folha de pagamento dos 17 setores e dos municípios.

A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado iria votar pela manhã o projeto que altera a lei do novo arcabouço fiscal e permite ao governo federal antecipar a expansão do limite de gastos de 2024 —e, na prática, liberar uma despesa extra calculada em R\$ 15,7 bilhões.

Nesta terça, no entanto, o presidente do colegiado, Davi Alcolumbre (União-Brasil-AP) concedeu prazo de vistas (mais tempo para análise) de uma semana, contrariando parlamentares governistas, num revés para o Executivo. O governo considera o projeto prioritário para resolver impasse com congressistas em torno dos R\$ 5,6 bilhões em emendas parlamentares que foram vetadas por Lula.

“Não há nenhum tipo de crise que envolva qualquer tipo de resposta por meio de proposições legislativas. Não podemos usar uma proposição legislativa para poder estabelecer um diálogo de reestruturar outro Poder. Isso não é o nosso caso e nós não vamos fazer”, afirmou Pacheco na tarde desta terça.

Leia mais na pág. 2

mercado

PAINEL S.A. | **Julio Wiziack**
painelsa@grupofolha.com.br

Nas asas de Madonna

Parceira do Itaú, patrocinador do show da diva do pop, a Azul foi a única companhia aérea a entrar na onda da estrela, ampliando em 60 mil a oferta de assentos para o Rio de Janeiro, onde ela se apresenta neste sábado (4). Se forem vendidos, será gente para quase encher o Maracanã. As rivais não abriram voos extras e dizem seguir o planejamento normal. A Latam disse que a alta de 30% na procura se deve às promoções.

TERMINAL... A Azul abriu 486 voos a mais entre 1 e 7 de maio e informa que 86% dos que partirão rumo ao aeroporto do Galeão estão ocupados.

...DOS FÂS Por isso, a companhia improvisou um terminal temporário no Galeão para receber voos de 30 cidades, principalmente fora de gran-

des centros, como Porto Seguro, Foz do Iguaçu, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto.

NOTETO Os pedidos de financiamento ao BNDES atingiram o patamar máximo previsto para o ano pelo Mais Inovação, programa que oferece juros de TR (cerca de 2% ao ano). O banco possui R\$ 20 bilhões para empréstimos até 2026, média de R\$ 5 bilhões por ano. Por isso, José Luis Gordon, diretor de Desenvolvimento Produtivo, Inovação e Comércio Exterior, defende outras fontes de recursos. "Isso mostra a importância de aprovarmos a lei das LCDs [Le-

tras de Crédito de Desenvolvimento]", disse ao PAINEL S.A..

MADE IN... A Anfavea, que representa as montadoras, enviou um documento ao ministro do STF Edson Fachin para mostrar que a Lei Ferrari é tão boa que foi copiada por México, Chile, Argentina, Equador, Peru e alguns estados norte-americanos. Fachin é o relator de uma ação movida no fim de 2023 pela Procuradoria-Geral da República, que, na prática, quer acabar com os efeitos da legislação.

...BRAZIL Aprovada em 1979, ela estabelece que somen-

te concessionárias ligadas às montadoras poderão vender carros novos daquela marca. Para a PGR, essa lei é protecionista, fere a livre concorrência e os direitos do consumidor, violando preceitos da Constituição. O governo e o Congresso já se manifestaram na ação em defesa da lei.

O VERDE... A onda socioambiental que atraiu o governo e as empresas não convenceu o mercado financeiro. Dois anos após a criação do selo Investimento Sustentável (IS) pela Anbima, associação que representa o setor, 97 fundos administram R\$ 11,2 bilhões, 0,1%

do total de recursos da indústria de fundos no país. Nesse universo, 67 fundos possuem a certificação IS e outros 30 seguem as políticas ESG [práticas socioambientais].

...AMARELOU Na avaliação de analistas, apesar do avanço entre 2019 e 2020, os fundos sustentáveis e ESG ainda patinam diante de um cenário com Selic elevada, que compromete a renda variável. No caso dos fundos que seguem políticas ESG, ainda há divergências na forma como essas práticas são implementadas e dúvidas em relação ao grau de comprometimento.

com Diego Felix

Setores ainda esperam solução política para a desoneração

Em meio a impasse, empresas não decidiram sobre como pagar contribuição

Stéfanie Rigamonti e Fernanda Brigatti

SÃO PAULO Entidades dos setores afetados pela reoneração da folha de pagamento ainda apostam na política para pôr fim ao impasse sobre a prorrogação do benefício até 2027. Esperam ainda mudança de rota no STF (Supremo Tribunal Federal).

Na semana passada, decisão monocrática do ministro Cristiano Zanin suspendeu a renúncia fiscal. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), reagiu, e o ministro Fernando Haddad (Fazenda) diz estar aberto à negociação.

Questionadas sobre quais providências pretendem tomar diante do imbrólio, as associações ouvidas pela Folha dizem ter a expectativa de que haverá uma solução antes do dia 20 de maio, quando terão de recolher a contribuição previdenciária patronal.

Em carta conjunta, entidades que representam os 17 setores afetados dizem que manterão o diálogo com os Poderes da República "para endereçar essa situação de insegurança jurídica, econômica e social".

Essas associações dizem respeitar o processo legislativo já realizado e em andamento.

A Brasscom (Associação das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação e de Tecnologias Digitais), uma das 23 entidades que assinam o comunicado, lança nesta quarta (1º) um estudo para demonstrar os impactos do benefício fiscal para o emprego de mulheres.

A entidade diz confiar que o STF revogará a decisão monocrática. Até esta terça (30), o placar estava 5 a 0 pela suspensão da desoneração. Para



O ministro Cristiano Zanin, do STF, em evento na corte Fabio Rodrigues Pozzebom - 15.set.23/Agência Brasil

formar maioria na corte, são necessários 6 votos.

A Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) também diz esperar que o STF decida "de forma definitiva e com a máxima urgência que o tema exige, concluindo pela constitucionalidade da lei aprovada pelo Congresso Nacional".

A entidade diz esperar da corte a consideração das consequências práticas dessa decisão, já que ela possui relação direta com a geração de empregos, investimentos e, consequentemente, com o nível de atividade econômica do país.

A Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção) orienta seus associados a programar o recolhi-

mento integral das contribuições no dia 20 de maio.

"Não quer dizer que não continuaremos trabalhando para reverter a situação", diz Fernando Pimentel, diretor-superintendente da entidade.

A recomendação é similar à feita pelo advogado Marco Behrndt, do escritório Machado Meyer. "Depois do dia 20, começa a ter multa e juros de mora. Agora, as empresas estão olhando com atenção a perspectiva de julgamento [do recurso do Congresso] até lá."

A Advocacia do Senado pretende que Zanin reconsidere a decisão. Para Behrndt, o ministro deveria ter aguardado a manifestação do Senado antes de decidir.

Embora ministros ainda



Seria temeroso a gente ir à Justiça, buscar mandado de segurança. Nossa recomendação é trabalhar. Confiamos que o Congresso poderá fazer com que a substituição [da contribuição] seja mantida

Laurent Delache
vice-presidente do Sintelmark

possam depositar seus votos no plenário virtual, Luiz Fux pediu vista para estudar melhor o tema. Ele tem até 90 dias para devolver o caso.

A ABT (Associação Brasileira de Telesserviços) afirma em nota enviada à **Folha** que vai fazer pedido de ingresso como "amicus curiae" (amigo da corte, quando um interessado se habilita para apresentar argumentos em um processo).

A ideia é mostrar que não há ausência de análise de impacto orçamentário no processo legislativo, argumento usado na cautelar, pois a análise já havia sido feita no Congresso com dados do Executivo.

A associação diz esperar que Zanin e STF reapreciem a matéria. Caso isso não ocorra, defende que se adote uma solução para mitigar o impacto da surpresa dessa decisão.

A associação sugere duas alternativas: a aplicação pelo STF de uma noventena para o término da desoneração ou um acordo entre governo e Congresso que "evite os extremos efeitos negativos sobre emprego e renda dos trabalhadores e sobre a saúde financeira das empresas".

A recomendação da ABPA (Associação Brasileira de Proteína Animal) é para que as empresas se organizem para pagar a contribuição no modelo tradicional, com a possibilidade de fazer o recolhimento do dia 20 de maio em juízo, o que facilitaria a recuperação do dinheiro caso a decisão seja revertida.

"Como eu faço dois regimes previdenciários no mesmo mês? Respeitamos as instituições, mas esperamos que a liminar caia, pois desrespeita o Congresso", diz Ricardo Santin, presidente da ABPA.

Por ora, a ABPA vai acompanhar o agravo apresentado pelo Congresso. Se a reoneração for mantida, aí sim a entidade considera ir à Justiça. "Vamos entrar como amicus curiae e tentar reverter".

A Abranet (Associação Brasileira de Internet) também disse à reportagem que estudará entrar como "amicus curiae" na ação do STF. A entidade cita dados da Brasscom que refletem o grande impac-

to no setor de tecnologia com o fim da desoneração.

Yorki Stefan, presidente do Sinduscon-SP (Sindicato da Indústria da Construção Civil em São Paulo), diz que, por ora, o setor acompanhará as negociações entre Congresso e governo. Sua expectativa é que uma solução seja encaminhada nos próximos dias.

"Nossa orientação é que todos fiquem atentos aos próximos passos, pois há muita insegurança jurídica. Muitas empresas não estavam preparadas para isso, impacta muito o fluxo de caixa."

A avaliação de Laurent Delache, vice-presidente do Sintelmark (Sindicato Paulista das Empresas de Telemarketing), é que cabe ao Congresso fazer a defesa dos setores, uma vez que o assunto foi discutido e votado nas Casas.

Representantes do setor devem investir nos próximos dias em contatos políticos para, de acordo com Delache, pedir ajuda.

"Seria temeroso a gente ir à Justiça, buscar mandado de segurança. Nossa recomendação é trabalhar. Confiamos que o Congresso poderá fazer com que a substituição [da contribuição] seja mantida."

Nesta terça (30), o líder do governo no Senado Federal, Jaques Wagner (PT-BA), disse que o ministro da Fazenda, Fernando Haddad (PT), aceita negociar uma extensão da desoneração, mas precisa saber quando o benefício acaba.

Segundo ele, a judicialização do tema não impede o andamento das negociações.

A desoneração da folha foi criada em 2011, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes. A medida permite o pagamento de alíquotas de 1% a 4,5% sobre a receita bruta, em vez de 20% sobre a folha de salários para a Previdência.

A desoneração vale para 17 setores da economia. Entre eles está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

Ataque ao governo desviou R\$ 6,7 milhões do TSE com oito operações em um minuto

Mateus Vargas e Idiana Tomazelli

BRASÍLIA Invasores do sistema de pagamentos da administração federal, o Siafi, desviaram R\$ 6,7 milhões do TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em oito operações diferentes realizadas em um minuto.

As transações, feitas em 16 de abril, usaram as credenciais de acesso furtadas de dois funcionários do órgão para autorizar os pagamentos via Pix.

Um dos servidores estava habilitado como ordenador das despesas. O segundo era gestor financeiro do tribunal.

O aval de funcionários destas funções é necessário para concluir as transferências. Os horários em que as senhas foram usadas estão registrados nas ordens bancárias do Siafi.

Nas oito operações, o procedimento foi idêntico. Os criminosos usavam o CPF do ordenador para assinar a ordem bancária às 18h23. Às 18h24, se valiam da senha do gestor para dar sinal verde ao pagamento.

Ao todo, os registros mostram pelo menos 16 investidas bem-sucedidas num intervalo de uma hora e 12 minutos.

Os autores conseguiram subtrair R\$ 11,39 milhões do

TSE nessas operações, concentradas em intervalos de um minuto. Eles ainda tentaram desviar outros R\$ 2,22 milhões em seis operações adicionais, canceladas após rejeição do Banco Central.

A invasão ao Siafi foi revelada pela **Folha**. Dados extraídos do sistema mostram que os criminosos desviaram ao menos R\$ 15,19 milhões, sendo R\$ 3,8 milhões do MGI (Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos), e os demais valores do TSE. Até agora, sabe-se que R\$ 2 milhões foram recuperados.

O Executivo não confirma o

total desviado, sob a justificativa de que o inquérito da Polícia Federal corre sob sigilo.

Na semana passada, a PF colheu o depoimento de servidores que tiveram as credenciais roubadas. O procedimento é considerado uma formalidade, dado que a principal hipótese é de que eles foram vítimas.

Os dados do Siafi mostram que as operações com recursos do TSE se concentraram em seis horários diferentes, entre 17h49 e 19h01, em 16 de abril.

Para os primeiros desvios do tribunal, que somaram R\$ 2,5 milhões, os criminosos usaram no mesmo minuto as

duas senhas roubadas, primeiro às 17h49, depois às 17h59.

Mais tarde foram autorizadas as transferências de R\$ 6,7 milhões, entre 18h23 e 18h24.

Novas transações totalizaram R\$ 2,19 milhões foram feitas entre 18h39 e 18h40, entre 18h54 e 18h55 e, de forma derradeira, às 19h01. A sequência foi sempre a mesma: primeiro, a assinatura do ordenador; seguida do aval do gestor financeiro no minuto seguinte.

Os valores desviados estavam empenhados para o Serpro (Serviço Federal de Processamento de Dados), empresa pública federal de tecnologia, e a G4F, que presta serviços de tecnologia da informação.

Os invasores alteraram o destino final dos recursos para beneficiar contas de empresas e pessoas físicas que não

têm contratos com o governo. Os donos de duas destas empresas disseram à **Folha** que foram vítimas do esquema e tiveram dados usados indevidamente pelos criminosos.

Os dados do Siafi ainda mostram desvios de verba do MGI para três empresas no dia 28 de março, véspera de feriado (Sexta-feira Santa). Técnicos do ministério notaram a invasão no dia 1º de abril.

Uma das operações, de R\$ 1 milhão, foi feita às 21h22, com as duas assinaturas no mesmo minuto. Transação maior, de R\$ 2 milhões, foi autorizada às 21h42. A ação derradeira se deu às 22h08, com a transferência de mais R\$ 768 mil.

Após o ataque, o governo endureceu o acesso aos sistemas.

Colaborou Julia Chaib

SÉRIES FOLHA



EXCLUSIVO PARA ASSINANTES



CASA PRÓPRIA

UM GUIA EXCLUSIVO PARA TRANSFORMAR SEU SONHO EM REALIDADE

Como comprar um apartamento na planta? Qual o melhor tipo de financiamento? Quando usar o FGTS? Essas e outras questões importantes serão respondidas na próxima edição do Séries Folha, que vai mergulhar no sonho da casa própria e ajudar você a transformá-lo em realidade.

TERCEIRO EPISÓDIO
JÁ DISPONÍVEL:

COMO USAR O FGTS
PARA COMPRAR
UM IMÓVEL?

ASSINE AGORA
E RECEBA EM
PRIMEIRA MÃO

R\$ 12X **9,90***
CANCELE QUANDO QUISER



ACESSE EM: FOLHA.COM/SERIESFOLHA

0800-015-8000
(SEG. A SÁBADO DAS 8H ÀS 14H)

* OFERTA EXCLUSIVA PARA NOVOS ASSINANTES. APÓS O PERÍODO PROMOCIONAL, SERÁ COBRADO O VALOR DE R\$ 44,95 POR MÊS.

APOIO **MRV** REALIZAÇÃO **FOLHA**
NÃO DÁ PRA NÃO LER

mercado

A importância dos dados para políticas públicas

Estamos ficando para trás na coleta de informações essenciais para pesquisas sobre família e desigualdades de gênero

Lorena Hakak

Doutora em economia e professora da FGV. Atua como presidente da GeFam (Sociedade de Economia da Família e do Gênero)

Todos nós precisamos planejar as tarefas que executaremos diariamente, desde as mais simples até as mais complexas. A restrição do tempo é, possivelmente, o principal desafio com o qual os indivíduos precisam lidar neste processo. É só nos lembrarmos do que aconteceu durante a pandemia de Covid-19, quando muitas mulheres que, com filhos pequenos em casa e sem nenhuma rede de apoio, precisaram deixar seus empregos.

De acordo com Hamermesh et al. (2005), a decisão de alocação do tempo em diferentes atividades como ofertar trabalho, exercer cuidados, fazer

atividade física, dormir, passear pode ter implicações importantes para a segurança financeira, a saúde física e mental e o nível geral de felicidade.

Para analisar essas decisões e suas consequências, cientistas, gestores e pesquisadores especializados em temas de família e gênero —grupo no qual me incluo— necessitam de dados que traduzam a realidade das famílias. Essa informação é crucial porque, para implementarmos políticas públicas eficazes, é fundamental entender os brasileiros e fazer desenhos de políticas baseadas em evidência.

Felizmente, no país, temos o

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), que organiza uma gama variada de pesquisas nas áreas sociais e econômicas, contribuindo para a pesquisa acadêmica no Brasil.

Apesar da qualidade técnica e da tradição do instituto, ele depende do orçamento que lhe é disponibilizado pelo Congresso Nacional. Assim, muitas vezes, pesquisas importantes são adiadas, canceladas ou feitas de forma restrita.

Por exemplo, uma das pesquisas mais usadas pelos cientistas, a Pnad Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), inclui um quesiti-

onário que abrange questões sobre o domicílio e seus moradores, como características demográficas e mercado de trabalho. No entanto, atualmente, a pesquisa não conta mais com a variável sobre estado civil. Então não é possível saber se uma pessoa é divorciada, viúva ou solteira, se um casal é casado ou vive em coabitação, ou mesmo a duração dessa união. Para um pesquisador que estuda uso do tempo e questões de família, essa informação é crucial.

Para além de incluir mais algumas variáveis na Pnad Contínua, precisamos de pesquisas sobre transições de nup-

nal por Amostra de Domicílios Contínua). O levantamento contempla atividades formais e informais.

O IBGE destaca que, apesar da redução da população ocupada total, o número de trabalhadores com carteira não teve variação significativa e permaneceu em cerca de 38 milhões no primeiro trimestre.

“A estabilidade do emprego com carteira no setor privado, em um trimestre de redução da ocupação como um todo, é uma sinalização importante de manutenção de ganhos na formalização da população ocupada”, diz Beringuy.

Conforme o IBGE, uma das consequências da manutenção das vagas formais foi o desempenho positivo do rendimento do trabalho.

A renda avançou a R\$ 3.123 na média dos ocupados. É o maior patamar para o primeiro trimestre na série histórica, iniciada em 2012. O valor representa alta de 1,5% na comparação com os três meses anteriores e de 4% em um ano.

Analistas ainda enxergam um quadro favorável para o mercado de trabalho, mesmo com a alta do desemprego.

“Os números reforçam a percepção de resiliência do mercado de trabalho, apesar da política monetária contracionista e seus efeitos defasados sobre a economia real”, diz a equipe de analistas da Genial Investimentos. Para a Genial, esse desempenho positivo será um dos principais vetores para impulsionar o crescimento da economia no ano.

O economista Rafael Perez, da Suno Research, chama atenção para potenciais reflexos na atividade econômica.

“O crescimento mais forte da atividade nesse começo do ano está bastante relacionado a mercado de trabalho aquecido e salários em alta, o que tem se refletido em expansão da economia puxada principalmente pela demanda.”

A taxa de informalidade, que mede o percentual de informais ante os ocupados, foi estimada em 38,9% no primeiro trimestre, ante 39,1% no final do ano passado.

As atividades de administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde humana e serviços sociais tiveram a maior redução do número de ocupados, em termos absolutos, no início de 2024. Esse bloco perdeu 320 mil vagas ante o final de 2023.

A redução, diz o instituto, foi puxada pelo término de contratos na educação pública, o que inclui professores.

Leia mais na pág. 6

cialidade e fecundidade que sejam frequentes e periódicas. É necessário viabilizar uma pesquisa à parte, como tínhamos com a PNDS (Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde), baseada na Demographic and Health Surveys (DHS), pesquisa aplicada em mais de 90 países.

O Brasil, diferentemente de outros países latino-americanos, só participou de poucas rodadas dessa pesquisa, entre 1986 e 2006. No ano passado, o IBGE realizou a PNDS. Entretanto, entre 2006 a 2022, o país passou por significativas mudanças e ficamos no escuro sobre as transformações ocorridas.

Em outra iniciativa para obter informações sobre o uso do tempo, a Secretaria Nacional de Cuidados e Família do Ministério do Desenvolvimento Social está em diálogo com o IBGE para criar uma pesquisa dedicada a esse tema. Essa reivindicação é muito antiga. O IBGE fez uma tentativa em 2009, mas a iniciativa não foi adiante. Porém, é importante que uma nova tentativa seja feita. Após a fase-piloto, é fundamental que a

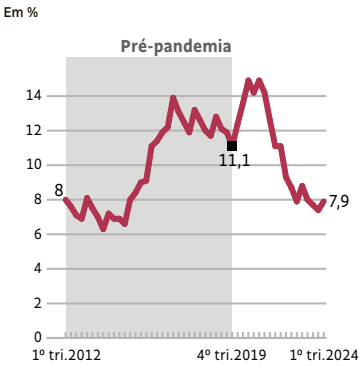
pesquisa seja realizada regularmente e com periodicidade definida.

Uma pesquisa que enriqueceria o rol das que já são feitas no país seria uma baseada na Generations and Gender Programme e que é aplicada em diversos países. Além disso, é uma pesquisa em ondas que permite o acompanhamento das mudanças que acontecem ao longo do tempo, inclusive com questões sobre valores e atitudes. Essa pesquisa tem como objetivo focar as relações intergeracionais e diferenças de gênero, que surgem nos arranjos de cuidado e na organização do trabalho remunerado e não remunerado e é dividida em dois módulos.

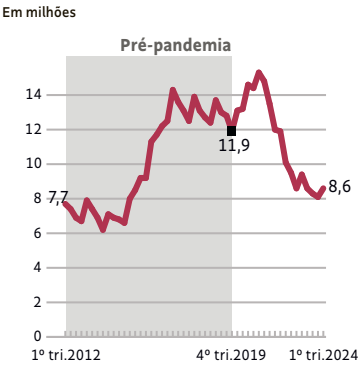
Atualmente, enfrentamos uma escassez de informações que muitos outros países latino-americanos já possuem. Isso restringe a formulação de políticas públicas baseadas em evidências e reduz o entendimento sobre questões importantes para a economia. Estamos ficando para trás na coleta de dados essenciais para pesquisas sobre família e desigualdades de gênero.

Mercado de trabalho no Brasil

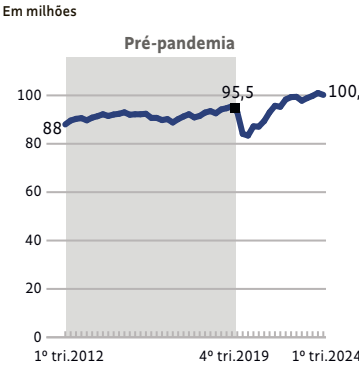
Taxa de desemprego



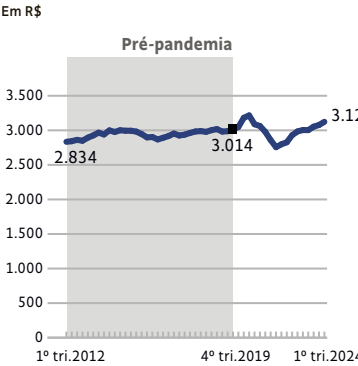
População desempregada



População ocupada com trabalho



Renda média do trabalho



Fonte: Pnad Contínua/IBGE

Desemprego sobe para 7,9%, mas é o menor para o 1º tri desde 2014

IBGE diz que comportamento sazonal explica avanço em relação ao fim de 2023; mercado esperava taxa de 8,1%

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO A taxa de desemprego do Brasil avançou a 7,9% no primeiro trimestre de 2024, após marcar 7,4% nos três meses finais de 2023, indicou nesta terça (30) o IBGE.

Segundo o órgão, o movimento de alta costuma ocorrer no início de ano devido a questões sazonais. A taxa de 7,9% é a menor para o período de janeiro a março desde 2014, quando era de 7,2%.

O resultado ficou levemente abaixo das previsões do mer-

cado. A mediana de analistas consultados pela agência Bloomberg era de 8,1%.

O desemprego costuma subir no primeiro trimestre com retomada da busca por trabalho e fim de vagas sazonais.

Não foi diferente agora, diz Adriana Beringuy, coordenadora de pesquisas domiciliares do IBGE. Ela diz que o aumento pode ser associado a esses fatores.

No primeiro trimestre, o número de desempregados avançou a 8,6 milhões. O contingente cresceu 6,7% (mais 542

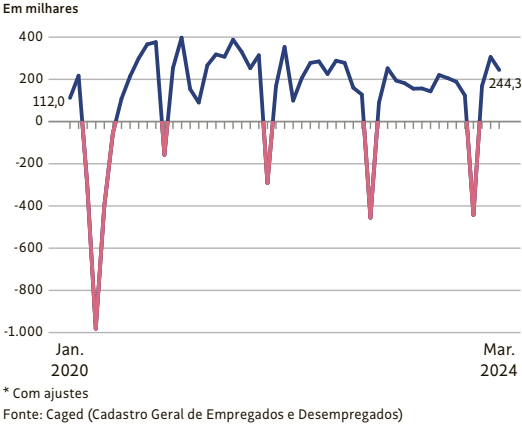
mil) ante os três meses finais de 2023 (8,1 milhões).

A população desempregada reúne pessoas de 14 anos ou mais que estão sem ocupação e procuram emprego. Quem não está buscando vagas, mesmo sem ter emprego, não entra na cifra.

Já a população ocupada com algum tipo de trabalho recuou a 100,2 milhões no primeiro trimestre, redução de 0,8% (menos 782 mil) ante aos três meses anteriores (101 mi).

Os dados integram a Pnad Contínua (Pesquisa Nacio-

Saldo de vagas formais de trabalho no Brasil*



País cria 244,3 mil vagas formais em março sob impulso dos serviços

Nathalia Garcia

BRASÍLIA O Brasil criou 244.315 vagas formais de trabalho em março, segundo dados Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) divulgados nesta terça (30) pelo Ministério do Trabalho e Emprego, 25, 69% a mais que em de março de 2023, quando foram 194.372.

O resultado foi o maior para meses de março desde 2020, quando começa a série histórica da atual metodologia do Caged.

Para o ministro Luiz Marinho (Trabalho e Emprego), o Brasil obteve “crescimento importante em março”, quando foram registradas 2,26 milhões de contratações e 2,02 mi de demissões.

Dos 5 setores de atividades, 4 tiveram saldo positivo no mês passado. O grupo de serviços ajudou a impulsionar o resultado, com a criação de 148.722 vagas formais —58% do crescimento total de empregos formais.

“Ele [setor de serviços] está bastante assentado na variação das áreas de saúde e educação, que vêm contraindo pessoas por jornadas de até 30 horas, são a maior parte dos nossos atípicos (tipo de vínculo) desse mês”, comentou a subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, Paula Montagner.

Na sequência, aparecem comércio (37.493 postos), indústria (35.886) e construção (28.666). No agronegócio, houve saldo negativo de

6.457 vagas formais. Em março, o salário médio de admissão foi de R\$ 2.081,50, relativa estabilidade em relação a fevereiro (R\$ 2.086,75) —redução de apenas R\$ 5,25. Na comparação com março de 2023, houve ganho real (quando é descontada a inflação) de R\$ 54,17 (alta de 2,7%).

Os dados mostram também que foram registrados saldos positivos em 25 das 27 unidades da federação. O principal aumento foi em São Paulo, com a geração de 76.941 vagas formais (alta de 0,6%), com destaque para serviços (46.451 postos). Na outra ponta está novamente Alagoas, com retração de 9.589 vagas (queda de 2,2%).

No acumulado do 1º trimestre, foram gerados 719.033 postos com carteira assinada no Brasil —houve 6,6 milhões de admissões e 5,9 mi de desligamentos, de 33,9% a mais que igual período de 2023, quando houve saldo de 536.869 vagas.

O resultado deste ano é inferior ao do mesmo período de 2021 (saldo de 805.658).

Durante a apresentação, Marinho defendeu a continuidade da redução de juros, hoje em 10,75% ao ano.

“Fico meio abestalhado, chocado de ver análises na grande imprensa dos chamados especialistas de mercado que, quando há dados positivos no emprego e na renda, na massa salarial, chamam atenção para o risco inflacionário. Acho isso uma aberração econômica. A inflação está sob controle”, afirmou.

Nós criamos química para um futuro sustentável.

Saiba mais em www.basf.com.br



BASF S.A. CNPJ nº 48.539.407/0001-18

www.basf.com.br

Contexto Operacional

As demonstrações financeiras da BASF S.A. e suas controladas referentes às atividades encerradas em 31 de dezembro de 2023 são submetidas à sua apreciação, após as devidas avaliações de auditores independentes. Destacamos os pontos mais relevantes a fim de proporcionar mecanismos adicionais para a interpretação do demonstrativo. 2023 foi um ano de muitos desafios para a indústria química no nível global e na América do Sul. O período foi marcado pela desaceleração no consumo em vários setores, o que reduziu a demanda por produtos químicos. Adicionalmente, o aumento de produção da China, com subsequente exportação para a nossa região, juntamente com a lenta retomada do crescimento de demanda por lá, gerou queda de preços em vários segmentos por aqui, contribuindo para o desempenho menos favorável. Outros fatores externos também impactaram esse cenário global, como os efeitos das guerras na Europa e no Oriente Médio, e a inflação nos Estados Unidos e na Europa. Os resultados da região América do Sul foram menores em relação ao mesmo período de 2022 devido às vendas menores, resultado da reduções de preços em todos os segmentos e, também, devido à queda de volumes, especialmente em Soluções para Agricultura e Materiais. Contudo, é importante destacar que estamos comparando 2023 com o ano de 2022, que havia sido o melhor ano da história da BASF na América do Sul e, apesar dos desafios, 2023 ainda é o segundo melhor ano na série histórica na nossa região. Nos pilares de clientes e pessoas, superamos todas as nossas metas e nos destacamos também como nossa performance em em termos de sustentabilidade e engajamento social, impactando mais de 700 mil pessoas.

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro

Ativo	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	262.514	631.893	314.629	659.686
Títulos e valores mobiliários	191.755	138.541	191.755	138.541
Contas a receber de clientes	6.773.863	7.417.942	6.809.651	7.477.647
Estoque	4.228.867	4.751.034	4.261.349	4.851.963
Partes relacionadas	484.815	518.962	475.848	450.185
Tributos a recuperar	621.559	1.272.232	719.435	1.331.384
Operações de derivativos		211.802		211.802
Ativo fiscal diferido	229.162	857.100	231.551	866.073
Outros créditos	81.615	128.053	89.393	138.245
	12.872.150	15.927.559	13.093.611	16.125.526
Não circulante				
Contas a receber de clientes	4.446	80.647	6.050	80.647
Tributos a recuperar	546.334	495.924	561.229	508.875
Ativo fiscal diferido	721.136	152.764	723.740	183.329
Outros créditos	141.192	131.330	145.820	135.426
	1.413.108	860.665	1.436.839	908.277
Investimentos	189.773	143.662	908	907
Ativo de direito de uso	168.241	148.426	171.109	152.244
Imobilizado	2.887.021	3.050.890	2.888.619	3.058.715
Intangível	418.186	442.398	418.186	442.398
	5.076.329	4.646.041	4.915.661	4.562.541
Total do ativo	17.948.479	20.573.600	18.009.272	20.688.067

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

	Em milhares de reais							
	Reservas				Lucros			
	Reserva				acumulados			
	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva incentivos fiscais	Reserva de lucros	Total	
Em 1 de janeiro de 2022	4.938.858	99	(53.681)	121.504	325.482	1.162.283	-	6.494.545
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	1.417.662	1.417.662
Perda atuarial com benefícios a funcionários	-	-	(6.236)	-	-	-	-	(6.236)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	(6.236)	-	-	-	1.417.662	1.411.426
Constituição de reservas	-	-	-	70.883	188.881	442.899	(702.663)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	(715.000)	(715.000)
Em 31 de dezembro de 2022	4.938.858	99	(59.917)	192.387	514.363	1.605.182	-	7.190.972
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	835.558	835.558
Ganho atuarial com benefícios a funcionários	-	-	28.423	-	-	-	-	28.423
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	28.423	-	-	-	835.558	863.981
Constituição de reservas	-	-	-	41.778	92.334	-	(134.112)	-
Reinvestimento Sudene	-	-	-	-	2.418	-	-	2.418
Dividendos	-	-	-	-	-	(814.020)	(385.980)	(1.200.000)
Cisão negócio de Catalisadores	-	-	-	-	-	-	(315.465)	(315.465)
Em 31 de dezembro de 2023	4.938.858	99	(31.494)	234.165	609.115	791.162	-	6.541.905

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Indireto Exercícios findos em 31 de dezembro

Fluxo de caixa	Em milhares de reais			
	Controladora	Consolidado		
	2023	2022	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.106.095	2.295.529	1.141.228	2.291.645
Depreciação	255.467	370.827	256.574	372.844
Amortização	25.074	27.958	25.074	27.958
Depreciação e amortização direto de uso	74.485	91.294	75.435	92.333
Impairment de ativo imobilizado	35.158		35.158	3.520
Reversão de provisões diversas	(115.145)	(28.915)	(115.431)	(34.659)
Reversão de provisão para causas judiciais	(24.761)	52.320	(26.458)	55.286
Provisão para benefícios a funcionários	600	13.826	629	13.825
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(55.192)	(23.684)	(52.361)	(23.616)
Provisão para desvalorização dos estoques	143.993	21.827	143.651	21.532
Resultado de equivalência patrimonial	(46.063)	22.198		
Variações cambiais com partes relacionadas	(251.022)	(253.419)	(258.513)	(262.209)
Resultados financeiros	(12.290)	25.205	(12.290)	25.205
Perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos	453.318	(204.700)	453.823	(205.053)
Lucro da alienação de imobilizado	256.960	48.833	256.941	49.018
Lucro (prejuízo) da alienação de intangível	485	(286)	485	(286)
	1.847.162	2.458.813	1.923.945	2.427.343
Variações nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	610.128	(1.182.876)	629.610	(1.181.520)
Estoques	256.212	(1.551.267)	363.001	(1.501.004)
Partes relacionadas	(1.648.197)	733.827	(1.684.385)	642.849
Tributos a recuperar	593.252	48.760	552.584	74.806
Outros Créditos	(163.820)	140.756	(156.783)	148.640
Fornecedores	(268.300)	130.609	(268.689)	132.138
Impostos e contribuições a recolher	494.864	646.057	113.937	646.959
Outras contas a pagar	(718)	83.479	(717)	83.482
Direito de uso	-	-	-	-
Pagamento de causas judiciais	(35.550)	(15.692)	(37.270)	(15.692)
Caixa gerado pelas atividades operacionais	1.725.032	1.492.466	1.435.233	1.458.001
Pagamento de juros	(31.991)	(63.431)	(31.991)	(63.482)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.066.540)	(1.678.506)	(697.152)	(1.713.526)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	626.501	(249.471)	706.090	(319.007)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Títulos e valores mobiliários	(53.214)	(84.656)	(53.214)	(84.656)
Empréstimos concedidos a coligadas	60.539	(22.886)	6.050	3.087
Aquisição de ativo imobilizado	(454.642)	(494.163)	(454.658)	(494.189)
Aquisição de ativo intangível	(4.045)	(239)	(4.045)	(239)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(451.362)	(601.944)	(505.867)	(575.997)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	14.663.832	6.445.403	14.663.832	6.445.403
Liquidação de empréstimos	(13.933.312)	(5.322.104)	(13.933.312)	(5.322.104)
Pagamento de arrendamento	(75.038)	(82.112)	(75.800)	(83.223)
Pagamento de juros sobre capital próprio e dividendos	(1.200.000)	(1.002.600)	(1.200.000)	(1.002.600)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos	(544.518)	38.587	(545.280)	37.476
Redução líquida de caixa e equivalente de caixa	(369.379)	(812.828)	(345.057)	(857.528)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	631.893	1.444.721	659.686	1.517.214
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	262.514	631.893	314.629	659.686

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

SOBRE A BASF

Na BASF, criamos química para um futuro sustentável. Combinamos sucesso econômico com proteção ambiental e responsabilidade social. Cerca de 112.000 funcionários no Grupo BASF contribuem para o sucesso de nossos clientes em quase todos os setores e quase todos os países do mundo. Nosso portfólio é composto por seis segmentos: Químicos, Materiais, Soluções Industriais, Tecnologias de Superfície, Nutrição e Cuidados e Soluções Agrícolas. A BASF gerou vendas de € 68,9 bilhões em 2023. As ações da BASF são negociadas na bolsa de valores de Frankfurt (BAS) e como American Depositary Receipts (BASFY) nos Estados Unidos. Mais informações em www.basf.com.

Nota: Em fevereiro de 2024, após análise da sustentabilidade do negócio de Pinturas Automotivas (OEM), o Grupo BASF decidiu descontinuar a operação na América do Sul, um processo estruturado e gradual que terá duração de até 18 meses. A unidade de produção de tintas, em São Bernardo do Campo, Brasil, continuará a ser um local estratégico de produção, venda, logística e Pesquisa e Desenvolvimento de tintas decorativas comercializadas sob as marcas Suviniil e Glasul. Em 2023 o negócio de Pinturas Automotivas (OEM) obteve receita de vendas de R\$ 320 milhões.

Passivo e patrimônio líquido

Circulante	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores	1.060.550	1.356.995	1.063.477	1.360.311
Empréstimos	318.493	390.668	318.493	390.668
Impostos e contribuições a recolher	137.699	21.803	138.104	24.506
Provisões diversas	1.455.616	1.642.564	1.458.028	1.643.684
Partes relacionadas	6.975.223	8.027.837	7.015.698	8.106.670
Operações de derivativos	241.516		242.506	485
Imposto de renda e contribuições a recolher	307.412	786.383	309.371	796.996
Passivos de arrendamentos	105.216	76.343	106.477	77.104
Outras contas a pagar	153.709	269.638	157.889	273.818
	10.755.434	12.572.231	10.810.043	12.674.242

Não circulante

Empréstimos	26.222	88.021	26.222	88.021
Provisão para causas judiciais	192.332	252.643	195.435	259.163
Provisão para benefícios a funcionários	256.412	287.138	256.520	287.263
Provisões diversas	76.210	73.022	77.386	75.776
Provisão para passivo descoberto	1.270	1.270	1.270	1.270
Passivos de arrendamentos	83.716	93.328	85.512	96.385
Outras contas a pagar	14.978	14.975	14.978	14.975
	651.140	810.397	657.323	822.853
	11.406.574	13.382.628	11.467.367	13.497.095

Total do passivo

Patrimônio líquido				
Capital social	4.938.858	4.938.858	4.938.858	4.938.858
Reserva de capital	99	99	99	99
Reserva legal	234.165	192.387	234.165	192.387
Reserva de incentivos fiscais	609.115	514.363	609.115	514.363
Reserva de lucros	791.162	1.605.182	791.162	1.605.182
Ajustes de avaliação patrimonial	(31.494)	(59.917)	(31.494)	(59.917)
Total do patrimônio líquido	6.541.905	7.190.972	6.541.905	7.190.972
Total do passivo e do patrimônio líquido	17.948.479	20.573.600	18.009.272	20.688.067

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais, exceto lucro por ação				
	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Receita líquida de vendas	20.278.568	24.044.691	20.562.335	24.457.959
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(14.980.302)	(17.414.559)	(15.211.918)	(17.794.309)
Lucro bruto	5.298.266	6.630.132	5.350.417	6.663.650
(Despesas) receitas operacionais				
Vendas, administrativas e gerais	(3.978.809)	(3.494.179)	(4.018.768)	(3.535.458)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	152.608	(74.640)	225.582	(77.892)
Participação nos resultados das controladas	46.063	(22.198)	-	-
Lucro operacional antes do resultado financeiro	1.518.128	3.039.115	1.557.231	3.050.299
Despesas financeiras	(2.593.875)	(2.758.297)	(2.617.039)	(2.800.744)
Receitas financeiras	2.181.842	2.014.711	2.201.036	2.042.090
Resultado financeiro, líquido	(412.033)	(743.586)	(416.003)	(758.654)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	1.106.095	2.295.529	1.141.228	2.291.645
Imposto de renda e contribuição social	(270.537)	(877.867)	(305.669)	(873.983)
Corrente	(258.438)	(761.356)	(259.049)	(761.477)
Diferido	(12.099)	(116.511)	(46.620)	(112.506)
Lucro líquido do exercício	835.558	1.417.662	835.558	1.417.662
Lucro líquido básico e diluído por milhares de ações	0,17	0,29	-	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro

Em milhares de reais			
Controladora/Consolidado			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	835.558	1.417.662	
Outros componentes do resultado abrangente			
Ganho (perda) atuarial com benefícios a funcionários		43.041	(9.467)
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre perda atuarial		(14.618)	3.231
Outros componentes do resultado abrangente do exercício, líquido dos efeitos tributários		28.423	(6.236)
Total do resultado abrangente do exercício		863.981	1.411.426

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de Dezembro

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

CONTEXTO OPERACIONAL

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da BASF S.A. ("Companhia"ou "BASF") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 abrangem a Companhia e quatro controladas (conjuntamente referidas como "Grupo BASF"). A BASF com sede no Estado de São Paulo, tem por objetivo a industrialização e o comércio, a importação e exportação de produtos químicos de qualquer natureza e para quaisquer fins, bem como exercer a representação e participação em outras sociedades. A BASF Políuretanos Ltda. ("Polí") na qual a BASF tem 99,99% do controle acionário, tem por objetivo a indústria e o comércio, a importação de resinas sintéticas de aplicação industrial, inclusive seus insumos. A Wintershall BM-C-10 ("Wintershall") na qual a BASF tem 99,99% do controle acionário, está sem atividade operacional. A CA Pesquisa e Comercio de Sementes Ltda. ("CA") na qual a BASF tem 99,99% do controle acion

mercado

Emprego melhor e mau humor

Números do mercado de trabalho no 1º trimestre foram bons além do previsto

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Este é um país conflagrado, bi-du. Dedicar-se a guerras político-culturais por qualquer motivo, das últimas do Xandão do Supremo à música de cantores populares e casamentos de “famosos” e “influencers”. Quando começar a campanha para a eleição municipal, deverá haver picos de burrice, mentira e “polarização”. Dados econômicos causam o torpor do enfado na maioria das pessoas. São ainda mais desprezados nesse ambiente inflamável, quando não são desmentidos nas redes com fé cega, faca amolada e nenhum argumento.

No entanto, números recentes, como os do emprego, indicam melhorias reais. O número de pessoas ocupadas, com algum emprego, está crescendo a 2,3% ao ano: rápido. Havia desacelerado até outubro de 2023, mas se recupera desde então. O salário médio cresce ao ritmo anual de 4% acima da inflação. A massa salarial, soma de todos os rendimentos do trabalho, cresce a 6,6% ao ano. Está em um nível cerca de 16% maior do que o dos picos de 2014 e 2015. São contas feitas com dados do IBGE, divulgados nesta ter-

ça-feira (30), quando também saíram os números do emprego formal, dos registros do Ministério do Trabalho (vulgo Caged). No primeiro trimestre, foram criados cerca de 719 mil empregos, bem mais do que os 536 mil do início de 2023. O mercado formal está movimentado, com muitas admissões e demissões, com alta forte do salário de admissão. Isso quer dizer também que mais pessoas têm oportunidade de mudar de emprego, por um trabalho melhor. O índice de sofrimento ou de infelicidade (“misery index”, em inglês) é uma medida ele-

mentar de bem-estar econômico e da conjuntura, da economia a curto prazo, uma ideia do economista americano Arthur Okun (1928-1980). É a soma das taxas anuais de inflação e de desemprego. Para os meses de março, está no menor nível desde 2012, período para o qual há dados comparáveis. Desemprego e inflação estão em níveis historicamente baixos. O mal-estar difuso permanece, porém, como se pode notar também pela ligeira baixa de popularidade de Lula da Silva ou pelo nível ainda baixo da confiança do consumidor.

Mesmo dando o desconto do clima político e o fato de que o país ainda não se recuperou de uma década de desastre socioeconômico, o tamanho do desânimo é um pouco intrigante, porém. Quem quer que comente a queda recente da taxa de inflação será apedrejado nas redes e noutros fóruns virtuais, nos quais se vai ler também que o IBGE mente. Em parte, entende-se a reação. A taxa de inflação, no caso de variação da média dos preços para o consumidor, é de fato menor. Mas o nível de preços fundamentais continua alto em relação ao salário médio. Entre os preços mais conhecidos e acompanhados pelo consumidor estão os de comida, combustíveis, remédios, energia e transporte. Desde pouco antes do início do impacto da epidemia (março de 2020) até março de 2024, a média do preço dos alimen-

tos levados para casa aumentou 46,7%; o salário médio subiu 31,2%. Desde 2012, a disparidade havia sido tão ruim apenas no ano de 2016 da Grande Recessão. A vida despiorou um tico até para quem está no fundo do poço do inferno social, quem não tem trabalho algum ou sobrevive dos bicos mais tristes. As taxas de pobreza e miséria diminuíram por causa do Bolsa Família ampliado. A alta da dívida pública, a perspectiva crônica de juros altos, a guerra dos impostos travada pelas elites, a falta de investimento etc. não entram no radar popular. Comida cara ajuda a explicar o desânimo, assim como a impaciência justa depois de uma década de sofrimento ou frustração. “Polarização” não explica o aumento do desânimo entre eleitores lulistas. Parece haver algo que ainda não entrou no radar das elites explicadoras. vinicius.torres@grupofolha.com.br

Dólar avança 3,5% em abril, para R\$ 5,19, maior alta desde agosto

Mercados têm dia de aversão ao risco na véspera de feriado no Brasil e de decisão sobre os juros nos EUA

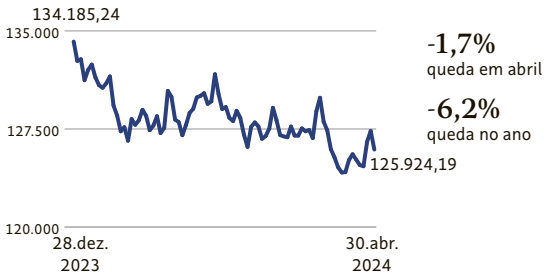
Marcelo Azevedo

SÃO PAULO O dólar teve forte alta nesta terça-feira (30), com sentimento de cautela global imperando antes do feriado do Dia do Trabalho no Brasil, nesta quarta-feira (1º), quando também ocorrerá nova decisão sobre juros do Fed (Federal Reserve, o banco central americano). Com isso, a moeda americana subiu 1,50%, para R\$ 5,192. Em abril, a divisa acumulou valorização de 3,53%, maior avanço mensal desde agosto. A aversão ao risco também afetou a Bolsa brasileira, que fechou em queda puxada principalmente pelas ações da Vale e da Petrobras. O Ibovespa terminou o dia com recuo de 1,12%, aos 125.924 pontos, acumulando baixa de 1,70%. A pressão sobre a Bolsa também foi causada pela subida dos juros futuros no país. Além do cenário americano, dados fortes de emprego no Brasil também apoiaram a alta. “O dólar tem valorização global, com investidores adotando posturas mais defensivas antes da decisão de juros

Dólar sobe e Bolsa cai em abril

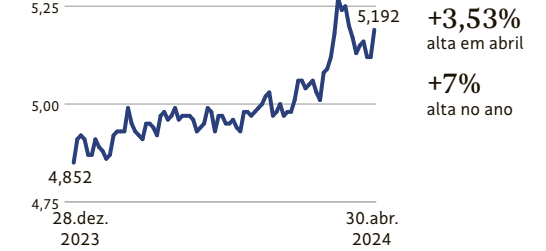
Ibovespa em 2024

Fechamento diário, em pontos



Dólar em 2024

Fechamento diário, em R\$



Fonte: CMA



FUNDADOR DA BINANCE É CONDENADO A 4 MESES DE PRISÃO NOS EUA

Changpeng Zhao, 47, ex-presidente-executivo e fundador da maior corretora de criptomoedas do mundo, deixa corte em Seattle (Washington), após ser sentenciado por não estabelecer controles adequados contra lavagem de dinheiro

Jason Redmond/AFP

dos EUA e do feriado, que vai parar também mercados nas regiões da Europa e Ásia”, disse Diego Costa, chefe de câmbio para Norte e Nordeste da B&T Câmbio. “O futuro dos juros permanece incerto, e a volatilidade nos mercados deve persistir ao menos até que o [presidente do Fed, Jerome] Powell se pronuncie”. Os mercados esperam que o banco central dos EUA mantenha as taxas de juros no patamar atual de 5,25% a 5,50%. Operadores precificam apenas 0,35 ponto percentual de cortes nos juros pelo Fed neste ano, abaixo da projeção do início do ano, de 1,5 ponto, de acordo com dados do LSEG. A redução nas expectativas

de afrouxamento monetário nos EUA veio após uma série de dados econômicos e de inflação resilientes, que levaram a forte reversão no apetite por risco global em abril, ainda que o clima tenha melhorado um pouco no final do mês. Embora operadores tenham associado boa parte da depreciação cambial doméstica às incertezas internacionais, especialmente vindas do Fed, também foi apontada uma piora na percepção de risco fiscal do Brasil, depois que o governo afrouxou a meta de resultado primário de 2025. Segundo a equipe da Agora Investimentos, citando projeções de mercado, é improvável que Powell alivie as preo-

cupações dos investidores em meio aos dados de inflação elevados e aos sinais de força na maior economia do mundo. Costa, da B&T, chamou a atenção para o fato de que o pregão desta terça teve a formação da Ptax do fim de abril, o que tornou as negociações mais instáveis. A Ptax é uma taxa de câmbio calculada pelo Banco Central que serve de referência para a liquidação de contratos futuros. No fim de cada mês, agentes financeiros costumam tentar direcioná-la para níveis mais convenientes às suas posições, sejam elas compradas, sejam vendidas em dólar. [Com Reuters](https://www.reuters.com)

Santander amplia crédito e lucro sobe 41% no 1º trimestre, para R\$ 3 bi

Júlia Moura

SÃO PAULO O Santander Brasil lucrou R\$ 3 bilhões no primeiro trimestre, alta de 41,2% ante o mesmo período de 2023 e de 37,1% em relação ao quarto trimestre do ano passado. Segundo a Bloomberg, o resultado superou a estimativa de R\$ 2,865 bilhões dos analistas. O retorno sobre o patrimônio líquido (Roae), indicador que mede a rentabilidade da operação, também melhorou. Foi para 14,1%, ante 12,3% ao fim do ano passado e 10,6% no primeiro trimestre de 2023. Os resultados refletem um aumento nos empréstimos. A carteira de crédito ampliada foi para R\$ 654 bilhões, alta de 1,7% ante dezembro de 2023 e de 8,1% na comparação com o mesmo período do ano

passado, com destaque para o crescimento do consignado (34% na comparação anual), do crédito ao consumo (11%) e do agronegócio (39%). Já o custo do crédito caiu 0,2 ponto percentual e 0,8 ponto percentual, nos mesmos períodos, para 3,8%. A PDD (provisão para devedores duvidosos) somou R\$ 6,765 bilhões, queda de 11,6% ante o quarto trimestre de 2023 e de 12,1% em relação a período semelhante. O índice de inadimplência (atrasos acima de 90 dias), por sua vez, piorou. Foi de 3,1% ao fim de 2023 para 3,2%. Em meio à queda de rentabilidade desde a pandemia, o Santander Brasil reposicionou sua marca para atrair a baixa renda. O clássico slogan “O que a gente pode fazer por você hoje?” deu lugar ao “Co-

meça Agora” para atrair novos clientes e aumentar a principalidade (ser o principal banco utilizado) entre quem já é correntista. “Eu estou, no fundo, reposicionando o Santander no Brasil”, afirmou Mario Leão, presidente do banco. Para isso, o banco zerou a anuidade de seus cartões, sem necessidade de valor mínimo gasto mensal, como era antes.

SANTANDER BRASIL (1º TRI)
Clientes: 65,8 milhões
Funcionários: 55.210
Lucro líquido: R\$ 3 bilhões
Roae: 14,1%
Agências e pontos de atendimento: 2.588
Fundação: em atividade no mercado local desde 1982
Principais concorrentes: Itaú Unibanco, Bradesco, BB, Caixa, Nubank

MUNICÍPIO DE SANTO ANASTÁCIO
Chamamento – Súmula – Pregão Eletrônico nº 12/2024
OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E FRACIONADA AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTO DE AR CONDICIONADO PARA ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS QUE ATENDAM AS NECESSIDADES DOS VEÍCULOS USUÁRIOS NO TRANSPORTE ESCOLAR.
ABERTURA/SESSÃO: 14/05/2024 às 08:30h.
O Edital estará à disposição dos interessados no endereço eletrônico <http://186.233.125.85:8079/> compras@itali.sp.gov.br e www.bli.org.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9843 e 9841.
Santo Anastácio, 30 de abril de 2024.
JOSÉ BONILHA SANCHES – Prefeito Municipal

LEILÃO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Jucesp 1213, torna público que no dia 16 e 17/05/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.
Acesse:
www.rivaldodantasleiloes.com.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE CUNHA
AVISO DE LICITAÇÃO
Concorrência nº 010/2024
Processo Administrativo 074/2024.
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA INFRAESTRUTURA URBANA - CONTENÇÃO.
Abertura 10 de junho de 2024, às 09h31min. Os documentos do certame poderão ser obtidos em <<http://www.cunha.sp.gov.br/licitacao>>.
Informações: licitacao@kunha.sp.gov.br ou (12)3111-5000.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITAL
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 037/2024
– Edital nº 042/2024 – Processo nº 050/2024 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE ACESSÓRIOS E INSUMOS PARA BOMBADE INFUSÃO DE INSULINA MEDTRONIC (ORDEM JUDICIAL). Abertura: 14/05/2024 às 08h00min.
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2024 – Edital nº 047/2024 – Processo nº 055/2024 – Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO PARCELADA DE CESTAS BÁSICAS. Abertura: 16/05/2024 às 08h00min
Os Editais e seus anexos na íntegra encontram-se disponíveis nos endereços da internet: www.palmital.sp.gov.br e www.bli.org.br. Ptal, 30/04/2024. Luis Gustavo Mendes Moraes – Prefeito Municipal.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE VOTUPORANGA
AVISO DE DISPENSA Nº 015/2024 – PROCESSO Nº 070/2024
OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de itens e prestação de serviços para manutenção corretiva de caminhão Ford 2423 Caçamba Placa FTG-5604, em quantidades e exigências estabelecidas em Edital e seus Anexos. TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL POR GRUPO. Valor Global Estimado da Contratação: R\$ 5.719,35 (cinco mil setecentos e dezoito reais e trinta e cinco centavos). Fundamento legal: Art. 75, I, e §7º “ da Lei 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.631/2023. PERÍODO DE RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: INÍCIO DO RECEBIMENTO DE PROPOSTAS: 02 de maio de 2024. FIM DO RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: 08 de maio de 2024 às 13h30 (treze horas e trinta minutos). INÍCIO DA SESSÃO: 08 de maio de 2024 às 14h00 (quatorze horas). INFORMAÇÕES E DISPONIBILIZAÇÃO DO EDITAL: O Edital na íntegra encontra-se a disposição dos interessados no site: www.votuporanga.sp.gov.br. Maiores Informações e/ou esclarecimentos pelo fone (17) 3405.9700 – ramais 9709 e 9769.
JORGE AUGUSTO SEBA – Prefeito Municipal – 30/04/2024.

semináriosfolha ★★

Saiba como utilizar o FGTS para a compra de imóvel

Quem tem ou já teve trabalho formal pode usar fundo em financiamento

SÉRIES FOLHA COMO COMPRAR A CASA PRÓPRIA

Ana Paula Branco

SÃO PAULO Trabalhadores com ao menos três anos de carteira assinada podem usar o FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para comprar a casa própria. Basta obedecer às regras de utilização do fundo. O saldo do FGTS pode ser usado para quitar ou amortizar o financiamento imobiliário ou um consórcio de imóvel no valor de até R\$ 1,5 milhão. Para famílias com renda mensal de até R\$ 2.640, é possível também antecipar os valores a serem depositados no FGTS para compor a renda e quitar as prestações de imóveis da Faixa 1 do Minha Casa, Minha Vida, no novo programa do governo, o FGTS Futuro.



Prédio em construção em Itaquera, na zona leste de SP Danilo Verpa/Folhapress

Saiba mais

QUEM PODE USAR O FGTS NA COMPRA DA CASA PRÓPRIA?

- O comprador precisa ter no mínimo **três anos de trabalho** com FGTS, somando-se períodos consecutivos ou não, na mesma ou em empresas diferentes
- O **saldo** tem que ser **positivo**
- Não pode ter financiamento ativo no SFH (Sistema Financeiro de Habitação)
- Para pedir saque para pagar parte do valor financiado, é preciso ser titular do financiamento e não ter parcelas em atraso
- Não pode ser dono**, usufrutuário ou cessionário de outro **imóvel** residencial urbano no **município** do imóvel que deseja adquirir
- Não é permitido usar o FGTS para quitar imóvel de terceiros

QUAL IMÓVEL PODE SER COMPRADO COM O FGTS?

- Só imóveis financiados pelo **SFH** (Sistema Financeiro de Habitação)
- O valor do imóvel não pode ultrapassar **R\$ 1,5 milhão**
- O imóvel tem de ser destinado a **moradia** e em **área urbana**
- Se o dinheiro for usado na **construção**, o **terreno** deve ser de propriedade do trabalhador

- Precisa estar matriculado no RI (Registro de Incorporação do Imóvel), sem registro de gravame, que ocorre quando o bem ainda não foi totalmente quitado
- Não ter sido adquirido** com FGTS em compra anterior há menos de **três anos**, a partir da data do registro na matrícula do imóvel; se o imóvel adquirido foi registrado na matrícula em 30 de novembro de 2021, só poderá ser comprado com FGTS novamente a partir de 1º de dezembro de 2024
- No caso de imóvel misto, destinado a residência e instalação de comércio, o FGTS só pode ser usado para a compra da área residencial, cujo valor deve constar discriminado no laudo de avaliação
- É possível usar o FGTS para adquirir outro imóvel no caso de a propriedade da **fração** ideal ser igual ou inferior a **40%** do total do imóvel

USO VETADO

- Imóvel comercial e rural
- Reforma ou ampliação
- Comprar terrenos sem construção ao mesmo tempo
- Comprar material de construção
- Imóveis residenciais para terceiros

COMO USAR O FGTS PARA COMPRAR O IMÓVEL?

- Pagamento **à vista** ou **entrada** de financiamento de imóvel residencial
- Pagamento à vista ou entrada de financiamento na **construção** de imóvel residencial
- Pagamento de **parte** do valor das **parcelas** do financiamento
- Para **quitar**, amortizar ou liquidar o saldo devedor

QUANTO PODE USAR DO FGTS PARA COMPRAR A CASA PRÓPRIA?

- O trabalhador pode usar **tudo o seu FGTS**, limitado ao valor de avaliação do imóvel de R\$ 1,5 milhão ou ao saldo devedor do contrato de financiamento
- Se tiver de FGTS o equivalente ao valor do imóvel, a melhor opção é usá-lo para comprar o imóvel à vista, sem financiamento, para fugir dos juros
- Mas é possível usar parte do saldo para pagar a entrada do imóvel
- Para usar o FGTS na **amortização** ou liquidação do saldo devedor, o **intervalo mínimo** entre as utilizações é de **dois anos**, a partir da data da compra ou da última amortização
- E QUEM OPTOU PELO SAQUE-ANIVERSÁRIO?**
- A **adesão** ao **saque-aniversário** não impede o trabalhador de sacar o FGTS

para comprar a **casa própria**

- O saque para a compra da casa própria é limitado ao valor disponível na conta vinculada do FGTS
- O saque-aniversário só permite retirar parte do dinheiro. O restante pode ser sacado com o pagamento de uma parcela adicional, o que garante que parte ainda estará disponível para financiar o imóvel
- QUAL A DOCUMENTAÇÃO PARA SACAR O FGTS NA COMPRA DA CASA?**
- Carteira de trabalho, comprovante de residência (conta de água ou luz), certidão de nascimento ou casamento, carteira de identidade, CPF, extrato da conta do FGTS
- Se for trabalhador avulso, declaração do órgão gestor da mão de obra ou do sindicato
- Declaração de IR da Pessoa Física. No caso de trabalhador casado ou em união estável, apresentar a declaração dos dois

- Certidão de matrícula do imóvel a ser comprado
- Cópia do IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano)

COMO O FGTS É LIBERADO?

- O saque imobiliário é feito ao assinar o contrato de financiamento
- O trabalhador que deseja

O FGTS é uma espécie de poupança compulsória criada para que o trabalhador tenha uma reserva de dinheiro em caso de desemprego, doença grave, aposentadoria e aquisição de um imóvel residencial. Todo mês, o empregador deposita 8% do salário em conta aberta na Caixa em nome do trabalhador contratado por meio da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O saldo é corrigido com atualização mensal e juros de 3% ao ano. A correção está em debate no Supremo Tribunal Federal. Desde 2017, o trabalhador com saldo positivo na conta do FGTS recebe também parte do lucro do ano anterior. O pagamento é feito até o dia 31 de agosto de cada ano, para quem tinha saldo no dia 31 de dezembro do ano-base. Enquanto permanecer empregado sob o regime da CLT, o profissional continuará a receber os depósitos do empregador. A cada 24 meses, é possível usar de novo os valores do fundo para abater uma parte do saldo devedor. O trabalhador pode ainda usar o FGTS para diminuir em até 80% o valor das prestações por 12 meses consecutivos. Por exemplo, a parcela do financiamento é de

R\$ 1.000, e o saldo do FGTS, de R\$ 10 mil. O fundo vai cobrir R\$ 833 por mês e o trabalhador pagará R\$ 167 de prestação durante um ano. Miguel José Ribeiro de Oliveira, diretor da Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade), recomenda usar 100% do saldo do FGTS sempre que possível, seja na entrada ou na hora de amortizar o saldo devedor para pagar menos juros. “Os juros imobiliários são maiores do que os juros e dividendos recebidos no FGTS. Não tem sentido deixar um dinheiro lá que rende menos do que você está pagando no financiamento”, diz. “Entretanto, é bom lembrar que o Fundo de Garantia é uma reserva estratégica obrigatória para você fazer frente a um momento em que você perdeu o emprego, para se recolocar no mercado”, afirma Oliveira. “Tem que avaliar que isso é o lado positivo de antecipar: você economiza no custo do financiamento, de um lado, e de outro lado, se você usa a grande parte do valor, significa dizer que se você perdeu o emprego lá na frente, vai fazer falta, mas eu diria que a melhor opção sempre vai ser reduzir o saldo devedor.”

- usar o FGTS para comprar o imóvel deve acessar o aplicativo Meu FGTS e autorizar o agente financeiro a consultar o saldo disponível
- Depois, deve apresentar a documentação ao banco ou outro agente financeiro onde está contratando o financiamento
- Esse agente comunicará a decisão à Caixa, que irá liberar o valor
- A autorização de saque é válida por 90 dias
- Quando autorizado, o valor é repassado ao agente financeiro, sem passar pela conta do trabalhador

PODE USAR O FGTS NA COMPRA DE IMÓVEL USADO?

- Os recursos do FGTS podem ser utilizados para compra de imóvel novo, usado ou ainda para construção em terreno próprio e para aquisição de terreno e construção, desde que atendidas as condições do fundo

COMO USAR O FGTS NO CONSÓRCIO IMOBILIÁRIO?

- O saldo do FGTS do trabalhador pode ser usado no consórcio, via **oferta de lance** para obtenção da carta de crédito ou **complementação do valor da carta** de crédito obtida para compra de imóvel residencial construído ou na planta

- O saldo da conta do FGTS também pode ser usado para amortizar, liquidar saldo devedor e pagar parte das prestações adquiridas em sistemas imobiliários de consórcio
- O limite de saque do FGTS a ser usado na amortização ou liquidação deverá ser igual ao valor da carta de crédito
- A administradora do consórcio deve estar autorizada a operar pelo BC; é possível consultar em www.bcb.gov.br
- A cota de consórcio deverá estar em nome do titular da conta vinculada a ser utilizada
- O titular da conta não poderá ser detentor de financiamento ativo do SFH em qualquer parte do território nacional, na data de aquisição do imóvel
- O imóvel deve ser residencial urbano e estar registrado no cartório competente em nome do titular da conta

- O valor máximo de avaliação do imóvel, na data da aquisição, não pode exceder o limite das operações do SFH
- O saque da conta vinculada será em parcela única e o valor debitado será usado em 12 parcelas mensais, exceto quando o prazo remanescente for inferior ao número de parcelas

FGTS
FUTURO

JÁ É UMA
REALIDADE
NA MRV.

MAIS FACILIDADE
PARA VOCÊ COMPRAR
SEU APÊ AGORA!

FAÇA UMA
SIMULAÇÃO

0800 728 9000

Consulte condições de financiamento e/ou as condições do subsídio dentro do seu perfil com um de nossos corretores. Perspectiva artística.

mercado

Fazendas solares e usinas reversíveis

Hidrelétricas que bombeiam água de volta para cima funcionam como baterias

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Fazenda solar evoca um lugar onde consumidores de eletricidade se consorciam para “plantar” e compartilhar placas fotovoltaicas capazes de produzir eletricidade limpa, renovável e barata. Energia que, embora gerada remotamente, goza dos benefícios da geração distribuída, originalmente concebidos para estimular a produção de energia no local do consumo.

Todos os usuários de geração distribuída, na forma local ou remota, puxam energia da rede elétrica quando neces-

sário. A desconexão seria impossível na forma remota. Na forma local sim, seria possível. Porém, é tão caro instalar baterias para uso à noite ou num dia nublado que ninguém faz isso.

Anos atrás, quando os te- lhados com placas fotovoltaicas eram raros e caros, a Aneel adotou a regra do “net metering”, que também se aplica às fazendas solares. Funciona assim: quando a placa gera mais eletricidade do que o consumo, o consumidor exporta para a rede. E vice-versa. A

conta de luz considera apenas o consumo “líquido”.

Por exemplo, se a energia mensal importada da rede for 300 kWh, e a exportada, de 200 kWh, o consumidor só paga 100 kWh à distribuidora. No exemplo, a redução de 2/3, que só deveria ser aplicada ao custo de geração, é na realidade aplicada a todas as parcelas que somadas resultam na “conta de luz” (geração + transmissão + distribuição + encargos + tributos).

Como o custo das instalações de transmissão e distribuição

necessárias para prover o consumidor com 300 kWh (não 100 kWh) continua a existir, a conta de luz dos consumidores comuns, sem instalações fotovoltaicas em suas residências e sem participação em fazendas solares, é aumentada para compensar a diminuição das despesas dos que têm esses recursos. Trata-se de uma transferência de renda não apenas injusta mas também desnecessária e desproporcional.

Desnecessária porque a geração solar seria economicamente viável sem subsídio. Des-

proporcional porque, mesmo quando o consorciado recebe desconto de 20% na respectiva conta de luz, a parte do leão fica com o empreendedor da fazenda solar, que chega a conseguir taxa de retorno desalavancada superior a 20%.

Isso posto, é preciso não deixar que regras ruins empanem o papel virtuoso da fonte solar em nossa matriz elétrica. O contínuo barateamento das placas fotovoltaicas pode ocasionar uma superoferta de energia, mesmo sem subsídios, que torne desnecessário o uso de fontes fósseis para a produção de eletricidade, inclusive durante as secas. Ou seja, a emissão de gases de efeito estufa decorrente da produção de eletricidade, que no Brasil já é muito baixa —3% do total de emissões—, pode chegar a zero.

Nessa hipótese, é necessário ter uma fonte flexível para complementar a geração

solar. As usinas hidrelétricas são talhadas para isso, porque são aptas a sair do repouso à plena potência quase instantaneamente. Porém, mesmo que fossem corretamente remuneradas por esse serviço, e não são, haveria ainda uma dificuldade: bruscas flutuações de produção causam variações de vazão às vezes inaceitáveis para outros usuários de recursos hídricos.

Já as usinas hidrelétricas reversíveis a ciclo fechado não têm esse problema, porque dependem apenas do vaivém da água entre o reservatório superior e o inferior, como se fosse um elevador. Quando há excesso de energia solar, a água é bombeada do reservatório inferior para o superior. Ao revés, nos períodos sem insolação, a água despenca do reservatório superior para o inferior, passando por uma turbina para produzir energia.

Despesas socioambientais de Itaipu dispararam em 2023

Gasto é controverso, por obrigar consumidor a financiá-lo via conta de luz

Alexa Salomão

SÃO PAULO As despesas gerais e administrativas da Itaipu Binacional registraram aumento de 66% no ano passado em relação a 2022. O destaque foram os desembolsos voltados a projetos socioambientais, com alta de 82%.

A demonstração financeira do quarto trimestre, que consolida os resultados de 2023, mostra que a despesa total de usina subiu de US\$ 1,8 bilhão para US\$ 2,65 bilhões. Pela cotação do dólar nesta terça (30), um aumento de R\$ 9,3 bilhões para R\$ 13,7 bilhões.

No geral, quando a usina gera mais energia, como no ano passado, alguns custos podem subir, como o valor pago por royalties, o que explicaria parte da alta. Mas despertou atenção o avanço das despesas gerais e administrativas.

Esse grupo passou de pouco mais de US\$ 1 bilhão para US\$ 1,68 bilhão. Ou seja, de R\$ 5,25 bilhões para R\$ 8,7 bilhões pela conversão cambial. “É um aumento muito expressivo”, diz Ângela Gomes, diretora técnica da consultoria PSR, especializada em energia.

Despesas gerais e administrativas incluem dois tipos de gastos. Um inclui operação, manutenção e administração da usina, que abarcam gastos para o funcionamento da hi-



A barragem de Itaipu, no rio Paraná Caio Coronel/Divulgação/Itaipu

drelétrica e pessoal, como salário, previdência e benefícios.

Esse é um tipo de custo que cresce, mas sem sobressaltos. Mas, no ano passado, teve adicional de US\$ 255 milhões, ou seja, aumento de R\$ 1,3 bilhão.

A maior alta nessas despesas ficou por conta dos programas socioambientais. Trata-se de um gasto controverso, questionado por especialistas porque obriga o consumidor de energia a financiar gastos públicos —entre eles

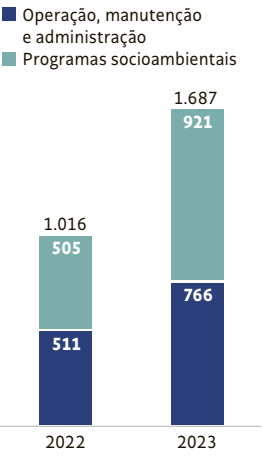
obras, como estradas, pontes e pistas de aeroportos— via cobrança na conta de luz.

Os beneficiados são o Paraguai e, do lado de cá da fronteira, o Paraná e 35 municípios de Mato Grosso do Sul.

Esse gasto, cujo montante fica a critérios dos governos de Brasil e do país vizinho, praticamente dobrou. O acréscimo foi de US\$ 416 milhões, ou seja, um extra de R\$ 2,15 bilhões. O gasto saiu de US\$ 505 milhões em 2022 para fechar

Despesas gerais e administrativas de Itaipu

Em US\$ milhões



Fonte: Itaipu

o ano passado em US\$ 921 milhões (de R\$ 2,6 bilhões para R\$ 4,76 bilhões).

O valor do aumento veio em linha com o projetado pela PSR, e reforçou a percepção de que Itaipu transformou em novos custos a maior parte da economia obtida com o fim do pagamento da dívida pela construção da usina.

Até 2021, a dívida ficava na casa de US\$ 2 bilhões e começou a cair, sendo quitada em 2023. A expectativa no setor

EUA apostam em transição verde contra concentração de terra

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

BLOOMBERG Os Estados Unidos estão apostando que a transição para energia limpa combinada com investimentos massivos em infraestrutura reverterá um declínio persistente nas fazendas familiares, criando novas oportunidades de receita aos produtores enquanto aumenta sua capacidade de competir no exterior.

Mais de 500 mil fazendas em todo o campo americano desapareceram ao longo das últimas quatro décadas, após políticas favorecerem sua consolidação.

Se o peso industrial resultante fortaleceu o status dos EUA como gigante agrícola, causou estragos em pequenos e médios produtores e nas economias rurais que dependem deles.

Mas um renascimento está em curso, segundo o secretário de Agricultura dos EUA, Tom Vilsack. “Precisamos mudar a direção, caso contrário, em 40 anos estaremos dizendo que perdemos mais 500 milhões de acres”, disse à Bloomberg.

A pasta está dedicando dezenas de bilhões de dólares para promover práticas agrícolas amigáveis ao clima, à medida que o mundo corre para descarbonizar, lidando com tudo, desde fertilizantes até métodos de pastagem.

O objetivo é reduzir as emissões de gases de efeito estufa da agricultura e tornar os produtores elegíveis em mercados potencialmente lucrativos, como o combustível de aviação sustentável (SAF, em inglês).

As iniciativas permitem que as fazendas lucrem monetizando seu excedente de eletricidade renovável, além de ajudá-las a acessar novos mercados para vender.

O USDA (Departamento de Agricultura dos EUA, na sigla em inglês) também está dedicando fundos para criar oportunidades de exportação mais robustas para os produtores dos EUA em regiões como África, Sudeste Asiático e América Latina.

A oportunidade de lucrar vendendo mais nos sistemas alimentares locais e regionais é significativa. Mas é incerto se os agricultores dos EUA podem reduzir sua pegada de carbono rápido o suficiente para serem competitivos com grãos e oleaginosas de outros países.



Rui Costa rebate informação de que usina é a mais cara

O ministro Rui Costa (Casa Civil) negou, nesta terça (30), que a energia de Itaipu seja a mais cara das grandes hidrelétricas. No domingo (28), reportagem da **Folha** com dados da Frente Nacional de Consumidores de Energia mostrou que o custo de geração de Itaipu é o mais alto. A usina refutou a informação nosite. “Itaipu soltou uma nota, eu li a nota, e ela nem é a mais barata de usinas do perfil dela nem de longe é a mais cara”, disse Costa. Itaipu apresentou estimativas para 2024. “O valor cobrado dos consumidores das 31 distribuidoras cotistas, localizadas nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, pela energia da usina hidrelétrica de Itaipu em 2024, é de R\$ 204,95/MWh”, diz o texto. Segundo a Frente, a tarifa de Itaipu para as distribuidoras em 2023 foi de R\$ 294.

COMUNICADO

A Claro S/A, prestadora do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), comunica a extinção dos Planos Alternativos de Serviços abaixo indicados, em 1º/8/2024, bem como de suas promoções e ofertas correspondentes:

NÚMERO DOS PLANOS DE SERVIÇOS (ANATEL)			
NOMES COMERCIAIS DAS PROMOÇÕES VINCULADAS AOS PLANOS DE SERVIÇOS	SERVIÇO LOCAL	SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA NACIONAL	SERVIÇO LONGA DISTÂNCIA INTERNACIONAL
VIPLINE – LINHAS INDIVIDUAIS	35	94	95
FALE SIMPLES	36	98	131
FALE ECONÔMICO	63	96	129
FALE MUITO	64	99	132
FALE DO SEU JEITO	68	142	143
FALE LIGHT	68	142	143
FALE PRÁTICO	68	223	143
FALE LIGHT	87	206	143
FALE SIMPLES	88	208	131
FALE MUITO	89	210	132
NET FONE VIA EMBRATEL “FALE ILIMITADO”	90	222	143
NET EMPRESAS ECONÔMICO	93	236	237
FALE ESSENCIAL	108	142	143
NET FONE LOCAL ESPECIAL	109	142	143
NET FONE LOCAL ON NET	113	142	143
ILIMITADO: ILIMITADO LOCAL	115	224	237
NET EMPRESAS FIXO II	118	233	232
NET EMPRESAS FIXO III	119	233	232

De acordo com o Art. 48 do Regulamento do Serviço Telefônico Fixo Comutado, o usuário pode solicitar, ao final da vigência do plano (31/7/2024), sem ônus, a transferência para outro plano de serviços ou a rescisão do respectivo contrato de prestação de STFC. A Claro realizará a migração dos usuários afetados para as ofertas dos Planos Alternativos Ilimitado Brasil Total (PAS 115LC) e Ilimitado Mundo Total (PAS 188LC), para aqueles que não solicitarem proativamente a transferência para outros planos ou que não solicitarem a rescisão de sua contratação antes do encerramento dos planos informados. Esclarecimentos adicionais podem ser obtidos pelo SAC: 10621.



LEILÃO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Juscep 1213, torna público que no dia 06 e 07/05/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.
Acesso:
www.rivaldodantaleiloes.com.br

LEILÃO ON LINE
Sheila Souto F dos Santos Juscep 1213, torna público que no dia 15/05/2024 às 19:00h Leilão On Line de moedas, células, selos, medalhas antigas.
Acesso:
www.anaaquinoileiloes.com.br

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IARAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 032/2024
OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o registro de preços para a Contratação de Empresa para o Fornecimento de Gases Medicinais e Extensores para Cateter de Oxigênio e Locação de Reguladores de Pressão, Fluxômetros e Cilindros de Oxigênio, para Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo A e B. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 15/05/2024 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EP/ EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** Bolsa de Licitações do Brasil: www.bll.org.br
IARAS, 30 DE ABRIL DE 2024.
MARCOS JOSÉ ROSA - PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE IARAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 022/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 033/2024
OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o registro de preços para a Aquisição de 2.600 (duas mil e seiscentas) Cestas Básicas, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo A e B. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 20/05/2024 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EP/ EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** Bolsa de Licitações do Brasil: www.bll.org.br
IARAS, 30 DE ABRIL DE 2024.
MARCOS JOSÉ ROSA - PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS

PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO DO PINHAL
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO
Encontra-se aberto nesta Prefeitura a **CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 0012.024**, OBJETIVANDO a construção de uma Creche Escola, no JARDIM SÃO MANOEL, ESPÍRITO SANTO DO PINHAL. **Reccebimento das Propostas:** das 10:00 horas do dia 02/05/2024 até às 09:00 horas do dia 02/05/2024. **Início da Sessão de disputa de Preços:** às 09:05 horas do dia 20/05/2024. **Esclarecimentos e Impugnações:** até às 17:00 horas do dia 15/05/2024. O Edital estará à disposição a partir do dia 02/05/2024, pela INTERNET www.pinhalsp.gov.br ou pelo e-mail: compras@pinhalsp.gov.br ou de segunda à sexta-feira, das 08:00 às 15:00 horas junto ao Setor de Compras e Licitações da Prefeitura, sito à Avenida Hélio Vergueiro Leite, s/nº, Jardim Universal I - Bloco G-39, nesta. Quaisquer informações poderão ser obtidas pelo telefone (19)3651-9699 ou pelo e-mail: compras@pinhalsp.gov.br.
Espírito Santo do Pinhal/SP, 30 de abril de 2024.
LILIAN MARIA BRUNO DE ALMEIDA REZENDE DA JUNHA - DIRETORA - DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO
Valor da Publicação R\$ 160,00.

MUNICÍPIO DE CATANDUVA – SP
AVISO DE REABERTURA DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 054/2024 – Objeto: Registro de Preços para aquisição de Equipamentos de diversos tipos, originais e fabricantes, para aquisição futura e eventual de acordo com a confissão de interesse e especificações descritas no Termo de Referência, Anexo I deste edital. **LIMITE DE ACOLHIMENTO DAS PROPOSTAS:** ATÉ O DIA 15/05/2024 ÀS 08:30 HORAS. **DATA E HORA DO PREGÃO:** DIA 15/05/2024 ÀS 09:00 HORAS. O edital completo encontra-se disponível: Bolsa de Licitações e Leilões do Brasil (www.bll.org.br); e site do Município www.catanduva.sp.gov.br – link: <http://www.catanduva.sp.gov.br/contratacoes-publicas-portal-transparencia/>. Informações: Prefeitura do Município de Catanduva – Divisão de Licitações e Contratos – 5º Andar, sito à Praça Costa Matarazzo, 01 – Centro – Catanduva-SP ou, através do e-mail: licitacao.edital@catanduva.sp.gov.br. Catanduva, 30 de abril de 2024. Ozório Ar. Moraes – Pregoeiro.

Município da Estância Turística de Pirajua
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 08/2024
Objeto: contratação de empresa para fornecimento parcelado de leite integral longa vida UHT destinado à Merenda Escolar e ao Departamento de Ação Social.
Data da sessão: 14 de maio de 2024, às 09h.
Edital disponível em <https://www.estanciaturisticapiraju.sp.gov.br/licitacoes/editais>. <https://www.bll.org.br> (acesso público) e <https://www.gov.br/pncp/pl-br/>.
Local: Bolsa de Licitações e Leilões – BLL.
Mais informações: Setor de Licitações da Prefeitura – Praça Ataliba Leonel, 173, Centro, (14) 3305-9006 – licitacao@estanciaturisticapiraju.sp.gov.br.
Município da Estância Turística de Pirajua/SP, 29 de abril de 2024.
José Maria Costa - PREFEITO MUNICIPAL

COSAN S.A.
Companhia Aberta - CNPJ nº 50.745.577/0001-15
NIRE 35.300.177.045 | Código CVM 19836
Edital de Convocação para a Assembleia Geral Extraordinária a ser Realizada em 29 de maio de 2024
O Conselho de Administração da **COSAN S.A.**, sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 4.100, 16º andar, Sala 01, Itaim Bibi, CEP 04538-132, NIRE 35.300.177.045, e inscrita no CNPJ/MF sob o nº 50.745.577/0001-15, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta, categoria "A", sob o código 19836 ("Companhia", venha presente, nos termos do artigo 124 da Lei nº 6.404/76, e da Resolução CVM nº 81/22 ("RCVM 81/22", convocar os(as) Acionistas da Companhia para reunirem-se em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral", a ser realizada no dia 29 de maio de 2024, às 09 horas, de forma digital, para discutir e votar a respeito das seguintes matérias: (i) Deliberar sobre as contas dos administradores, relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, do parecer do Conselho Fiscal e do parecer do Comitê de Auditoria Estatutário referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023; (ii) Deliberar sobre a proposta de destinação do resultado da Administração relativa ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) Fixar a remuneração global anual dos administradores e dos membros do Conselho Fiscal, para o exercício social de 2024; (iv) Deliberar sobre o aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 150.000.000,00, sem a emissão de novas ações, mediante a conversão de parte do saldo existente na conta de Reserva Estatutária, alterando consequentemente o caput do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (v) Deliberar sobre a alteração do parágrafo 2º e inclusão do parágrafo 6º do artigo 16, do Estatuto Social da Companhia, para atribuir ao Conselho de Administração a responsabilidade pela indicação do Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração; e (vi) Deliberar sobre a alteração do artigo 21, inciso (xxii), do Estatuto Social da Companhia, para atribuir ao Comitê de Pessoas a responsabilidade pela remuneração individual dos membros do Comitê de Auditoria e (vii) Consolidação e Estatuto Social da Companhia. **Informações Gerais:** Para facilitar o acesso dos(as) Acionistas na Assembleia Geral, bem como a isonomia na participação por todos, a Companhia informa que realizará a Assembleia Geral de modo exclusivamente digital, nos termos da RCVM 81/22, cujas regras de participação encontram-se na Proposta da Administração da Assembleia Geral. Os documentos e informações relativos à matéria a ser deliberada na Assembleia Geral encontram-se à disposição dos(as) Acionistas na sede social da Companhia, em sua página (www.cosan.com.br) e em suas páginas da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br/pl-br/>). A Companhia disponibilizará um sistema eletrônico de participação remota que permitirá que os(as) Acionistas participem da Assembleia Geral. Para participar da Assembleia Geral, os(as) Acionistas, que documentos relacionados abaixo, de acordo com a forma de participação escolhida pelo(a) Acionista, que poderá optar por participar (i) por meio da plataforma eletrônica Ten Meetings ("Plataforma Digital" ou "Ten Meetings"), pessoalmente ou por meio de procurador, conforme detalhado abaixo; ou (ii) por meio de envio do Boletim de Voto a Distância, nos termos da Resolução CVM 81/22. Conforme dispõe o artigo 5º, § 3º, da RCVM 81/22, a Assembleia Geral será considerada como realizada na sede social da Companhia. A Companhia observa que não haverá a possibilidade de comparecer fisicamente à Assembleia Geral, uma vez que a Assembleia será realizada exclusivamente de forma digital. **Orientação para Participação via Sistema de Participação Remota:** A Plataforma Digital estará disponível para acesso a partir das 08h30 do dia 29 de maio de 2024. Para participar remotamente por meio da plataforma digital, o(a) Acionista deve seguir as seguintes etapas: 1. Acessar o link <https://assembleia.ten.com.br/736643256>; 2. Preencher seu Cadastro; 3. Após a aprovação, o(a) Acionista receberá um e-mail confirmando sua participação e poderá acessar a plataforma com e-mail e senha previamente cadastrados; 4. No caso de procurador(o), o representante do Acionista deve, antes de acessar a plataforma, apresentar ao Acionista documentos necessários; 5. O cadastro deve ser feito até 2 (dois) dias antes da Assembleia, ou seja, até 27/05/2024; 6. Após o cadastro, o(a) Acionista receberá instruções, login e senha por e-mail. Se não receber 24 (vinte e quatro) horas antes da Assembleia, entre em contato com a área de Relações com Investidores da Cosan pelo e-mail Cosan.AGE2024@cosan.com. Ao fazer o cadastro, o(a) Acionista deve certificar-se que está fornecendo os seus dados completos, incluindo nome, CPF ou CNPJ, telefone e endereço de e-mail, e apresentando os documentos necessários para participar da Assembleia, conforme abaixo:

Documentação a ser encaminhada juntamente com o Boletim de Voto*	Pessoa Física	Pessoa Jurídica	Fundo de Investimento
CPF e Documento de Identidade com foto do(a) acionista ou de seu(sua) representante legal	X	X	X
Contrato Social, ou Estatuto Social consolidado e atualizado	X	X	X
Documento que comprove os poderes de representação	-	X	X
Regulamento consolidado e atualizado do fundo*	-	-	X

* Documentos de Identidade aceitos: RG, RNE, CNH, Passaporte e carteira de registro profissional oficialmente reconhecida. * Para fundos de investimentos, documentos do gestor e/ou administrador, observada a política de voto. * A Companhia não exige cópias autenticadas, aceitando documentos por protocolo digital. A tradução não é necessária para documentos em português, inglês ou espanhol. Acionistas habilitados(as) devem comprometer-se a usar a plataforma apenas para participação remota, não compartilhando convites e não gravando ou reproduzindo a Assembleia. Para acessar a plataforma, o(a) Acionista precisa de um computador com câmera e áudio, conexão à internet de 1mb e navegador compatível. O(A) Acionista deve desconectar a câmera e/ou o áudio, antes de iniciar a participação por áudio, com câmeras desligadas. Manifestações de voto devem ser feitas na plataforma e instruções serão fornecidas na Assembleia. Se o(a) Acionista enviou um boletim de voto a distância e deseja votar durante a Assembleia, as instruções anteriores serão desconsideadas. Será de responsabilidade exclusiva do(a) Acionista assegurar a compatibilidade de seus equipamentos com a utilização da Plataforma Digital e com o acesso à teleconferência. A Companhia não se responsabilizará por quaisquer dificuldades de visualização ou manutenção de conexão e de utilização da Plataforma Digital que não estejam sob controle da Companhia. Orientações para participação na Assembleia via Boletim de Voto a Distância: Os(as) Acionistas podem votar a distância por meio do boletim de voto (BVD ou Boletim) disponibilizados pela Companhia, acessíveis em sua site (www.cosan.com.br), bem como nos sites da CVM (<http://www.cvm.gov.br>) e da B3 (<http://www.b3.com.br/pl-br/>). Existem duas opções para enviar o BVD: A. No envio direto à Companhia, o(a) Acionista deve: * Preencher o Boletim corretamente, assinando a última página; * Enviar uma cópia do Boletim, com todas as páginas rubricadas, juntamente com um documento de identificação válido para o e-mail Cosan.AGE2024@cosan.com; ou a Companhia receberá esses documentos até 22/05/2024 (inclusive). Boletins recebidos após essa data não serão considerados válidos; * Caso haja necessidade de retificação ou reenvio do boletim e/ou documentos que o(a) acompanham pelo(s) As. Acionista, o mesmo deve ser feito até 22/05/2024, nos termos do Artigo 46 da RCVM 81/22. B. No envio por meio dos prestadores de serviço: * O(A) Acionista pode escolher enviar instruções de voto através de agentes de custódia ou intermediários que oferecem serviços de coleta e transmissão dessas instruções, desde que cumpram os prazos definidos anteriormente. * Agentes de custódia e intermediários verificarão suas instruções, mas não determinarão se você é elegível para votar, isso é responsabilidade do Acionista. * Se o Acionista quiser esteverem no sistema de escrutinção, você pode enviar instruções de voto por meio do site Itaú Assembleia Digital, exigindo cadastro e certificado digital. Detalhes sobre isso estão no seguinte site: <https://assembleiadigital.certificadigital.com/tausecuritieservices/artigo/home/assembleia-digital>. Para informações adicionais sobre como enviar instruções de voto via Boletim, entre em contato com seus agentes de custódia e com a Itaú Corretora de Valores S.A. Eles fornecerão orientações sobre os procedimentos e documentos necessários, bem como os prazos aplicáveis. Se você tiver ações em custódia e em escrutinção ou em várias instituições custodiantes, suas instruções de voto devem ser enviadas apenas a uma instituição, com base na quantidade total de ações de sua titularidade. De acordo com a RCVM 81/22, instruções de voto divergentes sobre a mesma decisão, emitidas pelo(a) mesmo(a) acionista (com base no número de CPF ou CNPJ/MF), serão ignoradas.
São Paulo, 29 de abril de 2024
Rubens Ometto Silveira Mello
Presidente do Conselho de Administração

SPVias - Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A.
CNPJ nº 03.497.700/001-40
Autorização Ambiental
SP Vias - Concessionária Rodovias Integradas do Oeste S.A., inscrita sob CNPJ nº 03.497.700/001-40 torna público que requereu à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente de Tatuí-SP uma Autorização Ambiental, para supressão de 04 árvores isoladas, no imóvel situado no Endereço Rodovia Antônio Romano Schincazi (SP 127), Km 113+190, no município de Tatuí-SP conforme Processo Ambiental nº AA 298/2024. E declara aberto o prazo de 15 dias para manifestação escrita, endereçada à SAMA.

AVISO DE ABERTURA
Encontra-se aberto no Penitenciária "CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA" de Itai, PREGÃO ELETRÔNICO número 90005/2024, destinado a Aquisição de Gêneros Alimentícios do tipo Estocáveis (arroz e feijão) para o período de Maio a Agosto de 2024, do tipo MENOR PREÇO. A realização da sessão pública será na data 14/05/2024, às 09h00, no correio eletrônico: www.comprasnet.gov.br. O Edital estará disponível em sua íntegra para leitura e impressão no correio eletrônico: www.gov.br/pncp, seção CONTRATAÇÕES > EDITAIS E AVISOS DE CONTRATAÇÕES, podendo ainda ser consultado junto à esta Penitenciária "CABO PM MARCELO PIRES DA SILVA" de Itai.

MUNICÍPIO DE REGINÓPOLIS
AVISO DE LICITAÇÃO CONCORRÊNCIA Nº 001/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 030/2024
O Departamento de Licitações e Contratos torna público que, na data, horário e local, abaixo assinalados fará realizar licitação na modalidade CONCORRÊNCIA, com critério de julgamento pelo MENOR PREÇO GLOBAL, em conformidade com a Lei Federal nº 14.133/21 e respectivas alterações e atualizações. Objeto: Contratação de Empresa Especializada para realização de Infraestrutura Urbana – Pavimentação e Recapeamento Asfáltico em CBUQ, no Município de Reginópolis/SP. Tipo de licitação: MENOR PREÇO GLOBAL. Data de realização: 20 de maio de 2024 às 09:00 horas. **LOCAL: DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**, localizado na Rua Abraão Ramos nº 327 – Centro – Reginópolis/SP. Local para retirada do Edital: <http://www.reginopolis.sp.gov.br> no link "Editais e Licitações e Contratos". O interessado poderá obter as propostas por meio do telefone (14) 3589-9200 ou pelo e-mail licitacao@reginopolis.sp.gov.br.
Reginópolis, 30 de abril de 2024.
Ronaldo da Silva Correa - Prefeito Municipal

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE IARAS
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 034/2024
OBJETO: A presente licitação tem por objeto, o registro de preços para a Aquisição de Bueiro, para a Secretaria Municipal de Transporte, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que integra este Edital como Anexo I. **DATA E HORA DA SESSÃO PÚBLICA:** 21/05/2024 às 09h00 (horário de Brasília). **CRITÉRIO DE JULGAMENTO:** Menor preço. **MODO DE DISPUTA:** Aberto. **AMOSTRA:** Não. **PREFERÊNCIA ME/EP/ EQUIPARADAS:** Sim. **LINK:** Bolsa de Licitações do Brasil: www.bll.org.br
IARAS, 30 DE ABRIL DE 2024.
MARCOS JOSÉ ROSA - PREFEITO MUNICIPAL DE IARAS

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Avviso de Edital - Pregão Presencial nº 05/2024
"Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de luvax de procedimento, máscaras, avental e álcool 70%".
Acha-se publicado na Universidade de Taubaté (Autarquia Municipal), o Pregão Presencial nº 05/2024, nos termos do Edital. O início do atendimento será às 09h00 do dia 16 de maio de 2024. O Edital completo poderá ser retirado junto ao Serviço de Licitações e Compras da Universidade de Taubaté, sito à Avenida Nove de Julho, 246 – Taubaté – SP, das 8h30 às 11h30min e das 14h às 17h30min, mediante o pagamento da taxa de R\$ 10,00 (dez reais) ou gratuitamente pelo site desta Universidade, www.unitau.br, e pela plataforma eletrônica do Compras BR, www.comprasbr.com.br. Outras informações pelos telefones: (0xx12) 3632-8362/3625-4117. **Lara Uemori - Pregoeira**
Avviso de Edital - Pregão Presencial nº 06/2024
"Registro de Preços para Eventual e Futura Aquisição de materiais e produtos para uso na manutenção das piscinas do Campus Bom Conselho e Clínica de Fisioterapia".
Acha-se publicado na Universidade de Taubaté (Autarquia Municipal), o Pregão Presencial nº 06/2024, nos termos do Edital. O início do atendimento será às 14h30 do dia 16 de maio de 2024. O Edital completo poderá ser retirado junto ao Serviço de Licitações e Compras da Universidade de Taubaté, sito à Avenida Nove de Julho, 246 – Taubaté – SP, das 8h30 às 11h30min e das 14h às 17h30min, mediante o pagamento da taxa de R\$ 10,00 (dez reais) ou gratuitamente pelo site desta Universidade, www.unitau.br, e pela plataforma eletrônica do Compras BR, www.comprasbr.com.br. Outras informações pelos telefones: (0xx12) 3632-8362/3625-4117. **Lara Uemori - Pregoeira**

Edital de Citação. Processo Digital nº: 0023094-77.2010.8.26.0114. Classe: Assunto: Usucapião – Usucapião/Extraordinária Requerente: Gilson Braga Geraldo Requeirido: Anetta Romana Sliene e outro, e outro. Edital de Citação. Prazo de 20 dias. Processo nº0023094-77.2010.8.26.0114. O MM. Juiz de Direito da 5ª Vara Civil, do Foro de Campinas, Estado de São Paulo, por meio do Oficial de Justiça, Dr. Paulo Cesar Batista dos Santos, na forma da Lei, etc. Faz saber aos(s) réus ausentes, acionados e demais interessados, cônjuges nas sucessões, bem como terceiros, Anetta Romana Sliene, seu marido Denis Sliene e outros, todos identificados nos autos, bem como ausentes: Carlos Roberto de Souza (RG14468065-SP, CPF 778920988-15, sua mulher, Maria Auxiliadora das Graças (RG) 93870367-30 e outros) Imobiliária, devidamente identificado, descreito e qualificado, que foi proposta Ação de Usucapião Extraordinária por parte de **Gilson Braga Geraldo, qualificado nos autos do Processo em epígrafe, objetivando a Declaração do Domínio sobre o Lote de Terreno sob nº 11 – Quadra 2 – Quarteirão 03931-2 do Jardim Centenario, com área total de 254,80 metros quadrados, confrontando com os Lotes nºs 06,07, 12 e 10, neste Subdistrito e 3º Circunscrição Imobiliária, devidamente identificado, descreito e caracterizado na Transcrição nº50.229, Livro FAF, Fls.059, Cadastro na Municipalidade local sob nºs 03-041447900, CC nº 344-243, 18.0590-0000, pelo CD. De Contribuinte, alegando, em síntese: ser legítimo e autônomo possuidor do referido Lote de terreno, de forma plena, mansa, ininterupta e pacífica, sem oposição de terceiros, por tempo superior a 15 (quinze) anos, agindo como de dono fosse. Encontrando-se os réus ausentes, incertos e desconhecidos, bem como terceiros, em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o curso do prazo do presente edital, apresente resposta, sob pena de não o fazendo, se nem aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor na inicial. E para que no futuro não se alegue ignorância, expediu-se este edital que será publicado e afixado na forma da lei. Nada mais. **Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campinas/SP, aos 26 de março de 2024. Documento Assinado Digitalmente nos Termos da Lei 11.418/2006.** Conforme Impressão a margem Direita**

USUCAPIÃO (49) Nº 0001090-92.2013.4.03.6155 - 1ª Vara Federal de Caraguatubá AUTOR: WANDERLEI SOUZA CRUZ, ARAUJO DA FONSECA BARREIRA CRUZ Advogados do(a) AUTOR: ADHEIRO JOSE MORENO - SP32059, MARCIO CESAR FIGUEIREDO - SP156686 REU: UNIAO FEDERAL, ALBERT SALEM, EGIDIO PERENA, REUS EM LUGAR INCERTO E DEJAIAS INTERESSEDAIS, ANGELO CONDENSETO, LUIZ CESAR BATISTA DOS SANTOS, na forma da Lei, etc. Faz saber aos(s) réus ausentes, acionados e demais interessados, cônjuges nas sucessões, bem como terceiros, Anetta Romana Sliene, seu marido Denis Sliene e outros, todos identificados nos autos, bem como ausentes: Carlos Roberto de Souza (RG14468065-SP, CPF 778920988-15, sua mulher, Maria Auxiliadora das Graças (RG) 93870367-30 e outros) Imobiliária, devidamente identificado, descreito e qualificado, que foi proposta Ação de Usucapião Extraordinária por parte de **Gilson Braga Geraldo**, qualificado nos autos do Processo em epígrafe, objetivando a Declaração do Domínio sobre o Lote de Terreno sob nº 11 – Quadra 2 – Quarteirão 03931-2 do Jardim Centenario, com área total de 254,80 metros quadrados, confrontando com os Lotes nºs 06,07, 12 e 10, neste Subdistrito e 3º Circunscrição Imobiliária, devidamente identificado, descreito e caracterizado na Transcrição nº50.229, Livro FAF, Fls.059, Cadastro na Municipalidade local sob nºs 03-041447900, CC nº 344-243, 18.0590-0000, pelo CD. De Contribuinte, alegando, em síntese: ser legítimo e autônomo possuidor do referido Lote de terreno, de forma plena, mansa, ininterupta e pacífica, sem oposição de terceiros, por tempo superior a 15 (quinze) anos, agindo como de dono fosse. Encontrando-se os réus ausentes, incertos e desconhecidos, bem como terceiros, em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Citação, por Edital, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o curso do prazo do presente edital, apresente resposta, sob pena de não o fazendo, se nem aceitos como verdadeiros os fatos narrados pelo autor na inicial. E para que no futuro não se alegue ignorância, expediu-se este edital que será publicado e afixado na forma da lei. Nada mais. **Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Campinas/SP, aos 26 de março de 2024. Documento Assinado Digitalmente nos Termos da Lei 11.418/2006.** Conforme Impressão a margem Direita

UNICOOPERS – COOPERATIVA UNIFICADA DE TRANSPORTES COLETIVO URBANO DE PASSAGEIROS DE SÃO PAULO
Endereço: Avenida Giovanni Gronchi, 6195 Sala 1403 – Bairro: Vila Andrade
CEP 05724-003 – São Paulo/SP - CNPJ 05.487.069/0001-05
Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária
Em virtude do abaixo assinado recebido pelos cooperados a Diretora presidente da UNICOOPERS, no uso de suas atribuições conferidas pelo estatuto social desta cooperativa, convoca todos os cooperados em dia com suas obrigações para Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 17/05/2024 no Endereço a seguir: Av. Mario Lopes Leão, 406 - 2º Andar – Santo Amaro – São Paulo, conforme a pauta de trabalhos a seguir: 1º) Convocação; 2º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 3º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 4º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 5º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 6º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 7º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 8º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 9º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 10º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 11º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 12º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 13º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 14º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 15º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 16º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 17º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 18º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 19º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 20º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 21º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 22º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 23º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 24º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 25º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 26º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 27º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 28º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 29º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 30º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 31º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 32º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 33º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 34º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 35º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 36º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 37º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 38º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 39º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 40º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 41º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 42º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 43º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 44º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 45º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 46º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 47º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 48º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 49º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 50º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 51º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 52º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 53º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 54º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 55º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 56º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 57º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 58º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 59º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 60º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 61º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 62º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 63º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 64º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 65º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 66º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 67º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 68º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 69º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 70º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 71º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 72º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 73º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 74º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 75º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 76º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 77º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 78º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 79º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 80º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 81º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 82º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 83º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 84º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 85º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 86º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 87º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 88º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 89º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 90º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 91º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 92º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 93º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 94º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 95º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 96º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 97º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 98º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 99º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 100º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 101º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 102º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 103º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 104º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 105º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 106º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 107º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 108º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 109º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 110º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 111º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 112º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 113º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 114º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 115º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 116º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 117º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 118º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 119º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 120º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 121º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 122º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 123º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 124º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 125º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 126º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 127º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 128º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 129º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 130º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 131º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 132º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 133º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 134º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 135º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 136º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 137º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 138º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 139º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 140º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 141º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 142º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 143º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 144º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 145º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 146º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 147º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 148º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 149º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 150º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 151º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 152º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 153º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 154º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 155º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 156º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 157º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 158º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 159º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 160º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 161º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 162º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 163º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 164º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 165º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 166º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 167º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 168º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 169º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 170º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 171º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 172º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 173º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 174º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 175º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 176º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 177º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 178º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 179º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 180º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 181º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 182º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 183º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 184º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 185º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 186º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 187º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 188º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 189º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 190º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 191º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 192º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 193º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto Social; 194º) Deliberação sobre a alteração do Estatuto

agrofolha



Rastro de foguete com satélites da Starlink, na Califórnia Mario Tama - 1º.abr.24/Getty Images/AFP

Gigante de máquinas faz acordo com SpaceX para conectar o agro

Estudo aponta que somente 19% da área disponível para uso agrícola conta com cobertura 4G no Brasil

Marcelo Toledo

RIBEIRÃO PRETO Gigante mundial na fabricação de máquinas agrícolas, a John Deere anunciou um acordo com a SpaceX, de Elon Musk, para oferecer serviços de conectividade via satélite para o agronegócio no Brasil.

A medida é mais uma adotada por empresas que produzem tratores, plantadeiras e colheitadeiras para tentar diminuir o índice de áreas sem conexão na zona rural. A solução estará disponível por meio de um lançamento inicialmente limitado aos EUA e ao Brasil, a partir do quarto trimestre deste ano.

A ConectarAgro, associação que reúne empresas do agronegócio, lançou um estudo que mostra que só 19% da área disponível para uso agrícola tem cobertura 4G no país. E a própria John Deere tem outro programa, em parceria com a Claro e a Sol, empresa de tecnologia do grupo RZK, chamado Campo Conectado.

A internet no campo não é só importante para que o produtor rural e sua família possam estar conectados, mas porque todas as máquinas agrícolas modernas têm sistema de transmissão em tempo real dos dados, para que agrônomos, técnicos e funcionários das fazendas corrijam eventuais problemas que surjam nas lavouras.

Com preços de máquinas que ultrapassam os R\$ 5 milhões por unidade, não faz sentido para os produtores pagar por uma tecnologia embarcada que dificilmente será usada em sua plenitude.

A alternativa tem sido levar a máquina a um local que tenha cobertura wi-fi ou blue-tooth para baixar os dados ou levar um veículo com conexão até a máquina.

Por isso, mesmo empresas concorrentes se uniram na ConectarAgro em busca de soluções. Hoje a associação tem concorrentes como Case e New Holland, do grupo CNH, e Massey Ferguson e Valtra, da AGCO, por exemplo. Ou TIM e Vivo.

Ex-presidente da associação, Ana Andrade, diretora de assuntos governamentais da AGCO para a América do Sul, disse que as empresas estão juntas “pelo que nos une, não pelo que nos separa”.

Com 16 milhões de hectares conectados até dezembro, a

TIM projeta fechar o ano com mais de 4 milhões de hectares cobertos.

Na parceria da John Deere com a Claro, já são 12 milhões de hectares conectados, segundo a Sol, e a previsão é que mais 3 milhões de hectares estejam em operação até o final deste ano, segundo Rodrigo Bonato, diretor de Marketing da John Deere para América Latina.

A solução, diz, leva tecnologia ao meio rural sem que o produtor precise arcar com gastos de infraestrutura, feitos pelos cerca de 300 pontos de venda da rede de concessionários John Deere com a Sol. “A iniciativa torna as operações mais inteligentes e aumenta sua eficiência, consequentemente melhorando a competitividade e a sustentabilidade da produção, além de abrir portas para outros usos, como telemedicina e educação a distância, beneficiando as comunidades rurais”, disse.

Segundo Bonato, com o acordo anunciado com a SpaceX para uso da rede Starlink, produtores com desafios de conectividade rural poderão aproveitar integralmente as tecnologias de precisão.

“A parceria, pioneira, permitirá que os clientes da John Deere sejam mais produtivos, rentáveis e sustentáveis em suas operações, à medida que continuam fornecendo alimentos, combustível e fibras às suas comunidades e a uma população global em crescimento.”

A solução conectará máquinas por um serviço de internet via satélite e terminais de satélite robustos — com a internet por constelação de satélites de baixa órbita Starlink.

“Isso possibilitará a utilização de tecnologias como autonomia, compartilhamento de dados em tempo real, diagnósticos remotos, soluções aprimoradas de suporte técnico e comunicação entre máquinas, todas elas tecnologias que ajudam os agricultores a trabalhar com mais eficiência e maximizar o tempo produtivo”, disse Bonato.

Na Agrishow (Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação), em Ribeirão Preto, a John Deere disponibilizou uma prévia, na estação Lifecycle Solutions, com um terminal desenvolvido para o projeto.

No caso da ConectarAgro, a conexão usa uma antena 4G, que opera a frequência de 700 MHz. Essa frequência

ficou disponível após o desligamento gradual do sinal da TV analógica no país e as fazendas passaram a ser conectadas por meio dela em 2019.

A estimativa da associação é que 70% da zona rural brasileira é descoberta de internet.

“Por essa razão, nossa abordagem tecnológica prioriza a autonomia das máquinas, permitindo que realizem análises e ajustes em tempo real sem depender exclusivamente da conectividade”, disse Rafael Antonio Costa, diretor comercial da Fendt, há cinco anos no Brasil.

Diretor de marketing de produto da Valtra, Fabio Dotto disse que as soluções tecnológicas da fabricante foram desenvolvidas para operar de maneira independente da cobertura de internet. “Nossas máquinas são projetadas para medir variações no solo e na cultura, realizar cálculos a bordo e ajustar configurações em tempo real, sem depender exclusivamente de conectividade celular [...] A medida que avançamos em direção a máquinas autônomas, como parte do futuro da agricultura, a conectividade celular via satélite torna-se uma perspectiva promissora”, disse.

Outra gigante global, a CNH (dona de empresas como New Holland e Case) anunciou parceria com a Intelsat, operadora de redes integradas de comunicação terrestre e por satélite, para a implantação de acesso à internet por meio de um serviço robusto de comunicações por satélite.

O Brasil será o primeiro país a ter o serviço disponibilizado, a partir do segundo semestre deste ano.

Segundo a CNH, a Intelsat fornecerá acesso à internet de múltiplas órbitas para conectar equipamentos do grupo que trabalham em locais remotos e terminais de acesso satelital de fácil uso, prontos para lidar com o ambiente de uma propriedade rural.

Posteriormente, as empresas planejam expandir sua colaboração para os Estados Unidos, Austrália e outras regiões.

A conectividade, diz a CNH, é fundamental para obter ganhos de produtividade e rendimento por meio da agricultura de precisão, uma vez que as máquinas inteligentes dos agricultores das marcas do conglomerado ligam-se e coordenam-se entre si enquanto trabalham.

tec

Líder global em óculos escuros quer ser a número 1 em smart glasses

Dona da RayBan, da Oakley e da Varilux, EssilorLuxottica tem parceria com a Meta, mas também pesquisa tecnologia própria

Alex Sabino

SÃO PAULO Quando apertava a mão de Mark Zuckerberg em Milão, Leonardo Del Vecchio tinha outros planos. Em maio de 2022, o fundador do Facebook foi à Itália negociar com o presidente da EssilorLuxottica uma nova geração de smart glasses.

“É ótimo estar de volta a Milão para discutir planos de smart glasses com Leonardo Del Vecchio e a equipe da EssilorLuxottica”, publicou o dono da Meta, que controla também WhatsApp e Instagram.

A ambição de Del Vecchio era outra. O homem deixado pela mãe em um orfanato aos sete anos, que construiu uma empresa bilionária, achava que o mercado de óculos inteligentes teria de ser seu. Ele morreu pouco depois, aos 87 anos. Mas a ideia continuou viva.

Se a EssilorLuxottica é a maior fabricante de óculos de grau e de sol do mundo, por que não pode também ser a número 1 em smart glasses?

“Pode ser um caso interessante. Uma empresa com a experiência que tem, com o tamanho de mercado que domina, com a base de clientes que possui, pode, com tais atributos, conquistar mercados ainda não explorados com o atual desenvolvimento de tecnologia tanto no hardware quanto no software”, afirma José Carlos Cavalcanti, professor e fundador do Grupo de Finanças Digitais da UFPE (Universidade Federal de Pernambuco).

Assim, a EssilorLuxottica criou, em parceria com a Escola Politécnica de Milão, em 2022, um laboratório para desenvolver novas tecnologias para smart glasses. O acordo, válido até 2027, conta com 100 pesquisadores. O objetivo é combinar tecnologia digital com bioengenharia, física e inteligência artificial.

A empresa de origem italiana é parceria da Meta desde 2021 para fabricação de óculos inteligentes vendidos na loja da Ray-Ban, uma das marcas da EssilorLuxottica. Mas ela quer, como projetou Del Vecchio, andar com as próprias pernas. Todo o resto já tem: desenvolve, distribui e vende seus produtos em subsidiárias.

Fundada em 1961, em Agordo, na região italiana do Vêneto, a Luxottica tem 14 marcas de óculos e os fabrica para Chanel, Prada, Armani, Versace, Dolce & Gabbana, Burberry, Michael Kors, Bulgary, Ralph Lauren, Tiffany & Co e Valentino, entre outros.

Quando a Luxottica se fundiu com a francesa Essilor, em janeiro de 2017, nasceu a

+
MUSK DEMITE EQUIPE RESPONSÁVEL PELOS SUPERCARREGADORES DA TESLA

Elon Musk fechou a divisão da Tesla responsável pela rede de recarga Supercharger, demitiu dois executivos seniores e dispensou centenas de funcionários, dando continuidade à reestruturação da montadora em meio a uma forte queda no mercado de carros elétricos. Cerca de 500 pessoas estavam no grupo do Supercharger. O sistema da Tesla está entre as maiores redes de carregamento do mundo e foi uma das razões pelas quais a empresa desfrutou de uma dominância sobre concorrentes por tanto tempo. Embora as operações continuem, a medida levanta questões sobre o futuro desse braço. As demissões mais recentes na empresa ocorrem depois que Musk anunciou no mês passado que a fabricante de carros cortaria “mais de 10%” de sua força de trabalho total, mais de 14 mil empregos, para ser “enxuta, inovadora e faminta”.

maior empresa do setor no planeta. O faturamento no ano passado foi de € 25,4 bilhões (R\$ 138,8 bilhões na cotação atual). Abriu 30 centros de pesquisa com cerca de mil pesquisadores e tem uma rede global de distribuição.

“Entendo como um objetivo estratégico da empresa. É uma afirmação [a ideia de ser a líder em smart glasses] também com um componente de divulgação e marketing, visando o impacto. Uma das incertezas é a aceitação pelo consumidor. No passado, o Google Glass enfrentou dificuldades também por causa da privacidade. Gravar áudio e vídeo sem a anuência das pessoas pode ser um problema”, afirma José Mario De Martino, professor doutor da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação da Unicamp.

Ele cita iniciativa mal sucedida da Google que também teve participação da EssilorLuxottica. Mas o fracasso não fez a fabricante de óculos desistir porque, assim como Google e Meta, ela também quer ser uma gigante de tecnologia.

As big techs apostam nos óculos de realidade aumentada, na crença de que um dia possam substituir os telefones celulares e tirar fotos, gravar vídeos, atender e fazer chamadas e usar aplicativos.

Todas tentam desenvolver e analisar componentes eletrônicos, algoritmos que recolham, processem dados e os ofereçam usando realidade aumentada. A EssilorLuxottica também quer — mesmo que ainda não seja para todos.

A EssilorLuxottica quer se dedicar especialmente à tecnologia em que os óculos tenham aparelhos para pessoas com moderada perda de audição, 1,5 bilhões pessoas no mundo. O dispositivo, imperceptível, eliminaria o estigma do aparelho visível na orelha.

“Ainda há desafios técnicos, mas o potencial é claro. Este será o futuro”, finaliza De Martino.

ESSILORLUXOTTICA
Fundação: 1961 (Luxottica) e 1972 (Essilor)
Fusão: 2018
Arrecadação em 2023: € 25,4 bilhões
Lucro líquido em 2023: € 2,3 bilhões
Funcionários: 145 mil
Principais marcas próprias: RayBan, Oakley, Varilux, Sunglass Hut, Persol
Marcas das quais tem licença para fabricar óculos: Versace, Prada, Ralph Lauren, Michael Kors, Armani, Dolce & Gabbana, Coach New York e Tory Burch



Estande da EssilorLuxottica em feira em Xangai (China) Zhang Keren - 6.nov.22/Xinhua